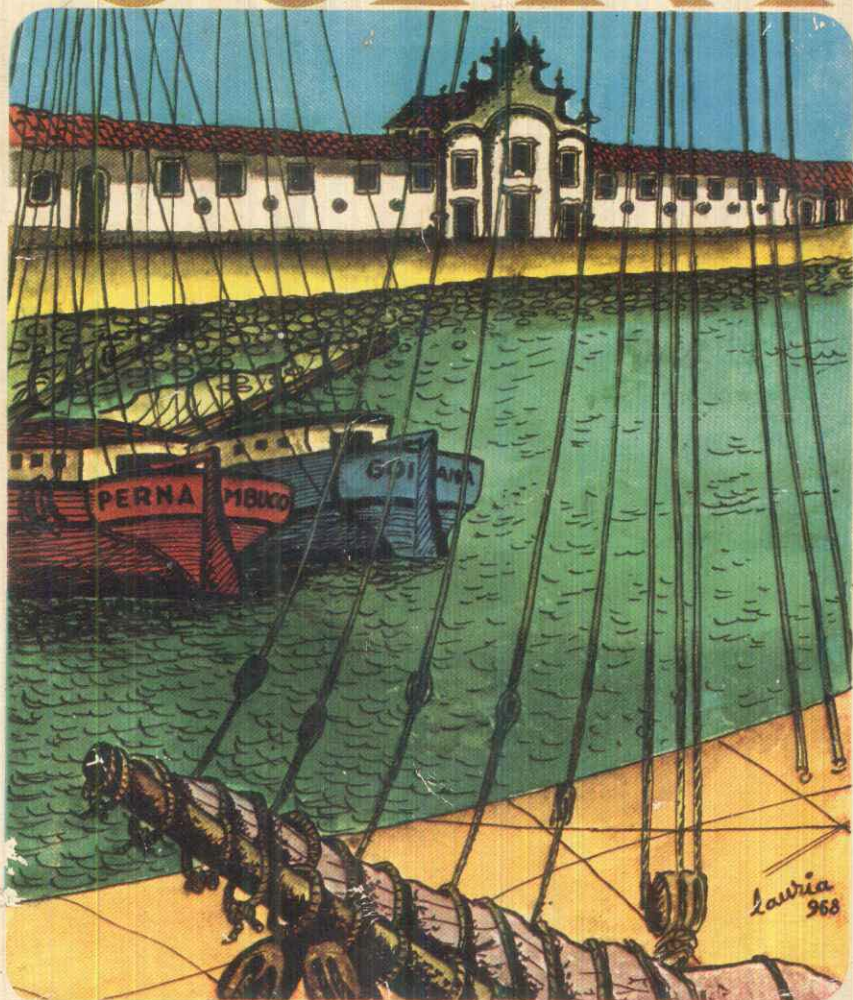


VELHAS HISTÓRIAS DE GOIANA



Octavio Pinto

OCTAVIO PINTO

Sócio do Instituto Histórico e
Arqueológico de Pernambuco —
Ex-Vice-Presidente dos Institutos
Históricos de Goiana e Olinda

VELHAS
HISTÓRIAS
DE
GOIANA

(PERNAMBUCO)

CAPA DE LAURIA

ILUSTRAÇÕES DE KRISTYNA HASHER
e

ROSA MARIA DE BARROS DE CARVALHO SULOCKI

CASA EDITORA VECCHI LTDA.
RUA DO RESENDE, 144 — RIO DE JANEIRO

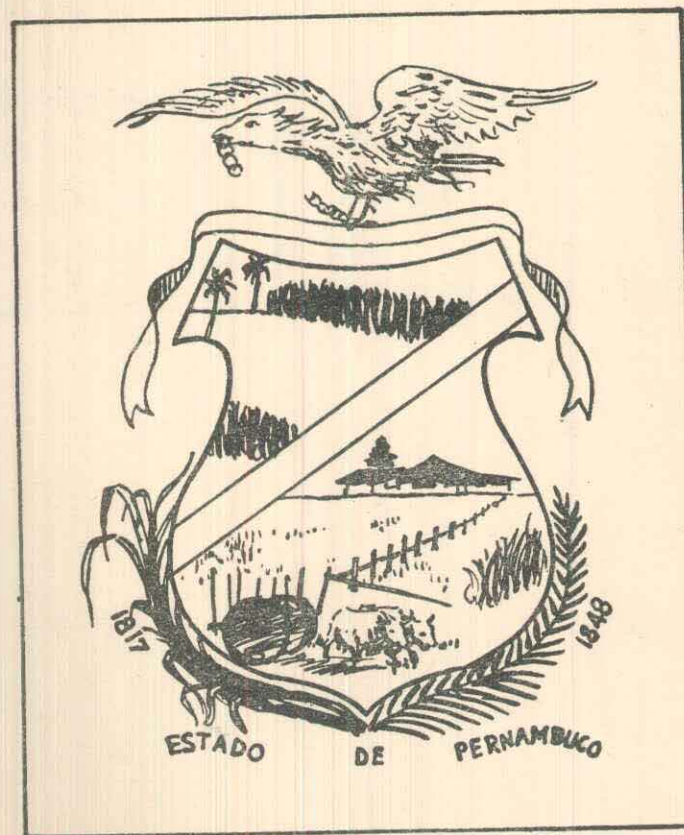


Direitos exclusivos em língua portuguesa (Brasil, Portugal e Províncias Ultramarinas), adquiridos pela Casa Editôra Vecchi Ltda., Rio de Janeiro.

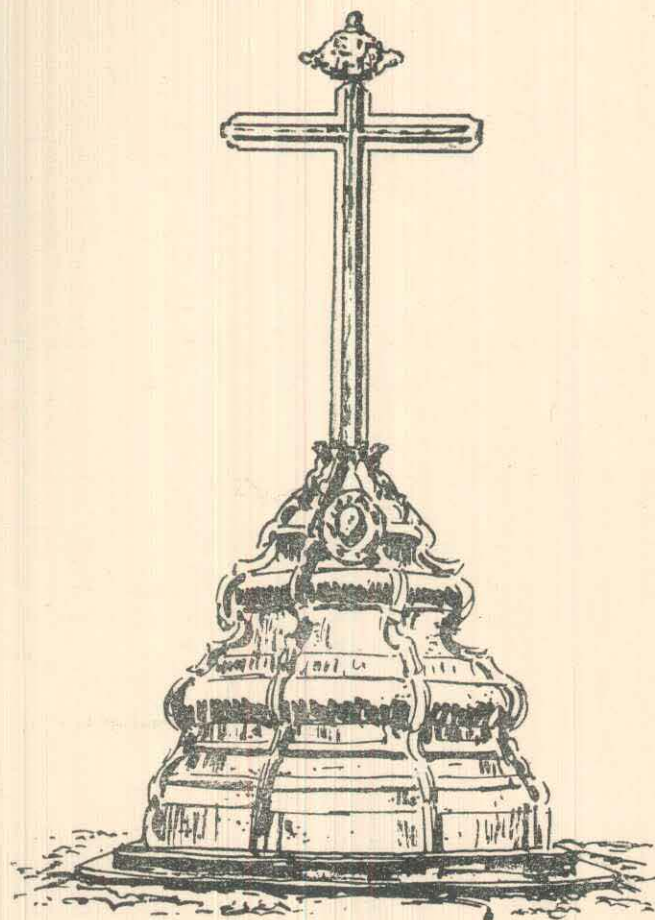
Printed in Brazil

MCMLXVIII

1968



HOMENAGEM
AO MUNICÍPIO DE GOIANA,
NA PESSOA DO SEU DIGNO
E OPEROSO PREFEITO
LOURENÇO DE ALBUQUERQUE GADELHA.



Am
Neix

CRUZEIRO DO CARMO DE GOIANA

Na frente do Convento do Carmo, numa praça ajardinada, ergue-se o Cruzeiro do Carmo, todo de pedra lavrada, que é uma admirável obra de arte. Foi construído em 1717 em louvor à Virgem do Carmo. Esse monumento de arquitetura sacra, único na América do Sul, tem sido visitado por todos os turistas que chegam a Pernambuco. Sobre ele correm lendas e superstições.

*A Isaura, espôsa e companheira
dos momentos mais difíceis de nossa
existência e às minhas filhas Isaurinha,
Stellamaris e Octavia Marianne, ale-
gria e felicidade de minha vida, todo
o afeto, admiração e reconhecimento.*

O autor

À memória do meu pai —
JOSE' MARIANO PINTO,
que nunca deveria ter morrido.

HOMENAGEM AOS BONS E LEAIS AMIGOS
DE GOIANA, MORTOS E VIVOS, QUE SEMPRE
BATALHARAM PELAS SUAS TRADIÇÕES.

Desembargador Adelmar Tavares
José Pinto de Abreu
Governador Manoel Borba
Desembargador Edmundo Jordão
Manoel Torres
José Maranhão (Senhor do Engenho Mussumbu)
Dr. Pessoa de Melo
Diogo Soares da Cunha Rabelo (Senhor do Engenho
Tabairé)
Ângelo Jordão de Vasconcelos
Rogoberto Nilo de Paiva
Severino Albertim
Pedro de Albuquerque Malheiros
Laiete Gemir
Dr. Benigno Pessoa de Araujo
Dr. Lauro Raposo
Dr. Ângelo Jordão Filho
Dr. Clovis Guimarães
Dr. Antonio Raposo
Bispo José Tavora
Durval Correa de Andrade
Alcides Rodrigues
Alvaro Guerra (Mario Santiago)
Arnaud Batista Nogueira
Dr. Leão Gondim de Oliveira
Prof. Manoel de Souza Barros
Frei Antonio Gonsalves

*para
levar*

Conheci Octavio Pinto quando ele era, não sei bem, se Promotor ou Prefeito de Goiana, que ele foi ambas as coisas, exemplarmente. Sei é que se identificou de tal maneira com as tradições goianenses, que aí temos o resultado dessa convivência e dessa integração, no livro excelente que acaba de compor. Era, aliás, um tempo em que o silêncio das velhas ruas e a modorra de uma vida tranqüila levavam um grupo de homens estudiosos a procurar, na agitação do passado, como que um consólo para a enervante quietude do presente. Recordo ainda alguns nomes dessa turma, que não afastava os olhos da Goiana de outros tempos. Havia os irmãos Jordão, Edmundo e Ângelo, meus companheiros do Instituto Cândido Duarte, havia Antônio Raposo, que se formara comigo na Faculdade de Direito, havia uma geração mais nova, com Benigno de Araujo, Lauro Raposo, Severino de Albertim, Mário Santiago, Alcebíades Gonçalves, Lourenço Gadelha, Laerte Gemir e tantos, tantos outros, que fizeram ressurgir com Octavio Pinto o Instituto Histórico de Goiana, fundado em 1870 para uma vida curta. Em Goiana, o passado é um culto, um motivo de orgulho, assunto para as conversas de todos os dias.

➤ No conjunto da História de Pernambuco, destacaria duas cidades, cujos anais poderiam substituir-se a temas de ficção: Olinda e Goiana. Nem mesmo

Recife revelaria o mesmo interesse dramático, os altos e baixos com que se compõem as novelas de "suspense". Fastígios e eclipses, glórias incomparáveis de outros tempos em contraste com um presente sem notícias. Bastaria o feito de Tejucopapo para a imortalidade de Goiana. Mas há também as lutas desesperadas da Guerra dos Mascates. O pioneirismo da fase da Independência. A inspiração democrática. A veemência de seu nacionalismo, na defesa dos que já se haviam radicado no massapê da várzea, que o Tracunhaem e o Capibaribe-Mirim envolvem com as suas águas indolentes.

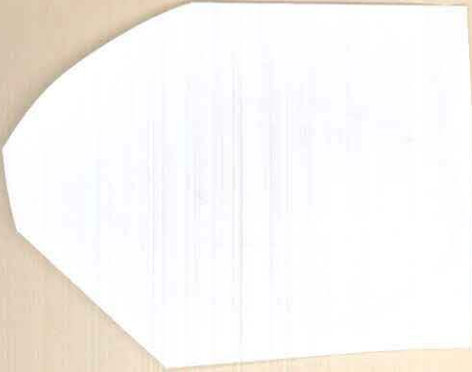
Octavio Pinto viveu essas impressões no ambiente tradicionalista de Goiana. Como Aurélio Domingues, não se limitou ao que os livros lhe contaram. Seus capítulos se alimentam também com a tradição oral, com o que foi passando de geração em geração como um bem de família. Ouviu o velho João Guedes, capataz de Pontas de Pedras, recolheu o eco das manifestações a Pedro II, sabe o que foi a passagem meteórica de Silva Jardim, numa cidade que nunca resistiu à fascinação dos ideais de liberdade. E registra essas impressões, como não foge à emoção profunda que lhe deixou, no Convento do Carmo, a sombra de Frei Caneca, ajoelhado diante da imagem do Cristo, à luz de uma lamparina, no côro da igreja, enquanto lá fora se fazia mais próxima a perseguição, dos que o levariam afinal ao fuzilamento, junto à força das Cinco Pontas. O próprio Frei Caneca nos contaria essa visita dramática. "O convento estava aberto e às escuras, ainda assim pelo tino, que nos fazia lembrar dos seus arranjos, por têmos por anos habitado aquela casa, nos arriscamos a entrar e a subir até o seu antecôro, e por mais que gritás-

semos a chamar quem lá estivesse, ninguém nos respondeu". Ele já estava só, irremediavelmente só, como o próprio Cristo, na marcha para o Calvário.

Não são apenas os motivos políticos, as lutas e as porfias dos cidadãos o que Octavio Pinto nos recorda. Também estão presentes, nesse livro como-vindo, os episódios sentimentais, o mascate que morreu queimado no engenho Bujari, os amôres do General das Urupemas, a diligência da espôsa do Capitão-mor, que Cabeleira enternecera com a música de seu violão e o seu rosto jovem, emoldurado pelos cabelos cacheados.

Goiana conquistou, assim, um nôvo rapsodo, a cantar-lhe as glórias e os feitos memoráveis, o sofrimento e o heroísmo, as façanhas guerreiras e as doces histórias de amor. E não é apenas a admiração que serve de Musa a Octavio Pinto. Ele se inclina para ouvir as lendas e os feitos, que a Saudade lhe sussurra, como que para lhe proporcionar, na distância em que vive, a presença daquela várzea do Tracunhaem, daquela várzea que parece mover-se, quando os impetuosos ventos litorâneos correm sobre as hastes das canas, sob o azul intenso de um céu nordestino.

Rio, dezembro de 1964.
Barbosa Lima Sobrinho.



SANTO ANTÔNIO

Havia entregue os originais dêste livro a um amigo para uma melhor organização e corrigenda.

Por muito tempo, cerca de dois anos, os originais estiveram perdidos. Tôdas as buscas foram infrutíferas. E, como não tinha cópia, a situação era irremediável.

Pedi, então, a Santo Antônio, o santo das coisas perdidas, que se o livro fôsse encontrado, consignaria o fato para conhecimento público.

Certa manhã, de janeiro último, o meu amigo me telefona dando a boa notícia de ter encontrado o livro, que êle próprio havia procurado por todos os recantos da casa, sem resultado. Sua secretária sonhara que o livro estava num armário. Logo pela manhã dera busca e nada. Novamente sonhou e no sonho a pessoa lhe dizia que o armário não era aquêle e sim um outro.

Lá estava, realmente, o livro.

Não sei se os críticos literários vão concordar com o milagre ou preferir que o livro continuasse perdido . . .

Octavio
Rio — 1968

A Patriotada de Goiana ou o Mata-mata Marinheiro

A animosidade entre brasileiros e portugêses, que vinha de longe, exarcebou-se por ocasião da chegada de D. João VI ao Brasil. As repartições públicas se encheram de lusitanos que passaram a desfrutar vida folgada e boa. As casas residenciais foram sumariamente desocupadas para êles, com a simples afixação do célebre P.R. (Príncipe Regente), que o povo traduzia como "ponha-se na rua" (1). Tudo isso e sempre o privilégio, as regalias para os portugêses chegados de Lisboa, fizeram com que surgissem sérios conflitos, principalmente em Minas e em S. Paulo. Leonardo Bezerra escrevia lá da Bahia aos seus amigos: — "Não corteis um só queri (cipó) das matas. Tratai de poupá-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros."

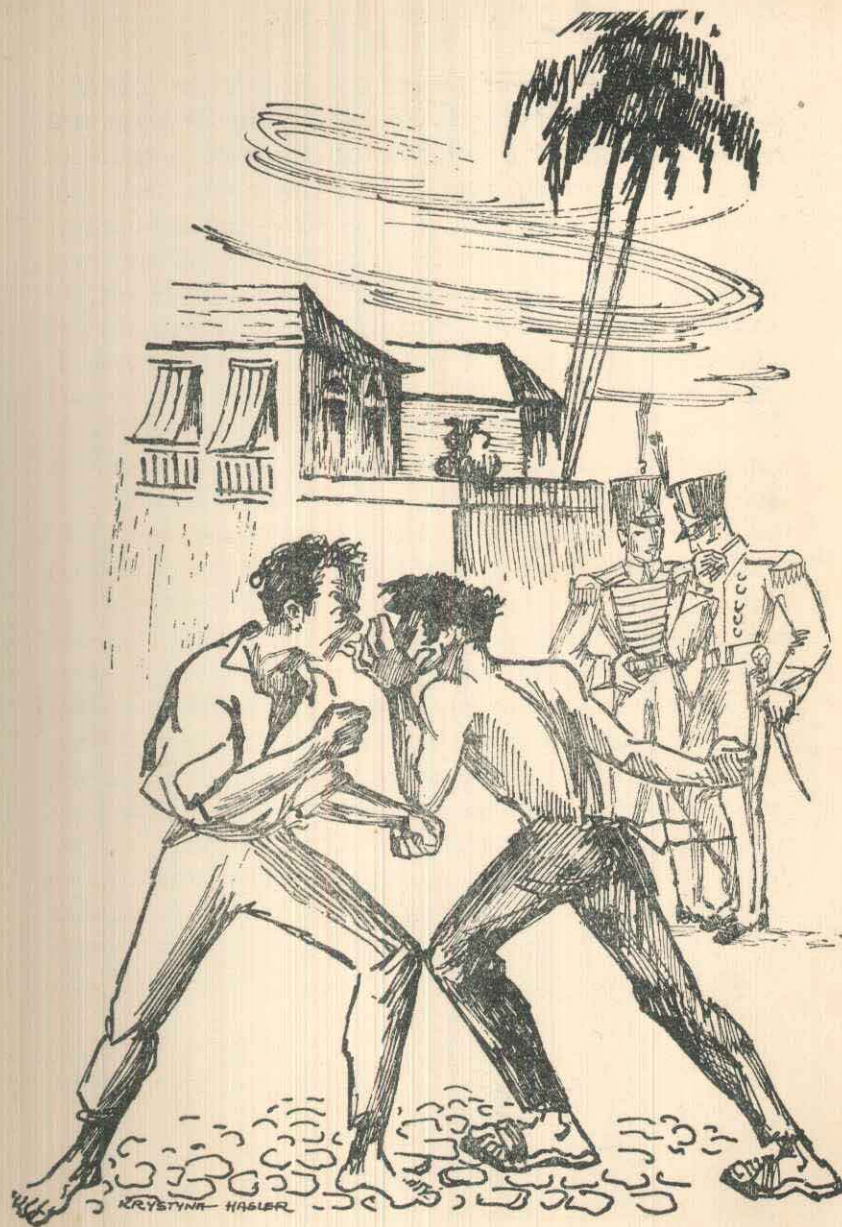
Entre Olinda e Recife (1710) essa rivalidade tomou aspecto muito mais grave, com a deposição do Governador, atentados, mortes, arruaças, prisões e de-

portações de pernambucanos para a cadeia do Limoeiro (Portugal), onde morreram encarcerados. No Senado da Câmara de Olinda eram excluídos os recifenses, por serem comerciantes (portuguêses). Os olindenses se orgulhavam dos seus títulos nobiliárquicos, tratando com desprezo aos mercadores do Recife. Daí, a troca desprimorosa de apelidos como *mazombos*, *pés-rapados*, *pés-de-chumbo*, *mascates*, *pés-de-cabra*, etc. (2) e (3). Enfim, os olindenses não queriam a supremacia do Recife como Capital (4).

Nessa mesma época, Goiana foi palco de acirradas lutas. No Pátio do Carmo houve combates. No dia 28 de agosto de 1711, a luta entre goianenses e portuguêses chegou ao auge. A vila ficou entregue à desordem e ao saque. Houve mortes e prisões. O padre Celini foi morto ao pé do Cruzeiro do Carmo e Antônio Coelho, um dos chefes dos portuguêses, assassinado ao procurar fugir.

Quando se tramava a revolução de 1817, no Recife, os conspiradores se reuniam constantemente em festas políticas. Numa delas, José Maria Bourbon gritou: — “Vivam os brasileiros e morram os marinhos”. E José Mariano de Albuquerque fez o seguinte brinde numa festa: — “À saúde das senhoras brasileiras que não tiverem dúvida de matar os marinhos, seus maridos.” Nessas reuniões, os revolucionários aboliram o vinho do Pôrto e o pão, substituídos pela cachaça e pela mandioca.

No Rio de Janeiro havia, igualmente, grande animosidade entre o carioca e o luso. Apesar de nossa independência, Portugal queria ainda mandar no Brasil. Os portuguêses fundaram um partido político denominado “Coluna do Trono”, com o fim de abolir

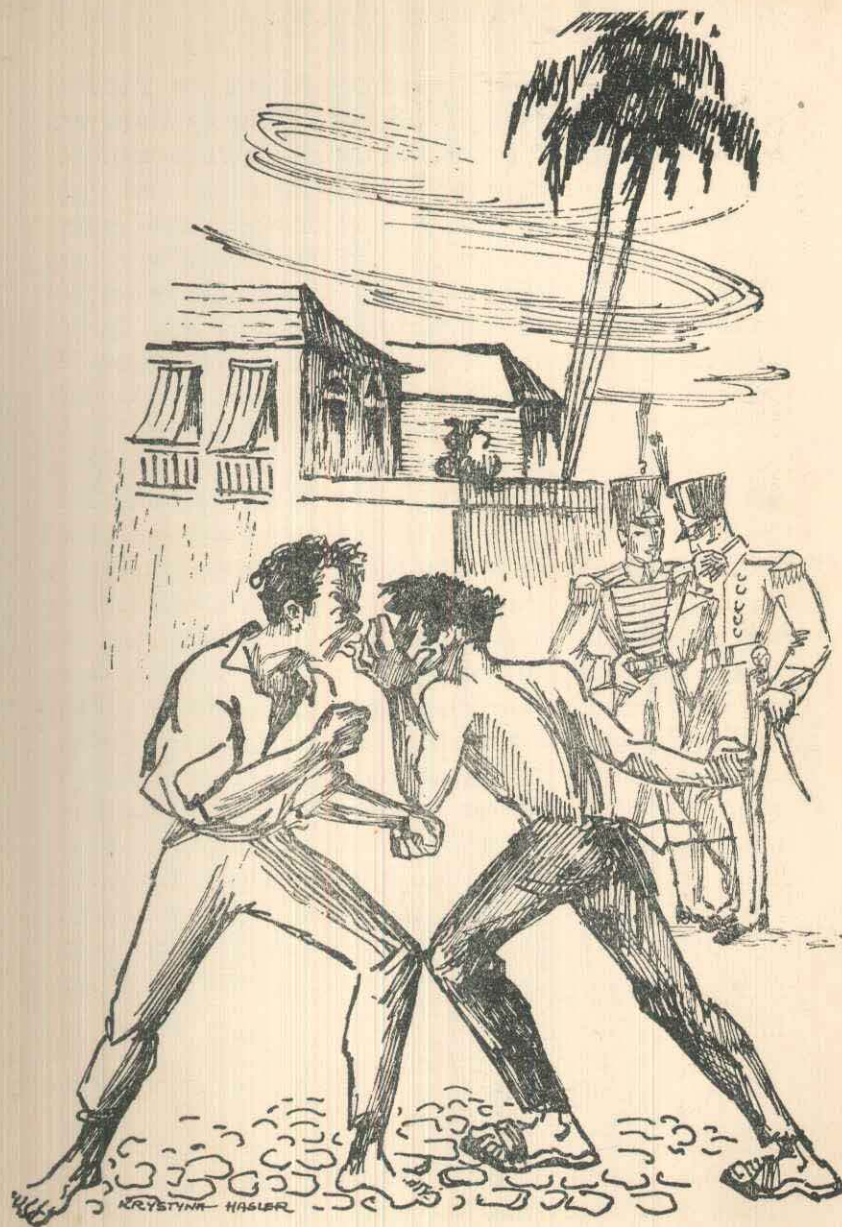


portações de pernambucanos para a cadeia do Limoeiro (Portugal), onde morreram encarcerados. No Senado da Câmara de Olinda eram excluídos os recifenses, por serem comerciantes (portuguêses). Os olindenses se orgulhavam dos seus títulos nobiliárquicos, tratando com desprezo aos mercadores do Recife. Daí, a troca desprimorosa de apelidos como *mazombos*, *pés-rapados*, *pés-de-chumbo*, *mascates*, *pés-de-cabra*, etc. (2) e (3). Enfim, os olindenses não queriam a supremacia do Recife como Capital (4).

Nessa mesma época, Goiana foi palco de acirradas lutas. No Pátio do Carmo houve combates. No dia 28 de agosto de 1711, a luta entre goianenses e portuguêses chegou ao auge. A vila ficou entregue à desordem e ao saque. Houve mortes e prisões. O padre Celini foi morto ao pé do Cruzeiro do Carmo e Antônio Coelho, um dos chefes dos portuguêses, assassinado ao procurar fugir.

Quando se tramava a revolução de 1817, no Recife, os conspiradores se reuniam constantemente em festas políticas. Numa delas, José Maria Bourbon gritou: — “Vivam os brasileiros e morram os marinhos”. E José Mariano de Albuquerque fez o seguinte brinde numa festa: — “À saúde das senhoras brasileiras que não tiverem dúvida de matar os marinhos, seus maridos.” Nessas reuniões, os revolucionários aboliram o vinho do Pôrto e o pão, substituídos pela cachaça e pela mandioca.

No Rio de Janeiro havia, igualmente, grande animosidade entre o carioca e o luso. Apesar de nossa independência, Portugal queria ainda mandar no Brasil. Os portuguêses fundaram um partido político denominado “Coluna do Trono”, com o fim de abolir



a Constituição e fazer guerra aos brasileiros. Pedro I já não era o mesmo. Um conselho do Chalaça era uma ordem, tinha "o valor de uma sentença bíblica". O Imperador, para eleger Silva Maia a deputado, vai a Mariana. Os mineiros, aborrecidos com essa interferência oficial nas eleições, fizeram dobrar os sinos a finados. Pedro I voltou decepcionado. Os portugueses lhe promoveram, então, uma manifestação de desagravo, que degenerou em conflito, com garrafas jogadas nos brasileiros, que foram malhados aos gritos de "Viva o Imperador". Esse fato ocorrido a 13 de março de 1831 passou à História como a Noite das Garrafadas. Mas, logo depois, com a abdicação de Pedro I (7-4-1831), os portugueses ficaram estupefatos. E não era para menos. Os brasileiros começaram a dar expansão às suas manifestações de alegria... Agora havia chegado a sua vez e a desforra não demorou. O povo saiu cantando pelas ruas e os lusos "caçados como bichos no mato". Os "girões", os "repúblicos" e os "lafuentes" são os maiores desordeiros. Os capoeiras entraram no bairro dos portugueses e estes foram espancados sem piedade, seguindo-se o saque. E, por toda a cidade, em pouco tempo, só se ouvia o grito de "mata-galego", "mata-marinheiro". Esse movimento de "mata-galego" durou mais de dez lustros. A paixão jacobina entre nós festejou a data da abdicação espancando os portugueses nas ruas (5).

No Recife, durante a Revolução Praieira (1848), andava de boca em boca a seguinte quadriinha contra os portugueses:

Corja vil de vis marotos
Amigos das borracheiras

Dar-vos-emos a resposta
Nas pontas das lambideiras (6).

Fazendo correição judiciária em Pilão Arcado, na antiga Comarca de São Francisco, o 1.º Ouvidor João Carlos Leitão escreveu no Livro das Audiências, no dia 8 de outubro de 1822, que nas margens do Rio S. Francisco somente ouviu "com voz em grito as horríveis palavras morram os europeus, morram os marotos".

Assim, por tôdas as Províncias, por todo o Brasil, reinava essa adversidade entre brasileiros e portugueses, que vez por outra se digladiavam como rancorosos inimigos.

A patriotada de Goiana, que também se chamou de *mata-mata marinho*, foi um movimento de rebeldia contra os portugueses. A princípio, quiseram ver nesse motim popular uma propaganda maçônica ou anti-jesuíta. Mas, na verdade, ele não teve nenhuma ligação religiosa. Suas causas foram certas rixas de comércio, pois, os goianenses não queriam que os lusitanos comerciassem. Depois do Recife, era Goiana o maior centro comercial da Província. Somente na Rua do Meio existiam 26 lojas de fazendas. A cidade contava com vários estabelecimentos de ferragens, miudesas, estivas, trapiches, pôrto fluvial, casas de louças, grandes e importantes armazéns de açúcar, cereais, etc. Alguns estabelecimentos compravam mercadorias diretamente da Europa, rivalizando com a Capital no sortimento de muitos artigos. A sua vida comercial era agitada e muito próspera.

Muito contribuiu para êsse acerbamento de ódios em Goiana as "Farpas", de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, cujos artigos incitaram, mais do que em outra qualquer parte, os preconceitos de nacionalidade (7).

Assim, já estavam os goianenses prevenidos com os portugueses, quando, na noite de 29 de julho de 1872 realizou-se uma passeata na cidade, puxada à banda de música, a pretexto de quê não se sabe. No momento em que a mesma passava pela Rua Direita, alguns lusos começaram a soltar pilhérias, ridicularizando os nossos costumes e cantando uma paródia injuriosa ao hino nacional. Foi o bastante para explodir o barril de pólvora. A notícia dessa injúria, que feriu profundamente os brios dos goianenses, gente patriota e destemida, espalhou-se rapidamente na cidade, com certos exageros, como era natural diante da animosidade reinante.

Em pouco tempo, começaram as manifestações de represália. E o *pau cantou* de verdade. Durante três dias a cidade foi teatro de cenas dolorosas. Para iniciar, espancaram logo José de Oliveira e, defronte do próprio quartel, teve igual sorte Belmiro José Gonsalves. A casa de José Ramos foi depredada e Joaquim Pequeno, dono de um salão de bilhares, apanhou bárbaramente, sendo conduzido para uma farmácia, a fim de ser medicado. Não respeitaram a residência do agente consular de Portugal, cujas vidraças foram quebradas e as portas forçadas, enquanto um italiano, que estava ali perto e nada tinha a ver com o incidente, foi impiedosamente surrado. No Largo do Canal pegaram o mestre da draga e me-

teram-lhe o cacête com vontade. Se êle não tivesse tomado uma barcaça e fugido, teria sido morto (8).

Os portugueses fugiram no início do conflito. Poucos ficaram trancados em casa. Dos que fugiram alguns voltaram depois de certo tempo e outros se mudaram definitivamente de Goiana. O "Estado Maior" da patriotada reuniu-se e lançou um *ultimatum* aos lusitanos para se mudarem da cidade, no prazo de 20 dias. A população armada de cacêtes, enfurecida e cantando canções patrióticas, percorria as ruas e praças da cidade, que viveu momentos de pânico e terror. Alguém insuflava a população a saquear as casas comerciais dos marinheiros, como sucedeu em 1710, durante a Guerra dos Mascates. Essa notícia ainda sobressaltou mais as famílias, em vista da falta absoluta de garantias.

Diante da impotência das autoridades policiais em dominar a situação e reprimir os distúrbios (1), o Presidente da Província, desembargador Farias Lemos, sabedor desses fatos, determinou a ida de um reforço de 50 praças do 2.º Batalhão de Infantaria para Goiana, a fim de restabelecer a ordem pública. O barão de Goiana, não querendo intervir contra os goianenses, retirou-se para o Engenho Nôvo. O próprio Delegado de Polícia, capitão João Gomes, era acusado como conivente nesses lamentáveis acontecimentos, pelo seu indiferentismo.

Por fim, dada a interferência de elementos de prestígio do Partido Liberal e não havendo mais nenhum português para apanhar, os ânimos se acalmaram, voltando a tranqüilidade à cidade. Sobre essa ocorrência foi instaurado rigoroso inquérito policial. O Dr. Honório Fiel Sigmaringa, Promotor Público,

ofereceu a denúncia, sendo alguns "patriotas" presos. Nesse processo funcionou o Escrivão Juvenal Antônio de Albuquerque, que por sinal tinha uma filha muito bonita. Um "patriota" chamado César, astuciosamente, fingiu-se enamorado dessa môça e, certo dia, os autos desapareceram misteriosamente do Cartório. . .

Deu-se o escândalo. O escrivão, responsável como era pelo processo e sem poder agir contra o usurpador, ficou bastante enraivecido. O Dr. Francisco Teixeira de Sá, austero e íntegro Juiz de Direito, também aborreceu-se com o fato, dizendo que a questão agora dos "patriotas" não era mais com os portugueses e sim com a justiça e que eles iam pagar caro pela afoiteza. E, imediatamente, mandou restaurar o processo com todo o rigor da lei.

Os "patriotas", porém, não desanimaram diante dessas providências do juiz, que todos respeitavam pela sua austeridade. Assim, no dia seguinte, pela madrugada, fizeram explodir uma enorme bomba na porta do magistrado. Com o terrível estampido, o Dr. Teixeira de Sá despertou assustado e, procurando saber de que se tratava, receoso de novas arruaças, abriu apressadamente a porta da rua. Deparou-se, então, com um "tigre" cheio de excremento. Indignado com semelhante procedimento, que era um desrespeito não só à sua pessoa, como às elevadas funções que exercia, só teve uma atitude: nesse mesmo dia arrumou seus livros e a bagagem e mudou-se de Goiana, proferindo desaforos e terríveis pragas aos "patriotas", tamanha fôra a sua indignação.

No entanto, alguns "patriotas" continuavam na cadeia. Que fazer, então? Novos planos foram arquitetados. De início foi impetrado um *habeas-corpus* ao Tribunal da Relação do Recife, sendo requisitados os pacientes para o julgamento da ordem requerida. Êstes, devidamente escoltados, seguiram imediatamente para a Capital. Distantes uns quatro quilômetros de Goiana, no lugar chamado Cajueiro, os presos fugiram, sem a escolta saber como e para onde. . . Foram, dêste modo, sumariamente postos em liberdade, pelo Tribunal da Relação de Cajueiro, como se comentou jocosamente em Goiana. E não se falou mais no processo.

Todos os anos, a 1.º de agosto, os "patriotas" reuniam-se num jantar, a fim de comemorar a festiva data. Muitos discursos eram proferidos no calor do vinho, recordando-se entre gargalhadas a surra de que fôra vítima o italiano que nada tinha com a questão dos portugueses, o desaparecimento *misterioso* do processo, o "tigre" que montava guarda à porta do Juiz de Direito, o protesto do Agente Consular de Portugal e o acórdão do Tribunal de Relação de Cajueiro que libertara os "patriotas". Cada um que tivesse uma história, um fato pitoresco, uma anedota para contar sôbre os acontecimentos do *mata-mata marinho*.

Ao final do banquete, eram distribuídos aos presentes uma sempre-viva, uma perpétua e uma fôlha de "croton" chamado *independência*, por ter as côres nacionais. E todos solenemente, de pé, cantavam uns versos alusivos à data e que terminavam assim:

Sempre viva a Independência
E perpétua a luta seja
Que o domínio português
Nesta terra não se veja.

Essas comemorações duraram alguns anos, para receio ainda dos “marinheiros”. Depois, os tempos mudaram e a “patriotada”, como tudo neste mundo, caiu no esquecimento (9).

NOTAS:

(1) O jornal “República”, de Borges da Fonseca, era dirigido mais contra os portugueses do que contra a monarquia. Grande era seu ódio aos lusitanos aqui chegados e que estavam bem instalados e colocados. Assim, escrevia êle a Nabuco de Araújo, em carta de 3 de março de 1854: — “Antônio Joaquim da Silveira principiou cozinheiro passando a areador de cobre, por ser péssimo cozinheiro. Hoje é valido do Imperador, ostentando grande luxo. Manoel Joaquim de Paiva era encarregado de caixas e hoje tem bom ordenado, casa para morar com escravos e casado com uma portuguesa que é engomadeira do Paço. José Maria dos Anjos Esposel, antigo tambor de batalhão de artilharia do coronel Bois, vence bom ordenado, boa casa para morar, ajudante de porteiro do Gabinete do Imperador e casado com a retrêta da Imperatriz. Alexandre Fortuna é almoxarife do Paço, com poderio sobre os criados, grande ordenado, boa casa para morar e escravos de S. Cruz. Pamplona Côrte Real, oficial da Mordomia, com grande ordenado, muito poderio com a imperatriz e damas, boa chácara pertencente ao Paço para sua moradia, escravos de S. Cruz, carros. Ora, em 1828 era servente de cozinha. Joaquim Sacristia, mção da prata, tendo-se mandado fazer excelente casa para êle morar, bom ordenado. Antes era mção de estrebaria. Manoel Vicente, porteiro do Gabinete Imperial, com bom ordenado. Antes era mção de estrebaria.” E assim finalizava:

“A maior parte dos outros criados são portugueses e apenas há alguns brasileiros no emprêgo de vassoura e moços para carregar caixas. Ora, sabendo V. Excia a influência que naturalmente os criados alcançam e o adiantamento que ousam, o que se pode esperar de um monarca assim cercado de gente tão baixa?”

Noutra carta, datada de 9 de abril de 1854, dizia: — “E’ bárbaro ver os portugueses senhores do Brasil, vê-los importando escravos e moeda falsa, vê-los nos saqueando e nós brasileiros reduzidos à miséria.”

Em 1858, surge Borges da Fonseca novamente na Paraíba, inspirando a Sociedade Popular e a Matraca e publicando o “Prometeu”, fôlhas volantes e pasquins. O fim dessa sociedade era manter a integridade da nação, promover o desenvolvimento do governo democrático e fazer esforços para que se *nacionalizasse o comércio a retalho*, em mãos dos portugueses.

Borges da Fonseca se esqueceu de incluir em sua lista Fernando José de Almeida que era simples barbeiro em Portugal e, aqui, passou, da noite para o dia, a tenente-coronel de milícias e organizador das festas oficiais.

(2) Melo, Mário — Guerra dos Mascates. Gama, Fernando — Memórias Históricas da Província de Pernambuco.

(3) “Mazombo”, era o título popular que tinham os nobres pernambucanos. “Pé de cabra”, alcunha dada pelos lusos aos pernambucanos, como cabecilhas de negros. “Pés rapados”, por andarem os brasileiros descalços e ligeiros, na celeridade da marcha no mato fechado “Pés de chumbo”, apelido dado aos lusitanos, alusão ao pessunho e à sua chanca de meia arroba. “Mascate”, mercador ambulante, mister baixo e desprezível de bufarrinheiro ou regatão que apregoa pelas ruas. Assim o descreveu José de Alencar em Guerra dos Mascates.

“Chegava um desses garotos sem outro fato mais do que a trouxa amarrada em lenço de Lamego, com a camisa de bertangel preta suja e calções de lona besuntada de alcatrão. A fôrça do trabalho conseguiam uma dúzia de patacas, com que se proviam de algumas réstias de alho e cebola, além de outras drogas e saíam a mercar pelas ruas, povoados e engenhos do interior. Nesse giro mesquinho ajudaram os patrícios, fiando-lhes fazendas e drogas para atenderem o seu tráfego e assim arvorados em mascates aquêles labregos, que no reino nem para moços de servir prestavam, de repente se viam senhores de grosso cabedal.”

(4) Durante as rixas verificadas entre Olinda e Recife, os brasileiros cantavam pelas ruas a seguinte quadrinha:

“Todo mascate é patife
Labrego, cara de judas
E as mulheres do Recife
Têm as pernas cabeludas.

E, em represália, os portugueses responderam:

Escorridas como um fuso
As damas de Olinda são
Por fora aquêles esparrame
Por dentro é só armação
De pano, de osso e arame.

(5) Correia, Viriato — Mata Galego.

(6) Morel, Edmar — A Revolta da Chibata.

(7) Joaquim Garcia de Castro, pai de Lima Castro, mudou-se de Goiana para o Recife, responsabilizando o chefe da "patriotada" pelo que pudesse acontecer ao seu irmão Antônio, que ficara encarregado de liquidar a casa comercial. Antônio, por segurança, passou a morar no Convento do Carmo (simpático aos lusos) e protegido por Frei Joaquim do Amor Divino, que devido ao seu destemor, temperamento ardente e impulsivo, fôra apelidado pelos goianenses de Frei Pistola, de quem se contam histórias pitorescas e amorosas (Memórias de um político pernambucano — Lima Castro, ex-Prefeito do Recife).

(8) Nomes dos principais portugueses que residiam, nessa época, em Goiana: José e Antônio Domingues de Souza, Joaquim e Antônio Garcia de Castro, Manoel Vieira Bernardes, João e José Ramos, José Joaquim Barbosa, José de Oliveira, Antônio Júlio de Sena, José Joaquim Pinheiro, Antônio Pedro de Melo, Antônio da Silva Loio, Antônio Bastos Pinto, Ernesto Moreira de Souza, José Mendes e outros. Em 1943, mais ou menos, faleceu em Goiana, com quase 90 anos, Joaquim Mendes Ribeiro, último dos portugueses ali residentes. Era sogro de José Pinto de Abreu, ex-Prefeito do Município. Ainda o conheci negociando com uma mercearia na Rua da Soledade, como se essa sua persistência no comércio fôsse um protesto ao ultimato dos "patriotas".

Em sua "História Popular da Revolução Praieira", Fernando Segismundo conta que entre os itens do Manifesto dos Rebeldes havia um de que o comércio a retalho só era permitido aos cidadãos brasileiros.

(9) Nesse mesmo ano de 1872, o governo tivera de enfrentar as célebres agitações de rua por causa da polêmica de Eça de Queiroz com jornalistas pernambucanos, tendo como centro as diatribes das "Farpas" contra o Imperador Pedro II, que logo evoluíram para um "mata-mata marinho" dos mais incontroláveis.

No terreno econômico, a situação da Província apresentava como corolário a luta pela "nacionalização do comércio a retalho", contra o predomínio dos portugueses na vida comercial das principais cidades de Pernambuco, sobretudo Recife e Goiana.

Paulo Cavalcante — Um livro sobre a questão religiosa — "Correio da Manhã", 17-12-1966.

"A ocupação da Bahia pelos portugueses (após a Independência — 1822) originou ou, porventura, serviu de pretexto à exaltação que se pretendeu dar aos brasileiros contra os europeus, e nessa mesma exaltação, excitada em diversas capitais das províncias, que foram teatro de cenas de discórdias e de vinganças."

"Em face da agressão do major José Joaquim Januário Lapa (português) ao boticário Davi Pamplona Côrte Real (5-11-1823) o padre Muniz gritou: — "Morram os bárbaros portugueses!"

"Bahia — 1826 — As vozes que se tinham soltado eram: — morram os portugueses. Esta fôra a senha para numerosíssimos ajuntamentos de homens de côr, os quais, sem detenção, nem receio, passaram a cometer crimes. Os negros da Bahia e do Recôncavo davam muito que recear e as autoridades careciam de força material que se opusesse às tentativas dos inimigos da ordem."

(*Memórias do Conselheiro Francisco Gomes da Silva (Chalaça).*)

"Comandava a chusma dos magarefes o célebre Vivas, rei dos açougueiros, de imenso prestígio sobre a canalha lusitana, que ofereceu ao Imperador 400 homens para coadjuvar o governo" (*Veiga Miranda e Noronha Santos.*)

O naufrágio do vapor "Bahia"

QUANDO eu era menino ouvia o meu tio Ave-
lino Alves Freire (1), senhor do engenho Cruzeiro
e comerciante em Natal, contar o naufrágio do vapor
"Bahia". Ele fôra vítima dêsse trágico acidente e eu
escutava interessado a descrição daquelas cenas do-
lorosas, não podendo, contudo, compreender como
sendo o mar tão imenso, dois navios pudessem se
encontrar.

Muitos anos depois, como prefeito do município
de Goiana, veraneando certa vez em Pontas de Pe-
dra, vi quase à beira-mar, debaixo de frondosos ca-
jueiros, duas cruzes assinalando os túmulos de dois
naufragos do "Bahia" (1).

Desejoso de saber melhores detalhes dessa ca-
tástrofe, fui procurar João Guedes, capataz de Pon-
tas de Pedra, velho lobo-do-mar e que eu sabia ter
socorrido os naufragos. Ele estava sentado numa cai-
çara, com aquela farda de zuarte mal abotoada pelo

enorme ventre, boné, tez queimada de sol, rosto pre-
gueado pelos anos e na bôca um charuto de raiz, que
êle mordia e chupava como se estivesse fumando.

— Então, capitão João Guedes, como foi o nau-
frágio do "Bahia"? — perguntei eu.

Ele tirou o falso charuto da bôca, cuspiu, afas-
tou o boné para traz e apontando na direção da pe-
dra da Galé, disse logo:

— Foi ali perto o naufrágio, vendo-se ainda ho-
je a sombra do vapor debaixo d'água, moradia pre-
dileta dos peixes.

Começamos, então, a conversar:

— Dizem — continuou o capataz — que o
comandante do "Pirapama" era inimigo do seu co-
lega do "Bahia", tendo, assim, procurado se vingar,
jogando um navio contra o outro. Verdade ou men-
tira, a culpa recaiu exclusivamente sôbre êle, que
nem auxílio prestou aos náufragos, regressando ao
Recife. Essa versão foi cantada em versos e criou
raízes na imaginação popular.

— Mas, João Guedes, conte tudo como se pas-
sou, você que socorreu as vítimas.

— Já faz muito tempo, seu doutor. Isso se pas-
sou a 24 de março de 1887. E estirando as pernas,
dando novas baforadas do seu falso charuto, pros-
seguiu:

— O "Bahia" saiu à tarde de Cabedelo e o "Pi-
rapama" do Recife. O mar estava calmo e a viagem
corria sem novidades. Quase à meia-noite os dois na-
vios se avistaram defronte de Pontas de Pedra. O
pilôto do "Bahia", Antonio Manoel Noites Dias, viu
primeiro uma luz branca e depois uma vermelha.
Mandou arribar para estibordo, mostrando o sinal

O naufrágio do vapor "Bahia"

QUANDO eu era menino ouvia o meu tio Ave-
lino Alves Freire (1), senhor do engenho Cruzeiro
e comerciante em Natal, contar o naufrágio do vapor
"Bahia". Ele fôra vítima dêsse trágico acidente e eu
escutava interessado a descrição daquelas cenas do-
lorosas, não podendo, contudo, compreender como
sendo o mar tão imenso, dois navios pudessem se
encontrar.

Muitos anos depois, como prefeito do município
de Goiana, veraneando certa vez em Pontas de Pe-
dra, vi quase à beira-mar, debaixo de frondosos ca-
jueiros, duas cruzes assinalando os túmulos de dois
naufragos do "Bahia" (1).

Desejoso de saber melhores detalhes dessa ca-
tástrofe, fui procurar João Guedes, capataz de Pon-
tas de Pedra, velho lôbo-do-mar e que eu sabia ter
socorrido os naufragos. Ele estava sentado numa cai-
çara, com aquela farda de zuarte mal abotoada pelo

enorme ventre, boné, tez queimada de sol, rosto pre-
gueado pelos anos e na bôca um charuto de raiz, que
êle mordía e chupava como se estivesse fumando.

— Então, capitão João Guedes, como foi o nau-
frágio do "Bahia"? — perguntei eu.

Ele tirou o falso charuto da bôca, cuspiu, afas-
tou o boné para traz e apontando na direção da pe-
dra da Galé, disse logo:

— Foi ali perto o naufrágio, vendo-se ainda ho-
je a sombra do vapor debaixo d'água, moradia pre-
dileta dos peixes.

Começamos, então, a conversar:

— Dizem — continuou o capataz — que o
comandante do "Pirapama" era inimigo do seu co-
lega do "Bahia", tendo, assim, procurado se vingar,
jogando um navio contra o outro. Verdade ou men-
tira, a culpa recaiu exclusivamente sôbre êle, que
nem auxílio prestou aos naufragos, regressando ao
Recife. Essa versão foi cantada em versos e criou
raízes na imaginação popular.

— Mas, João Guedes, conte tudo como se pas-
sou, você que socorreu as vítimas.

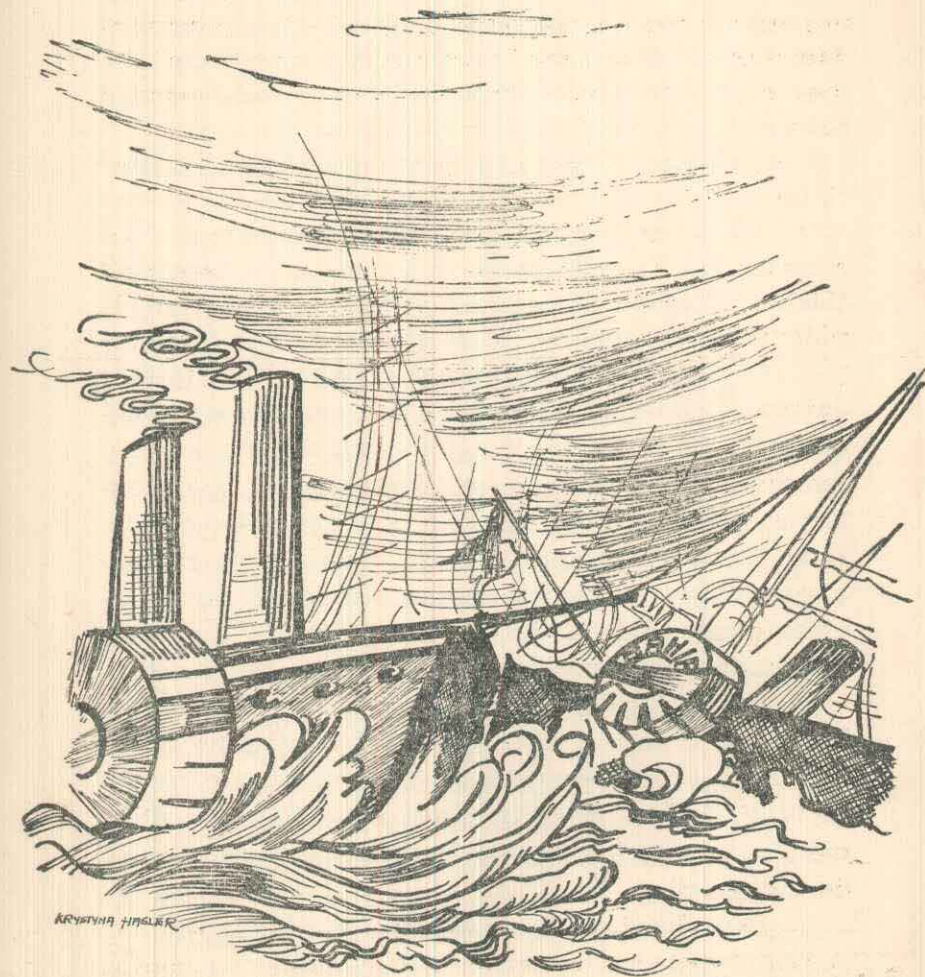
— Já faz muito tempo, seu doutor. Isso se pas-
sou a 24 de março de 1887. E estirando as pernas,
dando novas baforadas do seu falso charuto, pros-
seguiu:

— O "Bahia" saiu à tarde de Cabedelo e o "Pi-
rapama" do Recife. O mar estava calmo e a viagem
corria sem novidades. Quase à meia-noite os dois na-
vios se avistaram defronte de Pontas de Pedra. O
pilôto do "Bahia", Antonio Manoel Noites Dias, viu
primeiro uma luz branca e depois uma vermelha.
Mandou arribar para estibordo, mostrando o sinal

vermelho, sinal de perigo. Como isso de nada tivesse adiantado, pela aproximação cada vez maior do outro navio, perguntou o piloto a Joaquim Marinho de Sousa, prático da costa, se podia guinar para a terra, recebendo resposta afirmativa, pois, estavam a dez milhas do litoral. Consultado a respeito, o comandante Aureliano Izaac, que fazia a sua última viagem, concordou com a sugestão. E, nessa ansiedade, nessa angústia, porém, calmos e firmes no cumprimento do dever, tomaram certas providências para evitar um possível encontro. Não havia, assim, necessidade de alarme.

O "Pirapama", contudo, não via os sinais vermelhos e parecia não compreender aquela manobra brusca para terra. Os dois navios se aproximavam mais. Todos os passageiros dormiam tranqüilamente em seus camarotes. A noite estava escura e soprava um vento frio. Sômente os três homens previam a possibilidade de uma catástrofe. Momentos decisivos aqueles, que não podiam afastá-los da tôrre de comando, mesmo diante do fantasma da morte. Êles esperavam evitar o desastre, com as providências tomadas. A noite estava escura, mas o farol vermelho estava bem visível.

O pior é que o "Pirapama" vinha a todo vapor. Estava agora bem próximo. O "Bahia" apitou desesperadamente. Nada. Lá vinha contra êle o "Pirapama", como possuído de determinação. O comandante Izaac mandou virar todo o leme para terra procurando, num supremo esforço, fugir ao encontro. O navio se balançou todo e virou para terra, numa reviravolta doida. Tudo inútil. Deu-se o abalroamento e,



em seguida, a explosão das caldeiras do "Bahia", que recebeu o choque na murada de bombordo, abrindo um grande rombo, por onde a água entrou precipitadamente. O "Pirapama" teve a roda de proa partida, mas essa avaria não impediu que voltasse para o Recife.

O capataz fingiu que acendia o charuto e continuou:

— A tragédia foi pavorosa, agravando-se com a escuridão da noite e a explosão das caldeiras. O "Bahia" adernou de proa e começou a submergir rapidamente. Na precipitação, atordoados pelo estampido, os passageiros atiravam-se ao mar, sendo muitos devorados pelos peixes. Alguns ficaram presos nos camarotes. Os escaleres, com o excesso de lotação, despencavam-se lá de cima, arrebatando-se de encontro às ondas. A tripulação não pôde manter a ordem. A confusão era enorme. Todos queriam ao mesmo tempo tomar os escaleres. Era o momento do "salve-se quem puder". Cenas trágicas, gritos lancinantes, ataques de loucura em que os passageiros rasgavam suas vestes ficando nus, era o que se via a bordo. D. Maria Sampaio de Moura, filha do Conselheiro Sinval de Moura, que era cega, implorou a proteção de N. S. de Lourdes e precipitou-se no abismo. Pela manhã, apareceu na praia, em cima de um garajau de galinhas.

João Guedes fez uma pausa e recomeçou: — A população de Pontas de Pedra despertou com a explosão e correu aflita para a beira-mar. Jangadas, canoas e a barçaça "Emília Pinto" partiram para o local do sinistro. O resto da noite passamos salvando

os naufragos e socorrendo os feridos. Mariano de Sousa, num bote, salvou 29 passageiros, indo levá-los a Tabatinga. Chamou a atenção de todos uma menina de nove anos, que nadando admiravelmente, salvou diversas pessoas.

Ao amanhecer, avistava-se daqui as pontas dos mastros do "Bahia" fora da água e o cardume de tubarões em derredor, ainda não saciados de tanta carne humana que haviam comido. Ao longo da praia, de Catuama à Carne de Vaca, deram cêrca de 62 cadáveres, quase todos mutilados e irreconhecíveis pela voracidade dos peixes. Eram braços, cabeças, pernas, aqui e acolá. Em Catuama foram sepultados na capela o cadete Rego Barros, Manoel Rodrigues Paiva e o capitão Octaviano Augusto de Magalhães. O espetáculo era, realmente, desolador. As autoridades tomaram logo as providências para o sepultamento dos mortos. Foram ainda identificados o tenente Henrique Cristiano Browne, Carcaceno Henrique e o Dr. Manoel Carlos Azevedo Ribeiro.

— E o comandante Izaac e o piloto Noites Dias?, perguntei eu ao capataz, interessado pelo destino dessas duas pessoas.

— Ambos desceram com o "Bahia" para o fundo do mar. Os destroços do navio vieram dar em terra, bem como um caixão com dinheiro. O sub-delegado de polícia João Rocha de Sousa prendeu Severino Sapo, que andava furtando as jóias dos cadáveres. O naufrágio foi logo comunicado às autoridades de Goiana, havendo grande consternação na cidade. Os goianenses se movimentaram logo, prestando auxílio aos sobreviventes.

O capataz João Guedes deixou de falar. Tinha terminado a sua narrativa. E virando-se para mim, com aquêles seus olhos miúdos, exclamou: — Agora, seu doutor, conte o que sabe. Foi isso o que vi.

E arrematando, concluiu: — Hoje os tempos são outros. Com a Guerra de 14 e esta de agora, onde tantos navios foram postos a pique, o naufrágio do vapor “Bahia” é apenas uma vaga e longínqua recordação, um episódio apenas histórico, sem maior importância.

.....

A confirmação do naufrágio chegou ao Recife com o regresso do rebocador “Moleque”, na tarde do dia seguinte. As barcas “Marta” e “Gracinda” chegaram com 74 náufragos, que desembarcaram na praça do Comércio e na rampa do Arsenal de Marinha, hospedando-se nos Hotéis Oriental e Cosmopolita. O povo se aglomerou no cais para ver as vítimas, começando as manifestações de pesar e socorro às mesmas. O Imperador Pedro II mandou 500 mil réis. As Companhias Zarzuelas, Lírica Italiana, Clube Dramático, Sociedade Nova Thalia e Recreativa Juventude deram espetáculos em benefício dos náufragos. Francisco Mafra reservou parte dos lucros dos aluguéis dos seus carros para êsse fim. Luiz Lock & Corrêa ofereceram roupas. Os Drs. Barros Carneiro e Paula Lopes prestaram seus serviços médicos. O Clube de Regatas Internacional e o Regatas de Pernambuco deram festas em auxílio. No Teatro S. Antônio foram representadas as peças “O Dedo de Deus” e “O Naufrágio da Fragata Minerva”.

Os estudantes da tradicional Faculdade de Direito se movimentaram também, como não podia deixar de acontecer. Assim é que os acadêmicos, à frente dos quais se achavam Esmeraldino Bandeira, Casiano Lopes e Paulo Silveira realizaram um comício no Largo da Santa Cruz e tomaram luto por oito dias, em sinal de pesar pela morte do estudante Carcaceno. Houve também missa em sufrágio daqueles que morreram. A Câmara Municipal se associou às manifestações do povo, votando um auxílio aos sobreviventes, a requerimento do vereador Clímaco da Silva.

O Chefe de Polícia, Domingos Pinto, instaurou inquérito para apurar a responsabilidade do sinistro, sendo depois o processo presidido pelo Dr. Tomaz Garcez Paranhos Montenegro. A imprensa se ocupou do acidente, debatendo as suas causas, acusando-se fortemente o comandante Francisco Raimundo de Carvalho, do “Pirapama”, como responsável pelo abalroamento, em face do depoimento das testemunhas e da vistoria procedida.

A verdade é que naquela época (1887), êsse naufrágio abalou profundamente não só a população do Recife, como de outras capitais do País, sobretudo do Norte, não somente pelo elevado número de vítimas, como, igualmente, porque todos viram nessa catástrofe um ato criminoso do comandante do “Pirapama”.

Infelizmente, porém, nada ficou provado e tudo caiu no esquecimento. Somente aquelas duas cruces, debaixo dos frondosos cajueiros da praia de Pontas de Pedra, fazem lembrar o naufrágio do vapor “Bahia”...

NOTAS:

Quando veraneei pela primeira vez na praia de Pontas de Pedra, visitei à beira-mar, debaixo de frondosos cajueiros alguns túmulos dos naufragos do "Bahia". E nos braços de duas cruzeiras continham as seguintes inscrições: — "Carcaceno Henrique — 25-3-1887" — Tenente H. C. Braune. Faleceu a 24-3-1887 — Naufrágio do Bahia. Ponta de Pedras."

"O "Pirapama" teve um rombo no porão, consertado provisoriamente por mestre Antônio José Damasceno, com velas e cordas. Este tampão permitiu o regresso. Antônio José Damasceno, mestre Antônio da Lanchinha, dono da lancha "Julita", de Natal para Macaíba, era um evocador desses momentos terríveis" (Acta Diurna) — Luiz da Câmara Cascudo. "A República", de 8-2-1942).

Em Natal, depois do naufrágio do "Bahia", recitava-se muito nos salões familiares a poesia de Segundo Vanderlei intitulada "O Naufrágio do Vapor Bahia", cujas principais estrofes eram:

Corria a noite em meio, em plácida derrota
Ia um barco a vagar qual célere gaivota,
Por sobre o dorso azul da vaga boreal;
Vênus bela ostentava a sideral grinalda
Sorria, em baixo, o mar, abismo de esmeralda.
Sorria em cima o céu, abismo de cristal.

E o mestre, então, perdeu tão belas esperanças,
Sem respeitar sequer as tímidas crianças,
Lançando sobre a dor o seu desdém alvar
Serviu de círio a luz dos vaporosos astros,
De confessor o céu, de cruz os longos mastros...
Era o sudário a noite, de cemitério o mar.

E quando o velho Isaac, o filho do oceano
Esgotado supôs o esforço todo humano
Cansado de lutar, descrente de vencer,
Fitou sereno o céu e os braços sobre o peito
Deixou-se assim morrer, da morte satisfeito,
Por ter até o fim cumprido o seu dever.

Um navio de menos à tona das espumas
Um espectro de mais à tona do porvir.

(1) Avelino Alves Freire era chefe de importante firma comercial de exportação de açúcar e cereais. Residia com a família numa belíssima chácara em Natal (Ribeira). No naufrágio, antes de se jogar no mar, amarrrou na cintura cerca de duzentos contos de réis (grande fortuna na época), deixando no camarote o seu relógio de ouro. Em Natal as pessoas mais velhas ainda se lembram dos seguintes versos cantados após o naufrágio:

Senhor Avelino Freire
Este mogo também ia
Levava tanto dinheiro
Que afundou o "Bahia".

Escapou uma menina
Em cima de uma tabuinha
E uma velhinha cega
Num garajau de galinha (*).

O filho de Avelino Freire, meu primo Dr. Marciano Alves Freire, Procurador do IPASE, adquiriu recentemente de mergulhadores pernambucanos, para a sua valiosa coleção de objetos antigos, alguns pratos de porcelana inglesa do vapor "Bahia", com as iniciais da companhia de navegação. Os objetos retirados do casco do "Bahia" vêm sendo muito disputados pelos colecionadores de curiosidades.

(*) Cartas da Praia — Hélio Galvão.

O primeiro automóvel do Brasil

EM fins do século passado, notável já era o desenvolvimento de Goiana. Contando com inúmeros engenhos, usina de açúcar, fábrica de tecidos, grandes armazéns de estivas, louças, ferragens, lojas de fazendas e miudezas, escritórios, firmas importando mercadorias diretamente da Europa, jornal diário, pôrto fluvial, teatro, duas bandas de música, etc., extraordinário era o movimento do seu comércio, de sua indústria e intensa a vida social da cidade. Depois do Recife, era a cidade mais importante de Pernambuco, não só pelo seu progresso, pelo seu adiantamento material, como também pelo grau de cultura do seu povo. Silva Jardim chegou a dizer, quando lá esteve, que "seus habitantes, incontestavelmente civilizados e dos quais se destaca uma sociedade culta e elegante, pretendem rivalizar com os do Recife".

Assim, era Goiana trepidante de vida, trabalho, agitação política e social em fins do século passado.

Mas, deficiente eram os transportes daquela época. Em 1880, surgiram os primeiros carros puxados a cavalo, conhecidos como diligências, estabelecendo o serviço de transporte de passageiros entre Goiana e Recife. A diligência levava dois dias nesse percurso de 68 quilômetros. Próximo a Igarassú, no lugar chamado Tabatinga, onde ainda hoje existe um grupo de casas velhas e abandonadas, as diligências pernoitavam para descanso dos animais. No dia seguinte, pela madrugada, a diligência continuava sua viagem até Olinda, onde os passageiros tomavam a Maxambomba para o Recife.

Esse meio de transporte, moroso e irregular, no entanto, era um grande melhoramento. As diligências movimentavam a velha estrada real, por onde andara a cavalo Henri Koster, Vidal de Negreiros, Pedro II e tantos outros figurões importantes, tornando agora a viagem divertida pela dormida em Tabatinga e pela algazarra que os boleiros faziam açoitando os cavalos e contando histórias pitorescas aos passageiros. Silva Jardim, quando foi a Goiana realizar uma conferência de propaganda republicana, viajou numa dessas diligências, descrevendo o interessante diálogo que manteve com o esperto e inteligente boleiro.

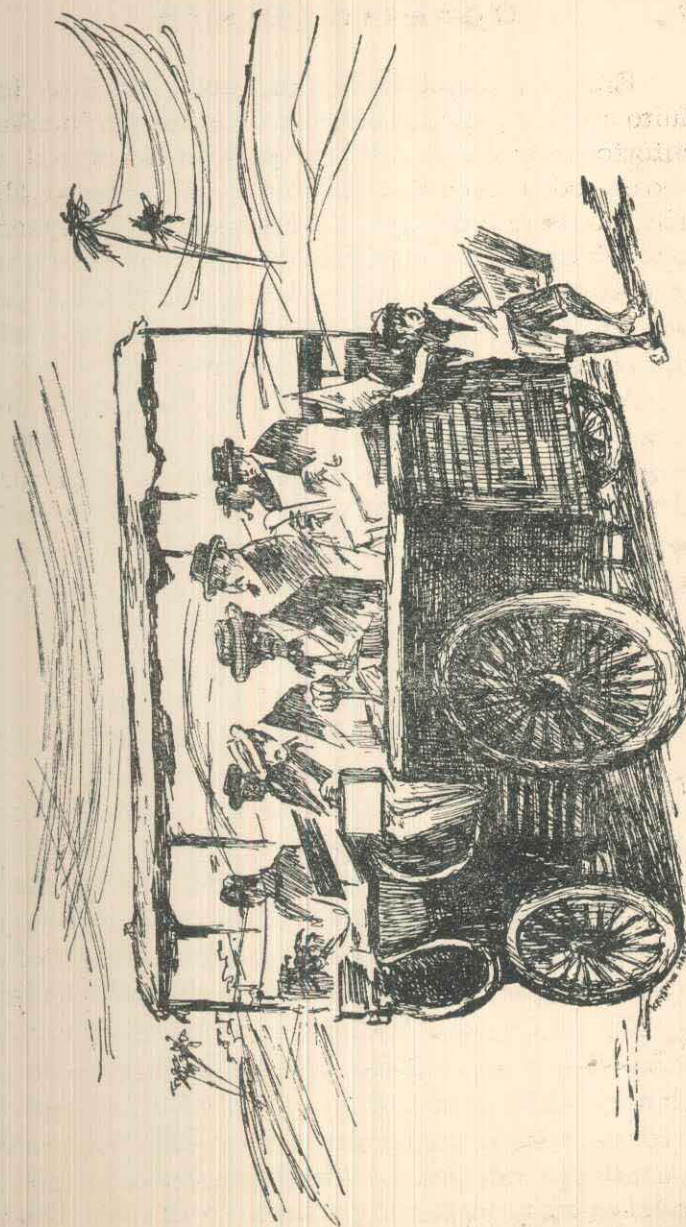
No entanto, com o progresso sempre crescente de Goiana, as diligências foram se tornando insupportáveis. A cidade prosperava, os negócios comerciais aumentavam, havendo mesmo uma febre de agitação, de movimento. O tempo gasto no percurso requeria outro meio de condução mais rápido. O goiense não se conformava mais com a morosidade das diligências. Queria ir à Capital e voltar no mesmo dia. Assim exigiam os seus interesses, os seus negócios.

Nessa situação, para solucionar tão importante problema, surgiu em 1901 a Companhia de Transportes de Goiana, fundada por Manoel Borba, Edward Johnson e Henrique Bernardes. Organizada a sociedade, os seus diretores importaram logo um veículo motorizado da Europa.

Grandes, porém, foram as dificuldades a vencer. Muita gente não acreditava nessa história de automóvel. Aquilo era mentira do inglês. E começaram a surgir pilhérias e boatos. Como poderia ser esse bicho que anda na estrada sem ninguém puxar? E o que seria agora das diligências, dos empregados das cocheiras e dos pobres boleiros? Sim, iam ficar sem o pão, enquanto o galego iria ganhar muito dinheiro.

Finalmente, a máquina chegou dos fabricantes Panhard e Levasseur. Mas, o diabo é que a alfândega não podia desembaraçá-la, pois, não havia ainda uma classificação para aquela mercadoria tão estranha. O inspetor solicitou informações aos seus colegas do Rio e Santos, para saber se por lá já haviam despachado um veículo igual ou parecido. A demora do serviço postal e os entraves da burocracia fizeram demorar a resposta. Isso deu motivo a nova campanha derrotista, aumentando a onda dos incrédulos.

Enquanto isso, os diretores da empresa não desanimavam, redobrando os seus esforços para solução do caso. Depois de algum tempo chegou a resposta, isto é, não haviam despachado por lá essa espécie de mercadoria tão esquisita. Nôvo impasse. Novas lutas e aborrecimentos. Por último, o Inspetor da Alfândega do Recife resolveu desembaraçar de qualquer maneira a tal encomenda.



Era um pequeno ônibus, horrivelmente feio. Muito alto, empanadas de lona, assentos sem nenhum conforto, roda da direção em posição horizontal, eixos e rodas como das diligências, todo aberto. Ninguém podia agora negar os esforços da Companhia em servir ao público e solucionar o problema do transporte rodoviário. O automóvel estava pronto para iniciar o serviço de condução de passageiros para a Capital. Transporte rápido e eficiente.

Mas, eis que surge outra dificuldade, ainda muito pior do que as outras e talvez irremediável. Quem manejaria o carro? Quem por esse tempo saberia mexer em suas complicadas alavancas, acionar o motor e guiá-lo? Por que não haviam também mandado buscar um motorista? O povo de Goiana esperava ver o tal automóvel para acreditar, realmente, na iniciativa da empresa. Henrique Bernardes, que era um homem inteligente e entendido em mecânica, salvou a situação retirando o carro do cais, sendo, assim, o primeiro chofer que teve o Brasil.

O regozijo dos goianenses foi enorme quando o automóvel entrou na cidade sozinho, fazendo barulho, com os olhos de fogo e buzinando. Todo o mundo queria agora andar no ônibus, viajar confortavelmente para o Recife, dizer aos amigos que a viagem fôra excelente e que teve tempo de resolver todos os seus negócios na Capital. Aquilo sim é que era uma diligência. E quando o carro passava pelas ruas os populares se aglomeravam em torno dele para ver de perto, para tocar com o dedo, para olhar por baixo, desconfiados que aquilo fôsse arte do demônio. As mulheres rezavam à sua passagem e os mais tímidos

não queriam viajar nele com medo de uma explosão ou que o bicho desembestasse.

O ônibus partia do Hotel Papagaio, pela manhã, regressando no mesmo dia, custando a passagem dez mil réis. As desconfianças foram desaparecendo e o veículo fazendo suas viagens regulares para o Recife, gastando apenas no percurso duas horas, o que antes era feito em dois dias, com o pernoite na hospedaria de Tabatinga. Muitas pessoas dos municípios vizinhos vinham para Goiana, a fim de viajarem no ônibus. Era a sensação daquela época, o luxo e o bem-estar de ir ao Recife de automóvel, correr pela estrada afora. As passagens eram reservadas com muita antecedência, não só pela pequena lotação do ônibus, como também pela grande afluência de viajantes de toda parte.

Infelizmente, surgiu mais uma dificuldade e essa pôs termo à Companhia de Transportes de Goiana. O ônibus tinha as rodas de borracha maciça, entrando-se facilmente na areia da estrada. O governo não ajudou essa tão louvável iniciativa dos goianenses, melhorando a estrada. Assim, as viagens foram se tornando mais demoradas, parando o carro de quando em quando para tomar água, para esfriar o motor. Por fim, a companhia não pôde mais continuar, deixando, no entanto, essa iniciativa o seu grande interesse pelo progresso do Brasil em matéria de transporte motorizado.

Depois, apareceram os novos carros, mais modernos e rápidos. Goiana teve o seu campo de aviação e a estrada toda pavimentada, gastando-se atualmente na viagem quarenta minutos. E hoje ninguém se lembra mais daquele ônibus tipo arranha-céu, de

empanadas de lona, horrivelmente feio, fumacento, barulhento, que partia tôdas as manhãs do Hotel Papagaio, com os passageiros levando no bôlso um vidrinho de água benta, mas que prestara naquele tempo tão bons serviços à população, no transporte de viajantes para o Recife.

NOTAS:

(*) Foi licenciado no Distrito Federal (Rio) o primeiro automóvel, pertencente ao Dr. Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, residente na Praia de Botafogo, 184. A placa tomou o n.º 146. Pagou 63 mil réis. Isso em 1903.

(*) A primeira ambulância que circulou no Rio (1907) era da firma francesa Delahaye, adaptada por técnicos brasileiros.

(*) Oscar Guinle importou a primeira Mercedes (1908).

(*) Rio-São Paulo de automóvel. O conde Lesdain, espírito aventureiro, realizou a primeira viagem de automóvel entre a antiga capital federal (Rio) e São Paulo, num carro "Brassier", gastando no percurso 876 horas, isso a 12 de abril de 1908. Atualmente a mesma distância é feita em 4 horas, numa estrada de duas pistas.

(*) A primeira corrida de automóvel no Brasil ocorreu em 1910, no Circuito São Gonçalo-Niterói. Dirigindo o carro n.º 6 estava Francisco Serrador e ao seu lado Alberto Botelho, ambos vestidos a rigor, isto é, macacão, capacete, orelhas cobertas, óculos de aviador, tudo por causa da grande velocidade de 35 quilômetros por hora.

(*) Em 1871 Francisco Antonio Pereira da Rocha assustava os baianos de Salvador com uma enorme e pesada máquina a vapor, parecendo um rôlo compressor de pavimentação. Os passageiros ficavam num carro puxado pela máquina (Werginaud Gonsalves — "Automóvel no Brasil").

(*) José do Patrocínio também assustava os cariocas com um carro a vapor, dirigido por Olavo Bilac, que se perdeu de encontro a uma árvore na Estrada Velha da Tijuca, em 1897. (Petrobrás, n.º 223)

(*) Dizia-se no Recife que Estácio Coimbra, quando Governador do Estado (1911), tinha um motorista que além de não ter boa direção, não conhecia bem a cidade, errando as entradas e saídas das ruas, causando sérios aborrecimentos. Para corrigir essa sua deficiência, usava, então, um laço de fita vermelha no braço direito e outro azul no esquerdo. Assim, quando o Governador ia para alguma solenidade, o ajudante-de-ordens, ao lado do motorista, ia dizendo: — laço azul, laço vermelho, novamente o azul, outra vez o vermelho... Naquele tempo não existia Serviço de Trânsito, marcação de ruas, sinalização e nem havia mão e contra-mão. A verdade é que com os laços coloridos, foi resolvido o problema do carro oficial...

(*) Na Casa-Museu Rui Barbosa, à Rua São Clemente (Rio), uma das maiores atrações é o automóvel que pertenceu ao grande jurisconsulto. É um Mercedes Benz, modelo 1916. Na inauguração da Fábrica Mercedes, em São Paulo, o então Presidente Juscelino Kubitschek dirigiu o carro de Rui.

(*) O primeiro motor a gasolina apareceu em 16-8-1883, dos inventores Gottlieb Daimler e Wilher Maybach. Em 1885 foi aperfeiçoado para veículos.

(*) Em 1847 Thompson imaginou guarnecer as rodas dos carros com pneumáticos inflados de ar. Contudo, todos eles continuavam a rodar com pneu de borracha maciça. Somente em 1888 um dentista de Dublin colocou rodas pneumáticas na bicicleta de seu filho. Daí, começou o aperfeiçoamento. Michelin em 1895 adaptou a roda pneumática ao automóvel e Goodyear descobriu a vulcanização. Já em 1957 a firma B. F. Goodrich conseguia fabricar o pneu atômico. Hoje temos o pneu sem câmara de ar.

(*) Os primeiros automóveis de passageiros surgiram no Rio em 1903 e eram de José do Patrocínio, Souza Durval e capitão Correia. (Noronha Santos — "Meios de transporte no Rio de Janeiro".)

O mascate que morreu queimado no engenho Bujary

O engenho Bujary fica nos arredores da cidade de Goiana. Lá da Rua da Praia avista-se a sua várzea e o canavial por onde passa o rio Tracunhãem, tão barulhento no inverno, quando suas águas crescem inundando tudo, destruindo lavouras, interceptando as estradas, correndo e pulando numa fúria impiedosa. No verão, êle é quieto, manso e sinuoso como uma serpente, caminhando escondido por entre o canavial até se encontrar no Japomim com o Capibaribe-Mirim, quando abraçados e confundidos vão cair no mar.

Lá em cima ficam a casa-grande e a capelinha. E, por trás, um trecho da mata fechada, árvores de grossos troncos e altas copas folhadas e, de um lado, uma elevação coberta de relva sempre verde e alegre, onde se sente o cheiro do mato e dos frutos silvestres.

O engenho Bujary teve papel importante na vida da aristocracia rural de Goiana, tendo o seu período áureo no tempo em que pertenceu ao capitão-mor João da Cunha, isso em 1700. Aquela sua antiga imponência desapareceu, como a do engenho Novo de Sto. Antônio, onde viveu e morreu André Vidal, cuja cabeça estêve a prêmio no tempo do domínio holandês. Passando a pertencer à Usina Sta. Tereza, o engenho Bujary está abandonado, sem vida, sem movimento, conservando apenas a beleza de sua paisagem e a recordação de sua grandeza de outrora.

Naquela época, isto é, no tempo do capitão-mor João da Cunha, não havia em tôda redondeza uma casa-grande com tanta riqueza, tanto luxo, conforto e fartura. As salas eram ornamentadas com rico mobiliário. Cadeiras revestidas de couro, cômodas de nogueira, sofás de jacarandá e um enorme candieiro de prata via-se sôbre uma mesa com tampa de mármore. O santuário tinha as imagens adornadas de jóias. A adega era farta de vinhos. Na sala de jantar admiravam-se os toalhados de linho, as baixelas de prata, a louça fina e os critais. O quarto de D. Damiana, espôsa do capitão-mor, apelidada pelos goianenses de Escopeteira, por ser perita em atirar, era um encanto de conforto e bem-estar, chamando logo a atenção do visitante um enorme espelho de cristal, montado em linda moldura, pintada a ouro.

Todo êsse esplendor desapareceu. Apenas não deixou aquelas paragens uma assombração que, vez por outra, aparece por lá destelhando as casas e amedrontando os moradores...

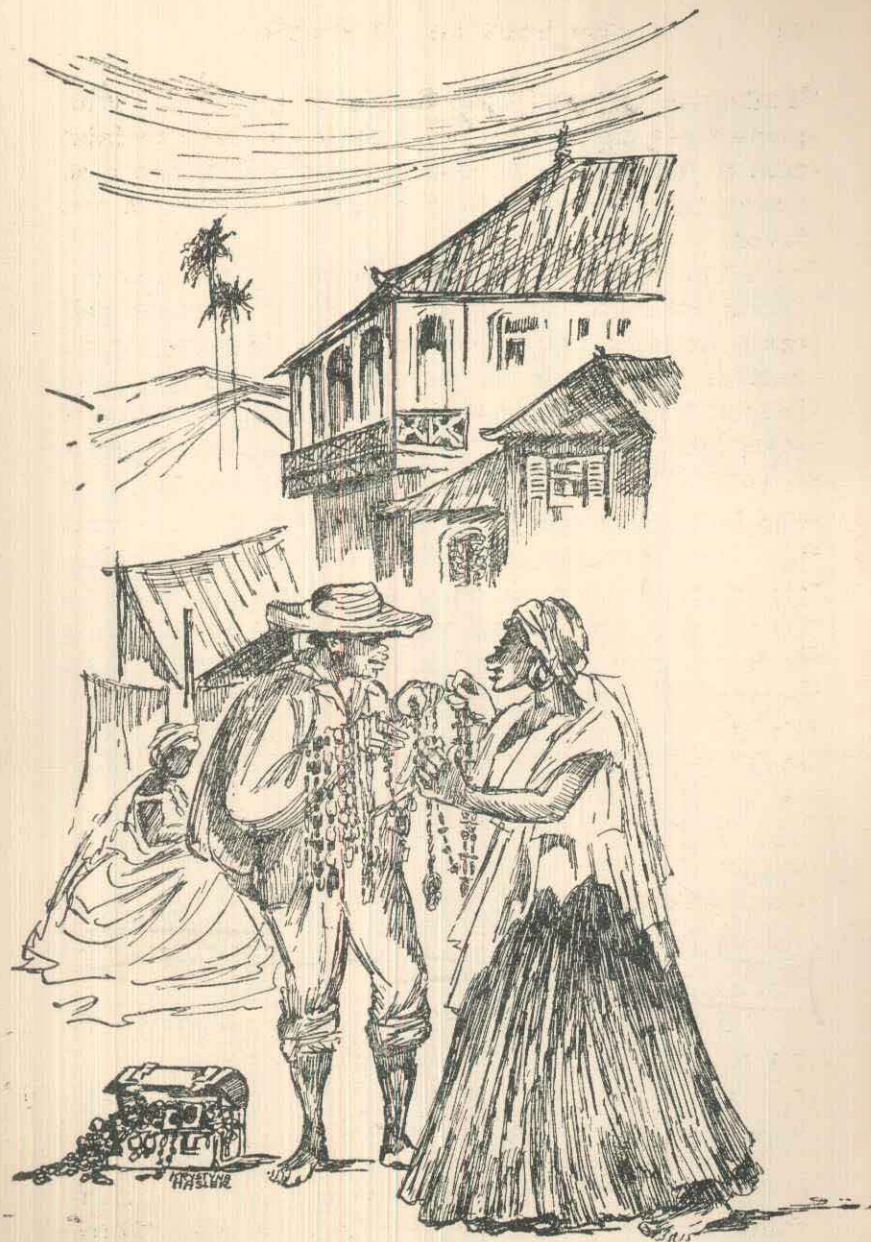
No tempo de João da Cunha a "botada" do engenho era um dos acontecimentos sociais de Goiana

*
Prof.
min.
*
de maior relêvo. A festa rolava o dia inteiro. Vinha gente de tôda parte, não faltando uma só autoridade da vila. Muitos dias antes só se falava nos preparativos da "botada" do Bujary, na lista dos convidados, etc. Logo na véspera chegavam os convidados de mais longe.

A festa começava por uma missa celebrada na capela, onde todos compareciam, destacando-se o Capitão-mor e sua espôsa, que nesse dia usava um vestido todo de rendas e suas melhores jóias. Terminada a cerimônia religiosa, o padre Antônio ia benzer a moenda e depois entregava ao senhor do engenho a primeira cana a ser moída. Os negros açoitavam as bêstas e a almanjarra começava a rodar, escorrendo o cheiroso e espumante caldo de cana, que era bebido ali mesmo, com as saudações de alegria e prosperidade. No lado de fora, na bagaceira, os convidados disparavam tiros para o ar em sinal de regozijo. Nessa parte D. Damiana, a Escopeteira, se sobressaía de todos, dando tiros e mais tiros, mostrando a sua habilidade em manejar armas de fogo.

*
Prof.
*
Ao meio-dia era servido o almoço, que constava de peixe e camarão ali do rio Tracunhãem, tudo com muita fartura e muito vinho. À noite, enquanto os convidados conversavam e brincavam, a negralhada tinha ordem para se distrair. A senzala ficava tôda iluminada e o zambê rolava até madrugada ao som dos atabaques, com cantilenas e mistura de suor e cachaça.

O senhor do engenho Bujary gostava do tronco e do açoite. Negro ladrão e cabra safado não escapavam do merecido castigo. Por isso todos o respeitavam e temiam. Essa fama chegou até nossos dias.



Tinha, no entanto, uma excelente qualidade. Ninguém fôsse mexer com um trabalhador seu. Ia falar com o Juiz, com o Delegado, gastava dinheiro e só ficava tranqüilo quando o caso se resolvia a seu favor.

Certo dia, na época da moagem, apareceu no engenho um mascate, com chapéu de abas largas, calças estreitas e baú às costas, cheio de bugigangas. Zeferina, mulher de um morador, comprou umas miçangas. O mascate não se conformou com o preço que ela pagou e exigiu mais dinheiro. Houve discussão. A mulher, ou porque não tivesse mais dinheiro ou porque achasse que o preço justo era aquêles mesmo, não cedeu. O ambulante não queria se conformar dizendo que tinha prejuízo, que a mercadoria era boa. Os vizinhos, atraídos pelo barulho, intervieram, mas nada conseguiram. Zeferina, certamente, confiada no prestígio do Capitão-mor e na defesa que êle sempre tomava dos seus trabalhadores, bateu o pé, não deu mais nem um vintém e ainda disse uns desaforos ao vendedor. Êste, verificando que não era mesmo atendido, arrumou o baú às costas e saiu bradando furioso:

— Negros velhacos, cambada de ladrões. Vocês fazem isso porque o patrão os defende para melhor explorar o seu trabalho.

E descendo em direção ao pátio do engenho, virou-se e exclamou cheio de raiva:

— Deixa estar que vocês todos vão pagar, cambada de ladrões e nobres de...

Essas últimas palavras não foram ouvidas, mas o capitão-mor foi logo avisado do ocorrido e, naturalmente, com certo exagêro. Ao saber das expres-

sões usadas pelo mascate, João da Cunha ficou furioso. Calçou as botas, empunhou o rebenque e chegando à varanda, gritou:

— Moçambique! Severino Lambaio! Tragam aqui êsse mascate atrevido.

Resmungou umas palavras para o feitor Maláquias, um preto corpulento, orelhas acabanadas, nariz achatado, e batendo nervosamente com a chibata na bota, disse:

— Eu quero saber se êsse cachorro ainda me chama de explorador. Sou nobre decente e me orgulho disso.

Momentos depois chegavam dois negros arrastando pela bagaceira o pobre mascate. D. Damiana, que conhecia o temperamento do seu marido, correu para a varanda e intercedendo pela vítima, exclamou:

— João, talvez êle não tivesse dito tudo aquilo. Estava zangado com a Zeferina, que quando bebe é pior do que o demônio. Fica atrevida e malcriada. O Capitão-mor parece que ficou mais irritado e pôs-se a gritar:

— Damiana, não suje a sua bôca pedindo em favor dêsse cão danado. Êle vai ver quem é ladrão e explorador do suor alheio. Vai morrer assado como um porco maldito que é.

D. Damiana, aflita e nervosa, antevendo o que ia acontecer, ainda procurou num último recurso interferir em benefício daquele miserável, mas sem resultado. João da Cunha descendo as escadas, mandou que levassem o homem para o engenho. O castigo foi o mais cruel possível. O mascate ao saber do seu triste fim, sem poder se defender e nem para

quem apelar, gritava como um possesso, retorcendo-se todo, procurando assim escapar das garras possantes de Moçambique e Lambaio.

Os escravos abriram a fornalha do engenho e jogaram dentro das labaredas crepitantes o desgraçado mascate. Ouviu-se apenas um grito estertorante e do lado de fora o latido de um cão. A negralhada recomeçou a mexer as tachas de mel na fabricação do açúcar, a cantar para suavizar o trabalho, como se nada tivesse acontecido.

Quando estive alguns anos passados em Bujary, relembando essa história a um velho morador desse engenho, êle me disse em confirmação:

— E' por isso que, vez por outra, em determinada época do ano, aparece por aqui uma assombração destelhando a Casa-grande e amedrontando a gente. . .

E torcendo o chapéu de palha de carnaúba entre os dedos, com o olhar vago pelo engenho, exclamou pesaroso:

— Como um castigo de Deus, êste engenho nunca mais prosperou. Vive abandonado e triste, de fogo morto para sempre.

NOTAS:

(*) Durante a Guerra dos Mascates (1710) os rebeldes chefiados por Pedro Lima, Gonçalo Ferreira e Tunda-Cumbe, assaltaram o engenho Bujary. A Casa-grande foi saqueada e o canavial incendiado.

O Capitão-mor João da Cunha tinha ido para Goiana, refugiando-se com o seu pessoal num sobrado do Pátio do Carmo, a fim de oferecer resistência e onde se travou um sério combate, morrendo o padre Henrique Celini.

O interessante é que, durante a luta, D. Damiana, a Escopeteira, fugiu com Antônio Coelho, rico comerciante e um dos chefes dos "mascates" Quando se preparavam para tomar a barcaça "Borboleta", chegaram os soldados e populares, sendo Antônio Coelho assassinado.

Visita de Silva Jardim a Goiana

DESDE muito Silva Jardim desejava conhecer o Norte, principalmente Pernambuco. Sua história e seus heróis o seduziam, desde a expulsão dos holandeses. Com a campanha republicana essa idéia cresceu e seria, certamente, uma realidade. Sim, agora era a oportunidade de conhecer o Norte e render suas homenagens aos heróis pernambucanos de 17, 24 e 48. Depois, como êle próprio dizia, era preciso unir os ideais republicanos do Norte com o Sul, fazer uma só campanha com uma só finalidade: A República. Conjuguar os esforços de todos os patriotas, sentir o entusiasmo do povo nordestino, difundir, cada vez mais, a idéia republicana para a vitória final.

No entanto, os companheiros de Silva Jardim e a sua própria esposa eram contrários a essa viagem. Todos temiam pela sua vida. O Norte, diziam uns, é o reduto da monarquia. O Norte? . . . exclamavam outros balançando a cabeça em sinal de desengano e reprovação. O pai também interferiu, apelando para

os seus sentimentos de família. Todos, enfim, receavam essa viagem. Na verdade, na Bahia, êle quase era assassinado.

Nada, porém, o demoveu. Nem as lágrimas da esposa, a interferência do pai e as advertências dos amigos. A viagem foi preparada em sigilo. E o mais interessante é que Silva Jardim embarcou no mesmo navio com o Conde d'Eu, que ia até o Amazonas fazer a campanha do terceiro reinado, em vista do estado de saúde do Imperador. E ambos seguiram no "Alagoas" rumo ao norte.

Depois de alguns dias no Recife, Silva Jardim iniciou a sua viagem pelo interior de Pernambuco. Os incidentes ocorridos em sua primeira conferência na Capital e os tiros desfechados às janelas da residência do Dr. Ribeiro de Brito, à Rua do Hospício, onde o tribuno se hospedou, em nada modificaram os planos de sua excursão. Com o espírito sereno e altivo, cheio de fé e entusiasmo na causa que abraçara, Silva Jardim não podia retroceder diante das ameaças dos monarquistas e da célebre Guarda Negra.

Dentre os municípios pernambucanos, foi Goiana o que lhe deixou melhor impressão. Êle próprio confessou que a sua chegada à terra de Nunes Machado constituiu um verdadeiro triunfo. Aliás, desde muito, vinha a campanha republicana sendo fortemente agitada em Goiana, não só pelos políticos como pela imprensa. Em agosto, surgiu mais um jornal republicano "O Diário de Goiana", o primeiro a sair no interior do Estado. O chefe do Partido Republicano era o Dr. Pereira de Lira e o órgão oficial do movimento "A Gazeta de Goiana".

Grande era o entusiasmo do povo goiano pela causa republicana. Já certa vez, em 1848, o povo invadindo o Paço Municipal, jogou na rua o busto do Imperador, que se fêz em pedaços. Todos ansiavam em homenagear o "apóstolo republicano". E, por ocasião de sua chegada ao Recife, lá estava o acadêmico Amaro Rabelo Filho, representando os goianenses, vibrante de idealismo e coragem.

Regressando de Timbaúba, Silva Jardim e sua comitiva saltaram na estação de Baraúna e se dirigiram a cavalo para o Engenho Tabayré, em Goiana. O tribuno estava encantado com a paisagem nordestina, a beleza dos cenários que ia descortinando. Os canaviais, como um oceano de fôlhas farfalhando ao vento, o seduziam. Aquêlê sussurro monótono da folhagem açoitada pelo vento era uma música misteriosa e doce aos seus ouvidos. Tudo era uma festa para os seus olhos de sulista. A beleza simples das casinhas de taipa à beira da estrada, a meninada feliz brincando nos terreiros varridos com vassouras de capim, uma casa de farinha, as rêdes armadas nos alpendres, uma mulher cantarolando uma canção popular. Numa certa elevação a comitiva parou, surpreendida pela magnificência da natureza. Uma paisagem maravilhosa se avistava lá do alto. As montanhas azuis ao longe, os animais pastando, o colorido das flôres silvestres, o cheiro da terra molhada e do mato verde, e novamente o canavial se estendendo pela várzea, tomando conta de tudo. Adiante, na curva da estrada, apareceu o casario da povoação de Areias, hoje Vila de Itaquitinga.

Por fim, chegaram ao Engenho Tabayré, do coronel Amaro Rabelo, homem de fina educação e tra-

to, fidalgo nas atitudes e na maneira cativante com que sabia receber os amigos. Sendo o coronel Rabelo muito benquisto e gozando de largo prestígio social e político, o solar do engenho estava nesse dia vivendo um dos seus momentos mais felizes e festivos. Silva Jardim ficou encantado com essa hospitalidade.

À tarde teve lugar o jantar. O coronel Rabelo foi quem saudou Silva Jardim, erguendo o brinde de honra pela felicidade do nôvo regime. Nada faltou à comitiva. Na mesa viam-se as mais finas e variadas iguarias, o bom vinho francês, os doces, bolos. Além da comitiva, a casa-grande do engenho encheu-se de convidados e pessoas amigas.

X Enorme era a ansiedade da população da cidade em receber a caravana republicana. As ruas já estavam embandeiradas, apresentando aspecto festivo e movimentado. Nas esquinas, nos cafés e hotéis não se falava noutra coisa a não ser a recepção ao grande tribuno. A residência do Dr. Pereira Lira permanecia cheia de amigos e adeptos da causa. O centro, porém, de maior atividade e de comentários era o Beco do Pavão, onde ficava a redação de "A Gazeta". Na farmácia do Regueira e na relojoaria do Zumba Peixoto, os republicanos discutiam calorosamente. A boataria, no entanto, partia da escadaria da Igreja da Misericórdia. Os boatos ferviam. Vão, à noite, empastelar a "A Gazeta" e rasgar as bandeiras das ruas. Uns diziam que a ordem seria bastante alterada, com grossa pancadaria. A Saboeira não ia tocar na recepção. Nem também a Curica. E os partidários dessas duas bandas de música se exaltavam. O comício anunciado para a praça pública não mais se realizaria. E se os republicanos insistis-

sem, o cacete entraria em ação. Pessoas estranhas foram vistas no Largo do Canal conversando com um embarcadão. Eram os elementos da Guarda-Negra...

Pela manhã, a comitiva partiu do engenho Tabayré, diretamente para a cidade. Silva Jardim já estava ciente do programa das festas e de que a ordem seria perturbada. Os cinquenta cavaleiros que deixaram o engenho, a 30 de junho de 1889, pararam nos arredores da cidade. Nesse local já se encontravam as onze diligências para conduzir os republicanos, bem como o Diretório do Partido Republicano, constituído dos Drs. Pereira Lira e Antônio Gomes, acadêmico Amaro Rabelo Filho e Srs. Manoel Aurélio Tavares de Gouveia e Pedro Araujo Gonsalves Guerra.

Silva Jardim, depois de receber os cumprimentos de boas-vindas, tomou assento no carro principal, rumando para o centro da cidade. Os foguetões começaram a pipocar nos ares, anunciando a chegada da caravana política. E o povo foi logo se aglomerando nas ruas por onde o cortejo deveria passar. Ao saltar na cidade, foi Silva Jardim delirantemente aclamado, ouvindo-se a Marselhesa tocada pela banda de música Curica.

A causa republicana estava bem preparada em Goiana, não só pelas atividades do Diretório, como pela imprensa. Já no dia 17 de junho, teve lugar no Teatro S. Miguel a 3.^a Conferência promovida pelo Centro Republicano de Goiana, proferida pelo Dr. Antonio Gomes, diretor de "A Gazeta de Goiana". Também discursou o Dr. Argemiro Arôxa, seguindo-se uma hora de arte a cargo do flautista Gabriel Renepont. Terminado o espetáculo, os espectadores fo-

ram surpreendidos com tiros de revólver, desfechados com o intuito de estabelecer o pânico e intimidar os republicanos.

O comício estava marcado para ser realizado na praça pública, mas assim não sucedeu. Quando os republicanos se dirigiam para êsse local, os adversários políticos entraram em ação, impedindo de maneira hábil o comício. Havia na cidade um sujeito amalucado, Manoel Carneiro de Mesquita e Melo, que tinha por costume, quase todos os dias, pela madrugada, envolver-se numa coberta vermelha e sair pela rua ou ficar à porta de um seu imaginário desafeto a fazer algazarra, a discursar em altas vozes, não deixando mais ninguém dormir. Às vezes, saía tocando uma sineta, gritando e cantando.

Os monarquistas conseguiram que Neco Doido perturbasse o comício. Assim, nesse dia, ei-lo, todo aparamentado no seu habitual cobertor vermelho e de sineta em punho, a gritar, a discursar, a fazer gaia-tices para divertimento da garotada, justamente no local onde Silva Jardim ia falar. Não se tinha para quem apelar. Manoel Carneiro de Mesquita e Melo era parente próximo de uma família influente do partido liberal, ora no poder, e a polícia era conivente em tudo isso. E Neco Doido, cada vez mais excitado e enfurecido pela molecada, esbravejava num vozerio infernal, não deixando ninguém falar. Os assistentes foram se inquietando com essa provocação dos monarquistas, que estavam usando de semelhante expediente para impedir o comício. Um grupo mais indignado quis retirar à força o doido da praça. Aquilo era demais. Não podia continuar. Nem se admitia tal procedimento que atentava contra os direitos de

liberdade do povo em manifestar as suas idéias livremente. Quando o aludido grupo ia em direção do perturbador, em atitude agressiva, Silva Jardim não consentiu, alegando que a praça era de todos e que assim como ele tinha o direito de falar, Manoel Carneiro de Mesquita e Melo também o tinha. Confirmou-se, desta maneira, o boato de que o comício não se realizaria na praça pública.

Os republicanos, contudo, não desanimaram. Dirigiram-se para o edifício da Sociedade Therpsicore, um grande sobrado localizado na Rua Direita, onde hoje se acha instalado o Sindicato Agrícola, e defronte de um outro onde se hospedou o Imperador Pedro II. No enorme salão dessa sociedade, teve lugar o comício. Francisco Pinto de Abreu, que era estudante de Direito nesse tempo e depois foi grande educador, leu uma poesia de sua autoria, saudando o tribuno, cuja 5.^a estrofe dizia:

Bravo, bravo levantou-se
O Brasil do sono seu,
Debalde o gládio vergou-se
A razão foi quem venceu.
Hoje a voz da Marselhesa
Que amedronta a realeza
Fêz o herói ressuscitar.
Quebrai as lousas trementes
Machado, Ivo e Tiradentes
Vinde a Pátria abençoar.

Discursaram outros oradores. Por fim, falou Silva Jardim, cuja palavra era ansiosamente esperada por todos os presentes. Os aplausos surgiam de

instante a instante. E o tribuno, vibrante, eloquente, cheio de entusiasmo pela causa republicana, conquistou o coração dos goianenses. Terminada a conferência, a caravana política percorreu os principais pontos da cidade, visitando a casa onde nasceu Nunes Machado, o chefe da Revolução Praieira, o Cruzeiro do Pátio do Carmo, um dos mais belos da América do Sul, e outros lugares históricos.

À noite teve lugar o banquete, que decorreu num ambiente de muito entusiasmo. Foram trocados diversos brindes aos próceres republicanos, Martins Junior e Maciel Pinheiro, que representava o barão de També nas solenidades realizadas. No dia seguinte, a 1.^o de julho, o Dr. Pereira de Lira ofereceu, em sua residência, um almôço a Silva Jardim e seus companheiros de campanha, no qual tomaram parte pessoas de destaque social da cidade. Ao terminar e sendo vivamente aclamado pelo povo, Silva Jardim proferiu um dos seus discursos mais belos, quando teve ocasião de recordar a história pernambucana de lutas em prol da liberdade e da nacionalidade, e de se despedir dos goianenses, gente brava e altiva, generosa e hospitaleira, que tanto cativara o seu coração. E finalizando, entre vivas e aplausos, dizendo que um povo que sempre se batera pela liberdade, altivo e rebelde, que não conhecia a subserviência, só podia desejar a República, o novo regime que vinha salvar o Brasil. E em Goiana grande era a sua confiança na vitória da causa republicana.

Agora, depois de tantas homenagens e entusiasmo, era o regresso. Despedindo-se dos amigos e correligionários, Silva Jardim tomou a carruagem sob os aplausos da multidão e ao som da Marselhesa, exe-

cutada pela banda de música Curica. A diligência rumou pela Rua da Praia com destino ao Recife, passando logo adiante pelos canaviais do Engenho Bu-jary, com sua capelinha alva como um alfinim trepada numa colina junto à casa-grande. Depois, a mata fechada ensombreado a estrada, árvores enormes tôdas floradas e cheias de frutos silvestres, rescendendo um perfume agradável e doce. A paisagem é sempre verde.

A distração da viagem foi a conversa do esperto e inteligente boleeiro Miguel Joaquim Ribeiro, conhecido por Miguelzinho de Casuzão, republicano ardoroso. Ele era Alferes da Guarda-Nacional, andando, em Goiana, fardado, nos dias de festa. Alto, forte, corado, simpático, de excelente humor, retorcia, a cada instante, as pontas do seu grosso bigode, que lhe dava um ar de certa imponência.

Miguelzinho de Casuzão ia todo vaidoso na boleia do seu carro açoitando os cavalos, contando histórias e façanhas e indicando os lugares por onde passava: Cajueiro, Fontainha, Itapirema, Chã de Mangabeira, Arataca, Ubu, Araripe, Pasmado. . . A conversa ia animada. Nesse tempo, uma das preocupações dos pernambucanos era discutir o talento oratório de Nabuco e Silva Jardim. Martiniano Veras, que ia com o tribuno na carruagem, quis experimentar o boleeiro e lhe fez a seguinte pergunta:

— Diga-me uma coisa, quem você tem ouvido dizer que fala melhor, Nabuco ou Silva Jardim?

Miguelzinho de Casuzão diminuiu um pouco a marcha da diligência, retorceu as pontas do bigode e exclamou:

— Dizem que Nabuco não se encosta para o lado de Silva Jardim. Mas, se por acaso se encostar, não se confessa. . .

O tribuno não entendeu e Martiniano Veras logo explicou: — Ele quer dizer que Nabuco não pode se comparar com você. No entanto, se discutir, morre sem tempo para se confessar.

Silva Jardim esboçou um sorriso. Miguelzinho de Casuzão, compreendendo a satisfação íntima do tribuno pelo acerto e inteligência de sua resposta, também sorriu. E, açoitados os cavalos, a diligência momentos depois chegava em Igarassú, onde os passageiros ficaram.

NOTAS:

(1) O povo pernambucano acostumado com a imponência de Joaquim Nabuco, alto, forte, bonitão, ficou a princípio decepcionado com a figura de Silva Jardim, quando ele assomou a tribuna para falar. O tribuno era pequeno, "raquítico como um gafanhoto", na expressão de Medeiros e Albuquerque, barbado e sempre metido numa sobrecasaca preta. No entanto, quando começava a falar se transformava todo. Era um gigante. Entusiasmava o auditório. Deslumbrava com o ardor de suas palavras e comovia com a sua argumentação.

Ele começava a falar baixinho. E, pouco a pouco, ia levando a voz, cada vez mais alta, mais vibrante, mais altaneira, até que a fazia cair repentinamente. E aí, justamente nesse momento, surgiam os estrepitantes aplausos, obrigando o orador a fazer uma grande pausa para recomençar a peroração.

A sua figurinha de gafanhoto desaparecia na tribuna, pois, o auditório ficava embevecido pela sua oração, retumbante, quente, vibrante, cheia de entusiasmo e de frases bonitas. O povo não se cansava de aplaudi-lo. E, foi assim, que conquistou o coração dos goianenses, dando motivo àquela comparação de Miguelzinho de Casuzão.

O General dos Urupemas

O Governador Luiz do Rego, Visconde de Garaz e Lima, apesar dos atos de arbitrariedade praticados contra os pernambucanos, fez uma boa administração. Era violento e desabusado, mas se dedicava com incontestável interesse para a solução dos problemas administrativos daquele tempo, procurando, por todos os meios, realizar um governo de grandes iniciativas.

A êle se deve a construção do farol, à entrada da barra do pôrto do Recife, de tantas vantagens e benefícios à navegação. Promoveu a abertura de estradas para os subúrbios da cidade, acabando com aquêles caminhos estreitos, de difícil trânsito e mal-assombrados. As comunicações entre Recife e Olinda, cidades tão próximas, eram feitas em canoas, com dificuldade e morosidade, devido às marés. Êle construiu uma boa estrada ligando essas duas cidades, melhoramento êsse de grande importância e que muito facilitou o tráfego.

Os pernambucanos, porém, odiavam Luiz do Rego, não reconhecendo os benefícios por êle exe-

cutados, havendo sempre uma pilhéria, um desdém, uma indiferença. No Palácio do Govêrno havia um terraço chamado pelo povo de "mexeriqueira", pelas histórias irreverentes que saíram de lá. Depois, sendo o general dado a conquistas amorosas, os recifenses se aproveitavam disso para espalhar perfídias a seu respeito. A verdade é que, vez por outra, o Governador mandava repicar falsamente os sinos das igrejas, dando sinal de incêndio. Como nessa época não havia ainda serviço de bombeiros, os oficiais eram obrigados a combater o fogo, dirigindo-se imediatamente para o local onde o sino da igreja tocara, isto é, Sto. Antônio, S. José, Boa-Vista. Certa noite, porém, desconfiando que o rebate era falso, certo militar não saiu propositadamente de casa. Na verdade, poucos instantes depois, ali chegava o Governador, que ficou bem embaraçado com a inesperada situação. . .

Procurando, a par dos melhoramentos realizados, fazer alguma coisa pela estética da cidade, Luiz do Rego baixou um aviso, proibindo a colocação de urupemas (1) nas janelas das casas, como era costume na época, para evitar o sol e os olhares curiosos e indiscretos dos transeuntes. Essa providência visava, realmente, melhorar a fisionomia da cidade, pois, as tais urupemas davam um aspecto feio, decadente e desprimoroso. Elas seriam substituídas pelas grades inglesas.

Essa medida o Governador pernambucano copiara de uma antiga iniciativa do Chefe de Polícia, Desembargador Paulo Fernandes Viana, proibindo o uso de urupemas nas janelas das residências que tanto afejavam o Rio de Janeiro, apresentando-se a

cidade com um aspecto de atraso. E' que, com a chegada de D. João VI, a capital sofrera uma radical transformação em sua fisionomia urbana, em seus hábitos e costumes. Era, sem dúvida, a sede da Côrte do Brasil, com muita gente de fora, visitantes, estrangeiros, novas repartições, etc. Por isso, aquela autoridade se apressou em baixar um edital (2) para que se substituísse, no prazo de 8 dias, as urupemas por grades de ferro ou balaústres de madeira. A população carioca aceitou de bom grado a providência do governo e, em pouco tempo, as muxarabis, de que nos fala Antenor Nascentes em suas "Efemérides Cariocas", desapareceram das casas residenciais, dizendo-se que agora sim, a capital brasileira se renovava, se civilizava, não fazendo mais vergonha aos ilustres visitantes estrangeiros.

No Recife, os proprietários cumpriram logo a exigência governamental. Os goianenses, no entanto, resistiram. Viram nisso uma prepotência de Luiz do Rego, que não tinha mais o que fazer. Não retiraram as urupemas das janelas. Ora, era só o que faltava, diziam eles nas rodas familiares, deixar as nossas casas devassadas pelo público, por certos pelintras. E como os goianenses não gostavam do Governador, não tiraram mesmo as urupemas das janelas.

Luiz do Rego, que tinha espias por tôda parte, soube da rebeldia dos goianenses contra o seu ato, chegando mesmo a dizer em palácio que não seria desmoralizado. E como era homem violento e guardasse certo rancor e animosidade dos goianenses, não teve dúvida. Montou a cavalo e, seguido de uma tropa escolhida e bem armada, dirigiu-se sem perda de tempo para Goiana.

Chegando tarde da noite e sem qualquer aviso prévio, mandou a soldadesca arrancar tôdas as urupemas das casas, as quais iam sendo empilhadas no Pátio do Carmo. Terminada a colheita, elas foram queimadas, ficando aquêle logradouro iluminado pelo clarão da enorme fogueira. Destruídas as urupemas, o Governador regressou triunfante ao Recife, à frente de sua tropa, com se tivesse ganho uma grande batalha.

Os goianenses que estavam dormindo e não puderam impedir de momento êsse ato de violência do governo, se vingaram apelidando Luiz do Rego de "General das Urupemas", o que tanto aborrecimento lhe causava.

Convém acrescentar que, logo depois, isto é, em 1821, rebentou a chamada Revolução de Goiana, expulsando do poder Luiz do Rego, o afamado General das Urupemas, e instalando a Primeira Junta Constitucional criada no Brasil, surgindo, entre nós, o regime democrático.

NOTAS:

(1) Segundo Teodoro Sampaio, o termo "urupema", de origem indígena, servia para representar um peneiro ou tecido de palha firmado em um quadrado de sarrafo, que se pendurava ou se podia mover em caixilhos. Usam-se nas portas e janelas das casas térreas e serviam para evitar a curiosidade dos transeuntes. Nos prédios de dois ou mais pavimentos, observavam-se grades de madeira, mais ou menos completas e sombrias. Tinham a altura de meio corpo de homem ou se elevavam a tôda a altura do pé direito do pavimento. Era, enfim, a cidade das urupemas de aspecto soturno e inculcando a nossa antiga educação claustral".

Estudando o assunto e falando sôbre as providências tomadas pelas autoridades do Rio de Janeiro para o embelezamento da cidade, o historiador Nelson Costa, em "Vida Cultural", esclarece que em alguns desses peneiros havia postigos para permitir às senhoras espiar para a rua sem serem vistas.

(2) Em seu livro "Memórias Para Servir à História do Reino do Brasil", o padre Luiz Gonsalves dos Santos, conhecido por Padre Perereca, assim noticiou o aparecimento e os termos desse edital: — "No dia 11 de junho (1809) afixou-se nos lugares públicos desta cidade um edital do Ilmo. Conselheiro Intendente Geral da Polícia, pelo qual se fazia saber a todos os moradores da mesma cidade, que havendo ela sido elevada a alta jerarchia de ser presentemente a Côrte do Brasil, não pode, nem deve continuar a conservar bisonhos e antigos costumes, que apenas se podiam tolerar quando esta porção da América era reputada uma colônia portuguesa; e que desde muito tempo não se sofreu entre povos cultos e de perfeita civilização; e que sendo um destes góticos costumes, que tanto afeia o aspecto da cidade e a faz menos brilhante, o uso das rótulas ou gelosias de madeira, que além de serem incômodas, prejudiciais à saúde pública, interceptando a livre circulação do ar, estando mostrando a falta de civilização dos seus moradores; para dar um público testemunho da grande época em que principiou a felicidade do Brasil com a Real Presença do seu Soberano, deviam os moradores desta cidade dar mais uma prova do seu contentamento por tanta felicidade, fazendo arredar de si os testemunhos da antiga condição de conquista e de colônia concorrendo para enobrecer a côrte e fazê-la mais notável e magnífica aos olhos estrangeiros, que já em grande número começam a concorrer a ela; e por outros muitos motivos de consideração moral e política, se declara que desde já devem abolir as rótulas das janelas dos sobrados que desaparecerão no termo de oito dias, conservando-se as dos peitoris daquelas que não têm grades de ferro e se faculta o espaço de seis meses para se porem estas ou balaustradas que as imitem e desaparecerem por uma vez tôdas as gelosias mesmo nas casas térreas, que não influem na beleza do prospecto, sendo recolhidas as do nível das paredes dos edificios e tôdas de uma só uniformidade, pondo-se, todavia, estas abrindo-se para o interior e não para a rua, pelo estôrvo que causam e às seges e carroças que algumas vêzes involuntariamente as danificam

Nunca no Rio de Janeiro se executou ordem superior com tanto gôsto e geral satisfação. Era, certamente, espetáculo agradável ver tôdas as ruas ao mesmo tempo caírem por terra as disformes e fúnebres gelosias à voz da autoridade pública, que aconselhava e mandava o desassombramento de uma cidade, que sendo já formosa pela sua situação plana, ruas pela maior parte retas, regulares, limpas e bem calçadas, edificios sólidos e elegantes, ostentava ainda a aparência de morada de encarcerados, não obstante já ter a honra de ser a côrte de um Grande Soberano. Tanto poder tinham os prejuízos com que criaram os nossos avós".

A fuga de Frei Caneca para Goiana

COM o fracasso da revolução de 1824, chamada Confederação do Equador, só restava a Frei Caneca a fuga para o interior de Pernambuco. E foi o que fez, realizando quando menos esperava e numa situação difícil e perigosa, o seu grande desejo de conhecer o sertão.

Assim, metido na sua jaqué de guerrilha, a 16 de setembro de 1824, partiu de Olinda à noite, em companhia de João Soares Lisboa, Francisco de Sousa, coronel José Antônio Ferreira, major José Gomes do Rego, capitão Braga, José Matias e outros, sem mantimentos, sem roupa, sem apetrechos de viagem, sem dinheiro, conduzidos apenas por um grande ideal. Caminharam o resto da noite e ao amanhecer chegaram no engenho Utinga, acampando dentro do mato para não serem descobertos. Almoçaram bacalhau com farinha seca e chuparam cana para matar a sede.

Os fugitivos estavam indecisos sem saber que rumo tomar. A princípio resolveram embarcar na escuna do Meireles, que estava no pôrto de Itamaracá. Mas, não veio resposta do recado que mandaram e a viagem marítima fracassou. As deliberações, no entanto, não eram aprovadas por todos. Havia indecisão e certo desânimo. Parte do grupo desejava separar-se do frade, por ser o revolucionário mais visado pelo governo. Compreendendo a causa dessa indecisão, Frei Caneca não teve mais dúvida. Separou-se daqueles que o temiam, daqueles que não queriam se comprometer de futuro com a sua companhia. Prosseguindo viagem com o restante do grupo, Frei Caneca passou pelo engenho Papicu, de João Carneiro de Carvalho e, no dia 18, chegou ao engenho Caraú, de João Nepomuceno Carneiro da Cunha, que o recebeu de maneira cordial, fornecendo notícias do movimento das tropas legalistas.

Não havia tempo a perder. Viajaram. À meia-noite chegaram à Goiana. A vila estava completamente deserta, mergulhada na escuridão e num silêncio profundo, apenas interrompido pelo ladrar dos cães. Percorreram algumas ruas. Ninguém. O silêncio era cada vez maior, como se todos os habitantes tivessem abandonado suas casas. Frei Caneca estava apreensivo e sem saber o que fazer, onde obter melhores notícias da marcha dos soldados. Tudo escuro, triste, aterrador. Por fim, viram duas casinhas iluminadas, o que despertou grande alegria no coração dos fugitivos. Frei Caneca aproximou-se. À porta surgiu um soldado. Com certa habilidade o frade o interpeçou, sabendo que a tropa tomara o rumo de Conceição. Precisando certificar-se da verdade, foi a outra



KRYSTYNA HINSZAR

casa, deparando-se com um nôvo militar. Êste deu notícias completamente diferentes, isto é, que a força seguira pela estrada de Goiana Grande.

Frei Caneca tirou as suas conclusões e compreendeu que estava perdido. Seguir nesta última direção "era o mesmo que se entregar aos *ceroulas* de João Batista do Rego, que havia tomado o pôrto de Pitimbú e era natural estarem naquelas imediações".

Os companheiros de Frei Caneca estavam indecisos, receosos. Não queriam aceitar as suas ponderações, os seus conselhos, os seus argumentos. O frade resolveu, então, ir ao Convento do Carmo onde havia morado, a fim de falar com os seus antigos e bons colegas carmelitas. A porta estava aberta e o prédio às escuras. Entrou cautelosamente e subiu, pé ante pé, os degraus daquela escada de pedras que vai até a sala do antecôro. Chamou pelos frades seus amigos. Tudo silêncio. Ninguém respondeu. Apenas reboou pelos corredores o eco de sua voz angustiante. Gritou num último esforço, numa última esperança para ver se aparecia alguém. Nada . . . Novamente ninguém respondeu. Achou aquilo esquisito. O convento não poderia estar abandonado. Diante, porém, do silêncio, desistiu de chamar os seus colegas.

Subiu ao côro. Lá, a luz de uma lamparina iluminava vagamente a imagem de Jesus, de braços abertos, cabeça inclinada, pregado numa enorme cruz, aquêlê mesmo Cristo que Frei Caneca costumava ver todos os dias, nos momentos mais felizes e tranqüilos que passara naquele convento. Parou e olhou para Êle como se quisesse interpelá-lo, como se quisesse ouvir os seus conselhos naquele transe doloroso de sua vida de revolucionário, quando via a sua causa per-

dida. Sòmente a Êle encontrara naquele convento deserto, triste e abandonado. Tôda a igreja estava escura e silenciosa. Meio absorto, Frei Caneca ajoelhou-se na esperança de ouvir a voz de Jesus, uma palavra ou um gesto sequer, como sucedera com Francisco de Assis ao se ajoelhar diante de Cristo crucificado, na Igreja de São Damião.

Ouvindo barulho lá em baixo, Frei Caneca desceu apressadamente as escadas. Eram os seus companheiros que tinham chegado. Juntou-se a êles. E seguiram pela estrada afora, numa caminhada de tantas vicissitudes, combates, fome, sacrifícios, subindo e descendo montanhas, cortando rios, atravessando matas, sob o sol do sertão, a poeira e a chuva, até serem presos muitos dias depois na Fazenda do Juiz, no longínquo interior do Ceará, numa verdadeira epopéia de heroísmo.



O atentado contra Luiz do Rego e o incêndio de Tejucupapo

NA antiga e tradicional vila de Tejucupapo, que ficou célebre na história com o feito de suas heroínas na expulsão dos holandeses, morava Antônio Souto Maior Bezerra de Menezes que era casado com Maria da Veiga Pessoa, de cujo consórcio teve os seguintes filhos: Mariana casada com Domingos Albuquerque de Melo Montenegro, Ana casada com André Dias de Figueiredo, dono do engenho Angico Tórto, Maria casada com Semião Barbosa Cavalcanti, senhor do engenho Gramame, a religiosa Luzia, o padre Antônio, Manoel, José e João. A família Bezerra de Menezes, por causa de suas idéias políticas, era perseguida pelo governo. Os filhos tomaram parte na Revolução de 1817, principalmente João, que era o mais destemido de todos.

Fracassado esse movimento revolucionário, as prisões se encheram de patriotas. Não comportando

mais gente na cadeia do Recife, o governo resolveu enviar muitos prisioneiros para os cárceres tenebrosos da Bahia, os quais embarcaram na corveta "Carasco" e no brigue "Mercúrio", saltando em Salvador acorrentados com se fôsem animais ferozes. Na cadeia, o carcereiro, esgrimindo uma espada, começou logo a insultar os pernambucanos, desejando ser o degolador de todos êles. E surripiava parte do dinheiro destinado à alimentação dos presos políticos. O padre Antônio Souto Maior e o seu irmão José, não suportando as torturas e os sofrimentos morais, morreram na prisão.

Ao saber dessa notícia em Tejucupapo, o velho Antônio Souto Maior Bezerra de Menezes trancou-se em seu quarto, rejeitando os alimentos. Dias depois, o seu cadáver foi retirado do quarto e sepultado na igreja local. Grande a revolta de João Souto Maior ao ter conhecimento da morte do seu pai, atribuindo a responsabilidade de tudo isso ao Governador Luiz do Rego, que estava exercendo em Pernambuco um governo tirano e vingativo.

Certo dia, não suportando mais os insultos do carcereiro, João Souto Maior quebrou-lhe a cabeça com o ferro que lhe algemava as mãos. Isso lhe valeu o subterrâneo do calabouço, onde a água lhe invadia até aos joelhos. Esse castigo, ao invés de enfraquecer-lhe o ânimo, serviu de incentivo. Seu ódio transformou-se agora em vingança. Espírito forte e combativo, já experimentado nas lutas de Tejucupapo contra os capangas do senhor do engenho Megahó e nas perseguições políticas do vigário Calheiros, João Souto Maior não se deixou humilhar.

Absolvidos pelo Tribunal Militar, os dois irmãos voltaram, finalmente, para Tejucupapo. Faltava o padre Antônio e José e em casa a figura bondosa do pai. João Souto Maior recalcou a sua grande dor e o seu desespero. Mas, a idéia de vingança não desapareceu do seu cérebro. Pelo contrário, agora em Pernambuco a vindita seria uma realidade. Vingaria a morte dos seus irmãos e do seu pai.

Em dias de abril ou maio de 1821 soube-se em Tejucupapo que Luiz do Rego ia visitar o Convento da Soledade de Goiana e repetir, talvez, o mesmo que fizera no Recolhimento de Igarassú... A irmã de João Souto Maior, que se fizera religiosa para acompanhar os seus irmãos à Bahia, já tinha regressado ao referido convento. João Souto Maior não perdeu tempo. Armou de cacête e foice diversos homens de sua propriedade e foi esperar o governador no Largo do Convento da Soledade. Sabendo em caminho dessa atitude de João Souto Maior, Luiz do Rego, sob o pretexto de uma indisposição qualquer, regressou ao Recife um tanto desapontado.

João Souto Maior não ficara satisfeito. Vingarse-ia de qualquer maneira. Haveria de encontrar uma outra oportunidade. A idéia de uma vindita não saía do seu cérebro. Era uma sombra que o perseguia e que não o deixava tranqüilo. Por isso, deliberou matar Luiz do Rego mesmo no Recife, para onde veio logo depois.

No Recife, certa manhã, foi ao Palácio e desfechou um tiro em Luiz do Rego. A arma, porém, falhou. E' que o padre Venâncio Henrique de Rezende havia inutilizado a carga da pistola, sabendo da intenção criminosa de João Souto Maior. O Governador

dor negou o fato, dizendo apenas que um louco havia penetrado em Palácio. E para disfarçar, para dar a impressão ao público de que nada tinha sucedido, começou a passear à noite pelas ruas da cidade. João Souto Maior não desanimou com o primeiro insucesso e dizia aos seus amigos que ia matá-lo mesmo à noite. E arquitetou um novo plano, tendo o cuidado de nada dizer ao padre Venâncio.

Assim, na noite de 20 de junho de 1821, na ocasião em que Luiz do Rego passava pela ponte da Boa-Vista, acompanhado do seu ajudante-de-ordens e alguns oficiais, João Souto Maior desfechou-lhe um tiro de bacamarte. Houve atropelos, correria e gritos de alarme. Sem tempo para alcançar o cavalo que havia deixado ali perto, João Souto Maior jogou-se no rio Capibaribe e começou a nadar. Da ponte os oficiais gritavam furiosos pedindo para prender o criminoso. Com o alarido, os transeuntes se aproximaram cercando o Governador, que estava ligeiramente ferido. Enquanto isso, aquêle vulto ia nadando. Em sua frente, no entanto, surgiu um canoeiro que estava pescando ou que casualmente passava naquele ocasião e ouvindo os gritos, vibrou no fugitivo uma forte pancada com o remo.

No dia seguinte apareceu boiando nas águas do Capibaribe o cadáver de João Souto Maior. Por determinação do Governador o corpo ficou exposto no oitão da igreja de Sto. Antônio, a fim de ser reconhecido pelo povo, com o prêmio de um conto de réis para quem o identificasse. Quem passasse por ali era obrigado a parar pela polícia, olhar bem para o defunto e dizer se o conhecia. Domingos Montenegro, parente de João Souto Maior, ao olhar para o ca-

dáver e vacilando nas perguntas dos guardas, foi prêso como suspeito. A verdade é que ninguém reconheceu o corpo. Vendo baldados os seus esforços, Luiz do Rego mandou sepultar o cadáver, deportando, porém, para Lisboa cêrca de quarenta pessoas como implicadas na tentativa de morte. No entanto, João Souto Maior era conhecido no Recife e fácil de ser identificado pela cicatriz que tinha no rosto, de um talho de foice dado por um cabra do engenho Megahó.

Dias depois do ocorrido, Luiz do Rego passeando de um lado para outro do seu gabinete de trabalho, passou a dizer para os seus auxiliares das suas convicções sôbre o crime.

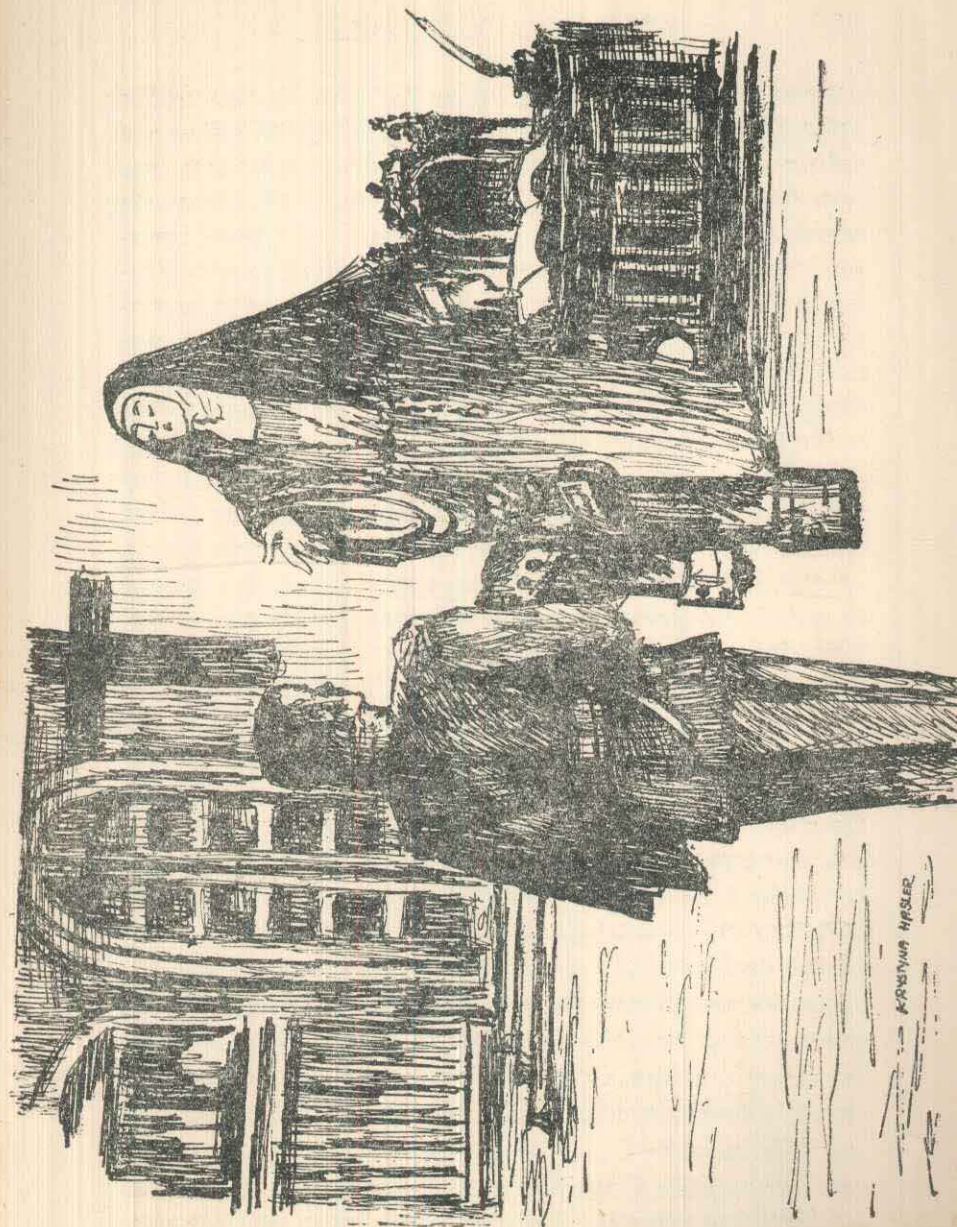
— Vocês não se iludam. Ésse atentado foi obra dos Souto Maior de Tejucupapo.

E lembrou-se, então, do motivo que o impedira de visitar o Convento da Soledade de Goiana, do tiro que o doido lhe desfechara em Palácio e da prisão de Domingos Montenegro. Chegando à janela, voltou-se de repente e exclamou com firmeza:

— Sim, agora não tenho mais dúvida. Foram os Souto Maior que quiseram me matar. Preciso punir severamente os criminosos.

Chamando o seu ajudante-de-ordens, pediu para mandar buscar o capitão Coutinho a Palácio, com tôda urgência.

A freira Luzia, prevendo as investigações da polícia sôbre a tentativa de morte, simulou uma carta do irmão, escrita de São Francisco. E não se enganou. Uma fôrça de cinquenta soldados, sob o comando do capitão Coutinho, seguiu para Tejucupapo. Chegando nessa vila, o chefe da tropa foi logo à casa dos Souto Maior e contando o atentado que



sofrera o Governador, afirmou ter sido o seu autor João Souto Maior. A religiosa, revestindo-se de muita calma e já com o espírito preparado, respondeu que isso não era verdade e, como prova, exibiu aquela missiva. O comandante leu a carta e não teve argumentos contra. Aquela mulher não podia mentir. Trazia ordens terminantes do governo, mas o que poderia fazer? Ali estava a prova da inocência do acusado. Pediu a carta para mostrar ao Governador. Nada mais restava a fazer. Era regressar ao Recife, com o fracasso de sua missão.

De repente, porém, o capitão Coutinho lembrou-se de mostrar a roupa que João Souto Maior vestia quando foi encontrado morto. A irmã Luzia olhou serena e indiferente para as vestes do seu irmão e disse não reconhecer aquêles trajes. Desta vez o militar desanimou de verdade. Não era possível. Diante daquele estratagema quem poderia resistir? Ali estava a roupa de João Souto Maior, ainda tinta de sangue. Decididamente não fôra êle. Aquela ponta de dúvida da carta havia desaparecido. O capitão Coutinho olhou firmemente para a freira e não notou a menor perturbação em sua fisionomia. Ela percebendo a intenção daquele olhar e procurando disfarçar com um assunto qualquer a sua angústia, aquela terrível situação que tanto martirizava o seu coração, disse que ia responder a carta do seu irmão, contando as suspeitas que havia contra êle e a família sobre o crime. Como poderia o seu irmão ter praticado êsse atentado se estava em São Francisco, lugar tão longe?

O capitão Coutinho estava desolado. O seu plano fracassara. A sua tão falada diligência, as recomen-

dações severas que recebera do próprio Luiz do Rego, os cuidados que tivera, as informações que colhera, de nada serviram. E já previa o aborrecimento do Governador, quando chegasse sem a descoberta do verdadeiro criminoso e seus cúmplices, êle que assegurara, pensando talvez em sua promoção, que tudo seria descoberto. No entanto, o que poderia mais fazer sobre o caso? Nada. Quando ia se retirar de vez, viu entrar na sala D. Mariana e lembrou-se também de lhe mostrar a roupa do suposto criminoso. O golpe fôra certo. Não podendo resistir diante daquela cena, D. Mariana desmaiou. Um grito de alegria partiu de dentro de casa. Foi êle, foi êle, bradava cada vez mais contente o capitão Coutinho. E imediatamente, todos tiveram ordem de prisão. A notícia espalhou-se logo e a soldadesca aproximou-se da casa dos Souto Maior.

Revestindo-se de muita calma, a freira Luzia falou assim ao comandante da tropa:

— Como sabe, Capitão, sou religiosa e preciso primeiro, antes de seguir prêsa para o Recife, escrever à Superiora do Convento da Soledade contando o que houve e pedindo licença para me ausentar.

Suas palavras eram firmes. O capitão Coutinho, satisfeito com o resultado de sua diligência, atendeu ao pedido. Não havia mais perigo. O crime fôra habilmente descoberto e a sua promoção seria uma realidade. Sim, o Governador recompensaria os seus esforços.

Como já era noite, marcou o regresso para o dia seguinte, pela madrugada, escoltando os prisioneiros. Lá em Palácio contaria tudo a Luiz do Rego, a sua habilidade, o estratagema que usara, mostraria

a carta como prova do *álibi* empregado pela freira, o seu faro policial, e pensando em tudo isso já se sentia satisfeito com os seus novos galões. E, visivelmente alegre, mandou a soldadesca dispersar e saiu também para a rua, impando de orgulho e satisfação.

Quando os soldados se retiraram, a irmã Luzia foi encaminhando as pessoas da família para o subterrâneo que ia sair na mata do Perú, construído há tempos pelo seu pai, já prevendo as perseguições do governo. Infelizmente, a escrava Felizarda, aterrorizada e muito nervosa extraviou-se do grupo, sendo vista por uns soldados. Levava em sua companhia duas crianças, sendo uma o filhinho de João Souto Maior, chamado Hortêncio.

Percebendo a fuga, o capitão Coutinho ficou furioso e em altos berros, deu ordem aos soldados para exterminar a família. A preta Felizarda, apesar de barbaramente espancada, sobreviveu. As duas crianças, porém, foram trucidadas pelos soldados, num requinte de selvageria. Furioso, como um animal que se deixou cair na armadilha, o capitão Coutinho mandou atear fogo na Vila, que em pouco tempo era uma enorme fogueira. Os soldados, ainda não satisfeitos, começaram a dar tiros para o ar, estabelecendo-se forte tiroteio. O povo fugiu apavorado, numa confusão terrível, levando na cabeça alguns objetos domésticos. Quem não pôde se livrar do incêndio, morreu carbonizado sob os escombros das casas. Gritos alucinantes reboavam pelos montes e pelo mato, numa cena bárbara e infernal.

Pela madrugada, a família Souto Maior escondia-se na mata do Peru, receosa da perseguição da

polícia, que viria em seu encalço, certamente. Debaixo de uma grande árvore estavam a freira Luzia e sua irmã Mariana. Esta se torcia em dores, sem poder gritar com medo de ser ouvida pelos soldados. As dores iam cada vez aumentando mais e ali dentro da mata, distante de todos, não poderiam obter socorro. E Mariana, fatigada dos obstáculos que tivera de vencer na fuga, sofria horrivelmente. Cada minuto que se passava as dores se tornavam mais agudas e insuportáveis e, o que era pior, elas não podiam procurar qualquer auxílio. Luzia rezava pedindo a Deus que aliviasse o sofrimento de sua pobre irmã.

O silêncio da mata fechada tornava o quadro ainda mais angustioso. Mariana soltava gemidos abafados, com receio da polícia descobrir o seu esconderijo. O vento soprou mais forte. As árvores começaram a balançar, estalando os seus galhos. O dia já havia amanhecido e os pássaros cantavam. De repente, ouviu-se um grito...

Era o choro de uma criança que acabava de nascer ali, em plena natureza. Mariana não podendo resistir à antecipação do parto, depois de tudo o que se passara, da exibição da roupa do seu falecido irmão e da fuga precipitada pelo subterrâneo, dera à luz uma criança. A freira Luzia rasgando o seu hábito, enrolou cuidadosamente a criança e a tomou em seus braços. O recém-nascido, porém, teve poucos instantes de vida. Antes de morrer, no entanto, Luzia o batizara dando-lhe o nome de João, em homenagem ao seu irmão.

Lá longe, de uma certa elevação, avistava-se ainda um novêlo de fumaça subindo para o céu, como

se fôsse um crepe, do montão das ruínas do incêndio de Tejucupapo.

O povo goianense vingou tudo isso. Em outubro dêsse mesmo ano (1821) os goianenses de armas na mão investiram contra o Recife, depondo o Governador Luiz do Rego, organizando a primeira Assembléia Constituinte que houve no Brasil. Dizem os historiadores que a chamada Revolução de Goiana implantou o regime democrático no país, tendo antecipado a independência nacional.

importante



O bandido Cabeleira e a mulher do capitão-mor

DE todos os bandidos que atuaram no Nordeste brasileiro foi Cabeleira, sem dúvida, o que conquistou maior fama. Basta dizer que, decorridos quase duzentos anos, do seu enforcamento, suas façanhas ainda hoje são lembradas pelo povo. Contando apenas 25 anos de idade, seus assaltos à mão armada sobrepujaram em audácia os de Antônio Silvino e Lampião.

José Gomes era um rapaz forte, alvo, feições bonitas, nariz pequeno, olhar expressivo e insinuante e cabelos anelados que lhe caíam pelos ombros, vindo daí o seu apelido. Era um tipo másculo, simpático e cativante. Tocava violão, que tanto o distraía nos momentos de folga. Ele entrou para o cangaço quase criança, por imposição do seu pai, Joaquim Gomes, que era um indivíduo perverso e sanguinário. O bando era formado ainda dos cangaceiros Teodózio, Maracajá, Ventania, Jurema, Jacarandá, Co-

risco, Trovão e outros, que viviam espalhando o terror, a desgraça e o luto pelos engenhos, fazendas, vilas e povoados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A audácia desses bandidos, principalmente de Cabeleira, seu pai e Teodózio, chegou ao ponto de assaltarem o Recife durante as comemorações da expulsão dos jesuítas do mundo católico, isso em dezembro de 1773. Toda a cidade estava em festa, com luminárias, retreta e fogos de artifício, sobretudo no bairro de Sto. Antônio. E o assalto se deu justamente na Ponte do Recife, que liga este bairro àquele, construída de madeira, com lojas e armazéns dos lados, a qual estava toda engalanada e cheia de gente passeando de um lado para outro. O resultado não foi satisfatório, mas o pânico, além de enorme, deu grande notoriedade aos bandidos. Houve correrias, atropelos, ferimentos e muitas pessoas caíram no rio, apavoradas com os gritos.

Depois, novo assalto. Dessa vez, no Palácio Episcopal, de onde roubaram todo o dinheiro arrecadado por D. Tomaz da Encarnação Costa Lima e destinado a socorrer os doentes da peste de bexiga.

Com esses assaltos em pleno coração da cidade, o povo do Recife ficou aterrorizado, entregue à sanha desses facínoras e sem garantias. Ninguém queria mais sair à noite e o comércio fechava suas portas logo cedo (1). O Governador César de Menezes, diante dessas notícias e do clamor da população, tomou imediatas providências para normalizar a vida da cidade e restabelecer a tranquilidade pública. Assim, mandou chamar os capitães-mores de Goiana, Igarassú, Itamaracá, Várzea, São Lourenço, S. Antão, Tra-

cunhãem, Jaboatão, Muribeca, Cabo, Ipojuca e Serinhãem para uma reunião. No dia marcado, com a presença de todos os convidados, foi debatido em reunião secreta o assunto da extinção do banditismo, sendo os planos delineados e as tarefas distribuídas.

Com a prisão do coiteiro Timóteo, em Afogados, a polícia prendeu Joaquim Gomes e Teodózio nas matas de S. Antão, tendo Cabeleira conseguido furar o cerco e fugir. Sabendo o Governador que esse bandido estava em Glória de Goitá, onde tinha uma mulher, mandou chamar Cristóvam de Holanda Cavalcante, capitão-mor de Goiana. Quando este entrou no palácio, César de Menezes apertando-lhe a mão com alegria, disse-lhe:

— Meu caro Holanda Cavalcante, você já deve ter sabido porque o mandei chamar com tanta urgência.

— Sim, compreendi. E ontem mesmo tive notícias da pista do malfeitor.

— Mas, não é tudo — retrucou o Governador. — Dada a nossa amizade e a confiança que tenho em seu caráter, em sua bravura, ninguém melhor do que você poderá desempenhar essa difícil tarefa.

E depois de uma pequena pausa:

— Prestará, com a prisão de Cabeleira, um grande serviço não só ao meu governo como à nossa população.

— Pode ficar tranqüilo que saberei cumprir com o meu dever. Tenho homens de confiança e eu próprio comandarei as diligências. Desta vez o celedado não escapará. Hei de pôr nas cordas o maior facínora de Pernambuco, — rematou Holanda Cavalcante com certo orgulho e convicção.

— Eu sabia disso e foi confiando em sua bravura que o mandei chamar para lhe entregar tão perigosa missão — finalizou o Governador visivelmente satisfeito.

Acertadas outras providências com César de Menezes sobre a captura de Cabeleira, Holanda Cavalcante regressou logo. Não havia tempo a perder.

Ao chegar em Goiana, reuniu o capitão-mor seus amigos e os coronéis das ordenanças, expondo o seu plano de ação. E expediu emissários por toda parte, distribuindo suas tropas.

Dias depois, o cabra Marcolino viu Cabeleira meter-se no canavial do Engenho Novo, em Paudalho (2). O Capitão-mor juntou todo o seu pessoal e cercou o canavial. Mais de duzentos soldados e homens armados de foices, cacêtes, espingardas e facas, ficaram a postos.

O assédio já durava alguns dias sem qualquer anormalidade. Começaram, então, a surgir dúvidas sobre a veracidade das informações. Não era possível que Cabeleira ainda estivesse lá. Certamente, diziam alguns soldados, o bandido conseguira ludibriar as sentinelas e fugir durante à noite. E os boatos iam aparecendo. . .

A situação de Holanda Cavalcante era bem embaraçosa. Assumira o compromisso de prender o bandido e agora via tudo perdido. Reuniu, então, o seu “estado maior” na sala da casa-grande do Engenho Novo e o assunto foi largamente debatido. Para uns, o facínora não havia entrado no canavial. Outros achavam bem provável a sua fuga. O capitão-mor ouvia tudo calado e estava indeciso, inquieto, sem saber o que fazer. E o pior é que já havia mandado avisar

o Governador do cêrco. Isso o deixava ainda mais preocupado. Precisava agora enviar um nôvo emissário ao Recife, a fim de comunicar o seu engano. O desânimo já ia reinando no seio da soldadesca, de tanto esperar em vão. De repente, num assomo de raiva, mandou botar Marcolino no “tronco”, dizendo a todos que aquele cabra ia pagar no açoite o atrevimento de mentir às autoridades.

Naquela noite, na casa-grande do engenho Novo, o capitão-mor não conseguiu dormir. E, durante a vigília, começou a conjecturar:

“Não sei porque fui acreditar nas informações desse cabra mentiroso. Ele, certamente, se enganara. Ou mentira para ser agradável, o que é mais provável. Ademais, Cabeleira não estava só e sim em companhia dos seus assecas. Mas, por onde fugira? Sim, por onde escapara se o canavial estava todo cercado? Só se o Satanás criou asas e voou. Isso não era possível. Não fugira. Ou, melhor, não estava no canavial. Como diabo fui acreditar na história daquele cabra sem-vergonha!!!”

E assim, conversando consigo próprio, as horas se passaram lentamente. Lá fora, os soldados rondavam o canavial com tochas acesas. E a madrugada começou a clarear. Todos ainda dormiam, menos Cristóvam de Holanda Cavalcante, que passeava com passos cadenciados pela sala.

Pela manhã, o Capitão-mor resolveu tomar uma deliberação qualquer. Precisava agir. Aquela situação de inércia não podia continuar. A soldadesca desanimada. Marcolino afirmando que vira, com os olhos que Deus lhe deu, o bandido entrar naquele canavial. Depois do café, o capitão-mor montou a

cavalo, desceu para a várzea e mandou arrasar o canavial.

Os soldados e escravos iniciaram a tarefa. As foices e os facões começaram a devastar as canas. O círculo foi se estreitando aos poucos. O capitão-mor seguia os cortadores. Os negros, semi-nus, suados e com os corpos reluzindo ao sol, iam desfechando golpes incessantes nas canas.

Por fim, restava apenas uma pequena porção do canavial. Holanda Cavalcante mandou diminuir o corte e preveniu os soldados de que estivessem atentos para o primeiro sinal. Nesse momento surgiu Cabeleira. A surpresa foi geral. Estaria ali mesmo o mais terrível bandoleiro do nordeste? Era a pergunta que todos faziam.

Cabeleira estava só e desarmado. Seus cabelos cacheados lhe caíam sobre os ombros. Barba crescida e a fisionomia abatida pela fome. O capitão-mor desceu do cavalo. A soldadesca se aproximou. Todos os olhares se voltaram. Cabeleira tirou o chapéu. Surpreso com esse gesto de cortesia e ainda com certa dúvida, Holanda Cavalcante deu alguns passos e o interpelou:

— Então, é você mesmo o Cabeleira?

— V. S. está falando com José Gomes.

Aproximando-se mais e pondo-lhe a mão sobre o ombro, disse:

— Cabeleira, você está preso em nome da lei e vai ser entregue à justiça, que julgará seus crimes.

As cornetas tocaram anunciando a prisão. Os soldados entraram em forma. A alegria foi enorme pelo término feliz da diligência, principalmente para a negralhada que se fartou de chupar cana. Antes de

partir, Holanda Cavalcante mandou amarrar os pulsos de Cabeleira e tirar Marcolino do "tronco". E, à frente da tropa, rumou para Goiana, com o bandido ao seu lado.

A notícia da prisão de Cabeleira chegou logo a Goiana. Toda a população estava ansiosa em ver o destemido facinora, o monstro sanguinário. A entrada da vila ouviu-se o toque da corneta. Na varanda do sobrado da Rua do Amparo estava D. Leonor, espôsa do capitão-mor. Lá em baixo o povo se comprimia. Parecia um dia de festa. A fama de Cabeleira era enorme e ninguém queria perder a oportunidade de vê-lo de perto, de conhecer o grande malfeitor.

Finalmente, chegou a caravana policial. Cabeleira apareceu no centro da tropa. Fisionomia abatida, mas olhar expressivo e insinuante. A população que esperava ver um tipo de homem degenerado, de feições aterradoras, mau encarado, um monstro, enfim, ficou surpresa com a presença daquele rapaz alvo e bonito. A impressão de pavor e revolta transformou-se em sentimento de piedade. E a exclamação correu de boca em boca: — "Será mesmo esse o bandido Cabeleira, o terror do sertão?"

Na verdade, o prisioneiro era muito diferente daquele que todos imaginavam ser, pela hediondez dos seus crimes de morte, os mais frios e cruéis. O contraste foi tão chocante que algumas mulheres ao ver passar aquele homem de mãos amarradas, barba crescida, fisionomia abatida pela fome e pelo sofrimento e cabelos cacheados caindo-lhe pelos ombros, como nas estampas sagradas e qual um mártir que marchava para o suplício, ficaram penalizadas e com lágrimas nos olhos. Toda a multidão, que se acoto-

velava na Rua do Amparo, ficou, realmente, chocada e, porque não dizer, penalizada com o que via.

O capitão-mor dispersou a tropa, avisando que somente no dia seguinte viajaria para o Recife. E como a cadeia não oferecia segurança, deixou Cabeleira no pavimento inferior de sua própria residência. Muita gente, porém, ainda ficou nas imediações, comentando o ocorrido e procurando saber outras notícias.

À noite, Cabeleira fez amizade com a sentinela e este lhe arranhou um violão. O bandido começou a tocar. D. Leonor ouvindo aquela música tão sentimental foi até o terraço. Não se conteve e desceu. Cabeleira parou de tocar, mas ela pediu que ele continuasse, dizendo que aquela música lhe tocava ao coração. O prisioneiro perdendo um pouco a cerimônia e, mais à vontade, recomeçou a dedilhar o violão, executando agora a sua modinha predileta.

Enquanto o capitão-mor lá na sala de visitas narrava aos seus amigos as peripécias da prisão do bandido, a destruição do canavial, D. Leonor lá em baixo ouvia enternecida Cabeleira tocar violão. Aquela música, sem saber por que, lhe havia despertado sentimentos estranhos. O olhar de José Gomes penetrava em seu coração. Nem parecia um facínora temível. Aquêlo rosto jovial, aquêlo olhar meigo, aquela voz suave e doce, aquêles cabelos encaracolados e caídos pelos ombros, aquelas mãos ágeis dedilhando o violão. . . Não, ele não era um matador frio e perverso. D. Leonor estava nesse devaneio, ouvindo embevecida Cabeleira cantar, quando vieram lhe chamar. Despediu-se de Cabeleira, prometendo ajudá-lo.



As visitas já tinham se retirado. Na sala estava apenas o capitão-mor. Sem perda de tempo e aproveitando a oportunidade, D. Leonor contou a impressão que tivera do bandido. As suas maneiras delicadas. Era uma criança que se perdera à falta de uma boa educação, do meio em que vivera, da péssima conduta do seu pai. Esse, sim, era o único culpado e não o filho, que era uma criança.

O Capitão-mor levantou-se da cadeira de braços e interpelou sua esposa:

— O que você quer dizer com tudo isso?

— Que ele não merece ser enforcado. Não é responsável pelos crimes que praticou, pela vida criminosa que levava.

— Leonor, não sei como se possa encontrar defesa para um facínora tão temível, um causador de tantas mortes. Roubou o alheio e matou inocentes. Espalhou o terror e o luto pelos lares. Um criminoso dessa espécie precisa pagar na força os crimes que praticou.

— Ele não é culpado e sim o pai que o arrastou para o cangaço. O enforcamento não é a justiça pela reparação do que ele fez e sim um novo crime, — exclamou D. Leonor, querendo amenizar a cólera do seu marido.

— Está tudo muito bem — replicou Holanda Cavalcante querendo finalizar a conversa — Cabeleira vai ser entregue à justiça.

— Mas, — continuou D. Leonor sem desanimar e procurando um novo recurso para vencer a resistência do seu esposo, — mas, se Cabeleira fugisse? . . . Tão fácil e ninguém desconfiaria de nada. Seria transferido para a cadeia e de lá fugiria, sem sua

responsabilidade. Lugar de prêso é na cadeia e não em casa de família.

O capitão-mor enraivecido e retomando a sua austeridade, retrucou imediatamente:

— Como? Como? Você está louca! Isso seria uma vergonha inominável. E a minha palavra empenhada ao Governador para trazer o bandido prêso? O que dirão de mim depois quando se souber da verdade?

E depois de uma ligeira pausa, com a voz ainda firme:

— Não, Leonor, isso não é possível. Não me fale em fuga, porque seria uma desgraça para mim. Lembre-se de que sou o capitão-mor de Goiana e me chamo Cristóvam de Holanda Cavalcante.

D. Leonor vendo que, com doçura, não convinha o seu marido, lançou esse repto:

— Pois bem: Cabeleira não será enforcado. Você verá!

E saiu bruscamente. Já era tarde. A vila dormia. Somente naquela sala do sobrado da Rua do Amparo duas pessoas discutiam. E lá em baixo, Cabeleira, sem saber do que se passava, continuava a tocar violão. . . .

O capitão-mor prevendo alguma cilada, mandou chamar seu ajudante-de-ordens e antes do dia amanhecer de todo a tropa marchava inesperadamente para o Recife, conduzindo Cabeleira. D. Leonor compreendeu tudo. Foi à varanda e viu ainda na meia escuridão os soldados desaparecerem por trás do arvoredo, não podendo conter as lágrimas. A notícia correu pela vila e os mais desencontrados comentários surgiram, sobre a viagem precipitada de Cabe-

leira. Mas, na realidade, ninguém compreendeu essa atitude do capitão-mor.

O Governador César de Menezes ficou satisfeito com a prisão de José Gomes e surpreso com a sua chegada tão depressa no Recife, pois, soubera na véspera que Holanda Cavalcante tinha levado o bandido de Paudalho para Goiana. E, certamente, ia demorar um pouco, depois de tão longa caminhada.

Em Palácio, o capitão-mor explicou o motivo de sua viagem assim às pressas, ficando o governador bastante admirado da interferência de D. Leonor em favor de Cabeleira. E agradecendo-lhe os serviços prestados à causa pública, disse-lhe a meia voz:

— O essencial, depois de tudo o que você me contou, é que temos aqui prêso o bandido. Ele daqui não fugirá e nem tocará mais violão. . .

E apertando-lhe a mão em sinal de despedida, finalizou:

— Pode voltar tranqüilo para Goiana. Cabeleira não escapará do castigo, ainda mesmo que para isso seja preciso. . .

Com a aproximação do seu ajudante-de-ordens não pôde concluir a frase. Mas, foi bem compreendida.

O processo foi logo instaurado e o julgamento afeto à Junta de Justiça Criminal, que se compunha do Governador, como presidente, e dos ouvidores de Pernambuco, Paraíba e do Juiz de Fora de Olinda. Terminado o processo, o réu foi julgado. Somente um juiz votou pela pena de morte. Os demais pela prisão perpétua. . .

Com surpresa, porém, de todos e dos membros da própria Junta, o Governador César de Menezes,

de modo arbitrário, desrespeitou a decisão da maioria e reformando a sentença, Cabeleira foi condenado à pena capital. E o que é pior, não admitiu qualquer recurso ou pedido de clemência.

Para todos não poderia ser mais ilegal e absurda essa atitude do Governador, como presidente da Junta. Chegou-se mesmo a dizer, durante o julgamento, que há 38 anos que a justiça não condenava nenhum criminoso à morte.

Cabeleira foi enforcado na praça pública. E Dona Leonor bem compreendeu os motivos da reforma daquela decisão, que não foram outros senão os ciúmes do seu marido.

NOTAS:

(1) A trova popular registrou as seguintes quadrinhas:

Fecha a porta gente
Cabeleira aí vem
Matando mulheres
Meninos também

Corra minha gente
Cabeleira aí vem
Ele não vem só
Vem seu pai também.

(2) O povo cantava as seguintes quadrinhas:

Vosmecê seu Marcolino
Vai atrás do Cabeleira?
Se quiser pegar o cabra
Monte na bêsta foveira.

Monte na bêsta foveira
Ou no cavalo cardão
Não há de pegar o cabra
No meio desse mundão

Visita do Imperador Pedro II a Goiana

PEDRO II viajou para o Norte do país no navio Apa, que fundeou no Recife defronte do Observatório do Arsenal de Marinha (Tôrre Malacoff), na manhã de 22 de novembro de 1859. Trajando uniforme de almirante, o Imperador desceu de bordo às 11 horas, por uma rampa de madeira, e ao pisar em terra foi a um pavilhão armado, onde beijou o crucifixo nas mãos de D. João da Purificação Marques Perdigão. Daí, dirigiu-se para a Igreja do Colégio, ouvindo um sermão político do padre Joaquim Pinto de Campos.

S.M.I. ficou hospedado no Palácio do Govêrno, de onde se descortinava uma belíssima paisagem para os lados de Olinda. Demorou-se no Recife cerca de onze dias, tendo oportunidade de visitar os principais estabelecimentos públicos, quartéis, igrejas, escolas, Guararapes e os bairros de Madalena, Apipu-

cos, Caxangá, Poço da Panela, inteirando-se também, nessa sua permanência na Capital, dos problemas administrativos da Província, sobretudo os referentes à Fazenda Pública. Nisso êle foi exigente e minucioso.

No dia 4 de dezembro, às 5 horas e 10 minutos, partiu o Imperador com sua comitiva para Goiana, passando por Monjope, Engenho do Paulista e Igarassú. Dessa última localidade saiu a caravana imperial no dia seguinte, às 17 horas, pernoitando no Engenho Itapirema, pertencente à viúva de Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque Lacerda, irmão do Conde da Boa-Vista. Nesse engenho Pedro Segundo ouviu, com curiosidade e admiração, Bezerra Cavalcante recitar as 58 oitavas rimas de um poema em que o padre Lopes Lima contava tôda a sua vida agitada, desde o seu nascimento até a sua prisão, fuga, casamento, etc.

Do Engenho Itapirema, já em terras goianenses, prosseguiu o Imperador viagem no dia 6, às 4 horas da madrugada, com o tempo chuvoso. Em Cajueiro, lugarejo distante uns 5 quilômetros da cidade, ao chegar a caravana, o sinal foi dado com a queima de uma enorme girândola de foguetões. Chovia bastante. Das patas dos cavalos salpicava lama barrenta da estrada. À frente, Pedro Segundo esporeava o seu cavalo para alcançar logo a cidade devido a chuva. Estava todo molhado. Um membro da comitiva lhe ofereceu uma capa, tendo o monarca recusado, num gesto de delicadeza. Depois de alguma caminhada, avistou-se o engenho Bujary, pertencente a Antônio Francisco Pereira, barão de Bujary e presidente da Câmara Municipal. Logo mais adiante de um alto,

descortinou-se a grande várzea com o seu canavial todo verde como um oceano de fôlhas e, um pouco ao longe, a cidade, com as tôrres de suas belas igrejas.

Goiana já era, por êsse tempo, uma cidade importante, próspera, conhecida e afamada pelos seus feitos históricos e pela bravura de seus filhos, sobretudo pela chamada Revolução de Goiana (1821) que antecipou a nossa independência política, instituindo-se a Primeira Junta Constitucional que houve no Brasil. A cidade contava com cêrca de 8 a 10 mil habitantes, regular comércio, vários estabelecimentos públicos, vida social, boas casas residenciais e alguns sobrados.

Já na véspera, os preparativos estavam prontos para a chegada e recepção da comitiva. A casa destinada à residência imperial, um grande sobrado ainda hoje existente, foi preparada com as melhores mobílias de jacarandá da cidade, além das baixelas e talheres de prata, copos de puro cristal, louça inglêsa, toalheiros e roupa de cama de linho belga, bonitos jarrões de porcelana, vinhos franceses, etc. A propósito, dizia-se nas rodas familiares, que a hospedagem de Goiana seria melhor do que a da Capital. E foi mesmo. Tudo o que havia de melhor nas casas-grandes dos Engenhos foi trazido para o maior conforto do Imperador. Todos queriam contribuir com alguma coisa. E nada faltou. Pelo contrário, dada a rivalidade política entre João Joaquim da Cunha Rego Barros, 3.º barão de Goiana e Antônio Francisco Pereira, barão de Bujary, duas residências foram preparadas: a casa da Câmara e o referido sobrado, localizados na Rua Direita, o que criou certa dificuldade à Comissão de Recepção (1). O Imperador preferiu o so-

brado, que era também da preferência do barão de Goiana e que pertenceu ao major Manoel Pinheiro de Gouveia.

Pedro Segundo vinha acompanhado de Luiz Barbalho Muniz Fiuza, presidente da Província, Padre Pinto de Campos, Capitão Melo Rego, Coronel Francisco Joaquim Pereira Lôbo, Visconde de Camaragibe, João Alfredo Correia de Oliveira, futuro ministro, Dr. Francisco Paula Sales, tenente Miguel da Fonseca Soares, ajudante-de-ordens, servindo de cicrone o deputado José Ferreira Aguiar. Durante a viagem alguns cavaleiros foram se incorporando à comitiva. De Goiana partiram trezentos. E assim, quando a caravana chegou à cidade, mais de 500 cavaleiros acompanhavam o Imperador, num espetáculo deveras inédito e deslumbrante para uma cidade do interior da Província. Apesar das chuvas caídas há pouco e do mau tempo, com o sol encoberto, a recepção foi festiva e os visitantes aplaudidos entusiasticamente pela população, que se comprimia por tôda a Rua Direita, bastante larga e extensa e onde o Imperador ficou hospedado. Na Rua do Amparo, que fica à entrada da cidade, o presidente da Câmara Municipal fez a entrega das chaves da cidade a Pedro Segundo, numa solenidade muito expressiva e que emocionou o monarca. Nesse local via-se um grande arco com dois torreões, encimado pela bandeira nacional e abaixo os seguintes dizeres: "Vivão suas magestades imperiais" (2).

As ruas principais foram embandeiradas e das janelas pendiam lindos tapêtes e colchas, em sinal de alegria. No Colégio Santo Antônio colocaram um enorme retrato do Imperador com essa quadra:

Tu, oh, Pedro dos monarcas
 És o tipo mais perfeito
 Do trono seu as colunas
 Têm por base o nosso peito.

→ Extraordinário era o movimento nas ruas Direita, Misericórdia, Amparo, Rosário, Portas de Roma, Beco do Pavão, Pátio do Carmo, Baixinha, Meio. As residências estavam cheias de pessoas de fora. A cidade multiplicou-se. Veio gente de todos os arredores, praias, lugarejos, engenhos, vilas, povoações. Era um burburinho por toda parte. Todos queriam conhecer o Imperador e a oportunidade era aquela. O acontecimento social, na verdade, era único e daí a chegada de inúmeras pessoas de fora, enchendo a cidade, as residências, as ruas, os hotéis. Girândolas de fogos subiam a cada instante nos ares e os sinos das igrejas continuavam a repicar festivamente. A população estava empolgada pela visita e notava-se na fisionomia de todos a satisfação em receber tão ilustre visitante.

Após a recepção da entrega das chaves da cidade, o Imperador foi para a sua residência, transformada em Paço Imperial, com os seus funcionários, guardas e mordomos. Depois de tirar a roupa molhada e fardar-se, quis logo conhecer a cidade. Visitou, em primeiro lugar, as igrejas Matriz, Amparo, Misericórdia, Rosário e os Conventos da Soledade (3) e do Carmo, admirando o Cruzeiro de pedra trabalhado no Pátio do Carmo, um dos mais belos e artísticos da América do Sul e sobre o qual correm tantas lendas. Em seguida, percorreu o Hospital da Santa Casa de

Misericórdia, as repartições públicas e as escolas dos professores João José Barroso da Silva, Manoel Rodrigues Machado Lima, padre José Paulino da Silva Monteiro e da professora Maria Cavalcante, elogiando o adiantamento dos alunos, sobretudo no latim.

→ Ao meio-dia, realizou-se na Matriz o solene Te-Deum, tocando à entrada do templo as bandas de músicas locais (Saboeira e Curica) e a do 4.º Batalhão do Recife. O sermão foi proferido pelo padre Leonardo João do Grego, tomando por tema as palavras da Rainha de Sabá quando visitou o Rei Salomão (E' maior a tua sabedoria e as tuas obras do que a fama que delas tenho ouvido), não sendo muito feliz. Esta igreja, apesar de grande e bem espaçosa, estava repleta, sem caber mais ninguém, apresentando-se toda ornamentada e os altares ricamente enfeitados. Nas sacadas, com colchas e cortinas de renda, estavam as principais famílias da cidade. Apesar de tanta pompa, dos belos cantos e da boa orquestra, S.M.I. não gostou da prédica. Mas, saiu encantado com a ornamentação da igreja, as lindas imagens e, sobretudo, do grande altar-mor, todo em madeira talhada, uma verdadeira obra de arte.

Terminada a cerimônia religiosa, teve lugar o beija-mão no Paço Municipal. Um dos primeiros a se aproximar do Imperador foi o pai de Nunes Machado (4) com 85 anos de idade, que palestrou cordialmente com o soberano. Em dado momento, chega o Coronel André Pires Vergueiro dando o braço à sua esposa Dona Úrsula Cavalcante Vergueiro e sua filha Josefina Cândida Cavalcante de Jesus Vergueiro, uma das moças mais bonitas da cidade e para quem todos os olhares convergiram. Emocionada e tímida

pela atenção que sua presença despertou e, ao se aproximar do Imperador, caiu de suas mãos o seu lenço de sêda bordado. Este imprevisto lhe perturbou. Não sabia o que fazer: se avançasse para beijar a mão do soberano ou se apanhasse o lenço. E nessa indecisão, suas faces ficaram logo ruborizadas.

Compreendendo a situação, Pedro Segundo levantou-se, apanhou o lenço, beijou-o e o entregou a Josefina, que sorriu em agradecimento. Todos os presentes elogiaram êsse gesto de galanteria e fina educação de Sua Majestade Imperial e novamente todos os olhares se voltaram para Josefina, que conservou esse lenço consigo por mais de cinquenta anos, até que o mesmo foi oferecido ao Instituto Histórico de Pernambuco, onde se encontra.

O desfile do beija-mão continuou por algum tempo. Todos queriam falar com o Imperador e viera muita gente de fora somente para êsse fim. Era uma honra alguém dizer depois que estivera em conversa com Pedro Segundo. E êle a todos recebeu democraticamente, tendo sempre uma pergunta a fazer.

À tardinha, o Imperador saiu pelos arredores da cidade. Estêve no Tanquinho, onde a população era abastecida de água para beber, ainda no sistema primitivo do transporte de pipas em carroças de tração animal. Em seguida, foi ver a situação do tráfego fluvial, bastante precário e difícil para o escoamento da safra de açúcar de cento e tantos engenhos de Goiana, cujo problema era justamente reclamado por todos, sobretudo pelo comércio. A Lei Provincial n.º 9, de 12 de junho de 1835, abria um crédito necessário para a melhoria dêsse serviço, inclusive reparos na Ponte. Posteriormente, outra Lei de 14 de

novembro de 1846 autorizava a abertura e escavação do rio Goiana, trabalhos êsses orçados, por um engenheiro, na importância de cem contos de réis. Mas, até então, nada se tinha feito neste sentido.

Para apreciar tão importante problema ali estava o Imperador, cercado dos vereadores, comerciantes, políticos, autoridades, os quais começaram logo a discutir o assunto de tanto interesse para o maior progresso da cidade, que era o seu pôrto fluvial.

Coube ao Coronel Antônio Francisco Pereira, presidente da Câmara Municipal, expor melhor a matéria. Depois de falar sobre a importância do município, sua vida agrícola e comercial, esclareceu que a escavação do rio Goiana não resolveria o problema e era por demais dispendiosa. E, no entanto, com apenas 30 ou 35 contos de réis, o govêrno poderia dar uma solução satisfatória ao caso, bastando se desobstruir o curso do rio Morto que passava pela cidade. E finalizou com essas palavras que impressionaram o soberano, que o ouvia atentamente: — “Já hoje custa a uma barçaça ir ao pôrto tomar caixas de açúcar. Entretanto, rasgando-se o atêrro que se fêz quando se desviou o rio, êle procurará o seu curso natural e com a fôrça antiga das águas, mormente no inverno que aqui é rigoroso, desobstrui-se o rio e êle se tornará navegável como antes, com pouco dinheiro.”

O plano, na verdade, era a desobstrução dêsse rio que passava pela cidade e que fôra desviado, fazendo-se dêle uma espécie de grande canal até a confluência dos rios Capibaribe-Mirim e Tracunhaem no lugar chamado Japomim (5), que fica nos arredores

da cidade, onde começa o rio Goiana que vai desaguar no Atlântico, depois de um percurso de 42 quilômetros.

Na palestra, lembrou-se também da construção de uma estrada de ferro partindo da Baixinha até Japomim, onde seria, então, construído um cais, com armazéns, guindastes, etc., por ser o local bastante profundo, sem necessidade de dragagem.

Pedro Segundo desaconselhou a construção dessa pequena linha férrea. O mais prático mesmo, salientou, seria a desobstrução do rio, pois, o pôrto ficaria dentro da cidade e as mercadorias embarcariam diretamente nas barcas, sem ser preciso a baldeação, onerando mais as mercadorias. Todos ficaram satisfeitos com a solução.

Canal de Japomim
O canal foi construído e, alguns anos depois, festivamente inaugurado, ancorando as barcas no pôrto da cidade, o que lhe deu um extraordinário desenvolvimento, sendo, então, o comércio de Goiana, o segundo da Província e abastecendo uma grande zona, pois, nesse tempo, não havia estrada de ferro e muito menos transporte rodoviário. Tudo tinha de ser transportado por mar ou pelos rios. Assim, todos os municípios vizinhos e os limítrofes da Paraíba se abasteciam em Goiana, que passou a desfrutar uma situação privilegiada, tornando-se próspero e onde corria muito dinheiro. Nesse pôrto, em fins de outubro de 1922, defronte da Casa da Pólvora, fundeou o navio Iraty, ex-Rio Purus, com 9 pés de calado, pertencente à Companhia Comércio e Navegação, o qual levou de volta de sua viagem enorme carregamento de açúcar, álcool, cocos, etc.

À noite, realizou-se o banquete na Câmara Municipal com as principais figuras da cidade e convidados, tendo o Imperador apreciado uma fritada de línguas de galinha. Findo o repasto, procedeu-se a uma queima de fogos de artifício, oferecidos pela Guarda Nacional. E, como última homenagem ao soberano, parou diante do palacete municipal um lindo carro alegórico puxado por barqueiros e dirigido por um capataz, trajados a rigor. No carro vinham sete meninas vestidas de branco, com laços verde e amarelo. Quando o Imperador chegou à sacada, as meninas começaram a cantar:

Mandou Deus que o grande Pedro
Brasílea grei governasse
Sendo êle protegido
A todos nos amparasse.

Um brado, filhos do norte
Repercute em todo mundo
Seja êle agora e sempre
Viva o herói Pedro Segundo.

Recebe Pedro o mandato
Fulgente cetro sustenta
Nosso bem promove, avante
Nossos males afugenta.

O sul do seu vasto império
Foi por êle visitado
O norte hoje o demanda
Entre nós êle é chegado.

Com prazer o mais intenso
Com desvelo o mais constante
Façamos hoje mil honras
Ao exceiso visitante.

Um brado, filhos do norte
Repercuta em todo mundo
Seja êle agora e sempre
Viva o herói Pedro Segundo (6).

Sob ruidosas aclamações do povo, o carro triunfante continuou o seu itinerário pelas principais ruas da cidade, soltando-se diversos balões coloridos.

O Imperador foi dormir tarde da noite, pois, chegado do banquete, ainda teve uma reunião política, sem conseguir, no entanto, pôr termo à rivalidade entre João Joaquim da Cunha Rego Barros, 3.º barão de Goiana, e Antônio Francisco Pereira, barão de Bujary... No dia seguinte bem cedo, Pedro Segundo partiu com sua comitiva para vistar as trincheiras de Tejucupapo, onde as heroínas goianenses expulsaram os invasores holandeses, levando de Goiana as mais gratas recordações pela fidalguia e hospitalidade do seu povo, estima que ficou em seu coração por tôda a vida (7).

Antes de deixar Goiana o Coronel João Joaquim da Cunha Rego Barros apresentou ao Imperador a quantia de sete contos de réis, produto de uma subscrição entre amigos para que êle desse o mais justo destino. O monarca acrescentou mais um conto de réis e pediu que tal benefício fôsse entregue ao Hos-

pital da Santa Casa de Misericórdia de Goiana (9). Dando ainda uma demonstração da generosidade do seu coração, Pedro Segundo mandou distribuir um conto de réis com os pobres da cidade, 200 mil réis para o Cemitério, 200 mil réis para a Igreja dos Martírios (em ruínas) e, por fim, 40 mil réis para dois soldados com baixa.

Terminada a visita às trincheiras históricas, de onde levou algumas lembranças, o Imperador almoçou em casa do subdelegado de Tejucupapo, Francisco Xavier de Albuquerque Melo, embarcando logo depois no vapor Pirajá para o Recife e finalizando, assim, a sua visita a Goiana.

NOTAS:

(1) Estava assim constituída a Comissão de recepção: coronel João Joaquim da Cunha Rego Barros, João Antônio Araújo Freitas Henriques (Juiz de Direito), coronel Antônio Francisco Pereira, coronel Antônio Alves Viana, padre Luiz José Figueiredo e Dr. João Hircano Alves Maciel (Juiz Municipal).

A Câmara Municipal estava formada: Antônio Francisco Pereira (Presidente), Raimundo de Araújo Lima, Mariano Ramos de Mendonça, Manoel José Fiuza Lima, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Manoel Moreira da Costa Passos, Bartolomeu Gomes de Albuquerque, João Alves Pragana e padre José Paulino da Silva Monteiro.

(2) A Imperatriz, por não suportar tão longa e fatigante viagem a cavalo, ficou no Recife, hospedada num sobrado de quatro faces, na Madalena.

(3) Nesse convento estiveram os restos mortais do general André Vidal de Negreiros, herói da guerra dos holandeses e senhor do engenho Nôvo de Sto. Antônio, os quais foram depois para o Palácio Arquiepiscopal do Recife e, finalmente, para Guararapes.

(4) Nunes Machado (Joaquim), filho de Bernardo José Fernandes de Sá, nasceu em Goiana e foi o seu 1.º Juiz de Direito. Como chefe da Revolução Praieira (1848), ao sair do Quartel da Soledade, em Recife, foi morto. Por esse tempo, várias desordens ocorreram em Goiana, com mortes, inclusive o despedaçamento do busto de Sua Majestade Imperial. Vale a pena transcrever a seguinte comunicação:

Exmo. Sr. Desembargador Manoel Vieira Tosta,
Digníssimo Presidente da Província:

Esta Câmara julga do seu rigoroso dever levar ao conhecimento de V. Excia. as ocorrências dos dias 11 e 12 do próximo passado mês de fevereiro, tempo em que estiveram nesta cidade os rebeldes, que ainda continuam a flagelar esta Província. Durante o mencionado tempo, não satisfeitos esses inimigos com os assassinatos que aqui praticaram em número de 9, entraram na cadeia desta cidade e deitaram abaixo as portas das prisões, soltando todos os presos que nela se achavam e como para cúmulo de malvadez subiram às salas das sessões do júri e da Câmara, onde reduziram a pó todos os seus móveis, não perdendo nem mesmo ao arquivo, em que se continham livros e outros papéis pertencentes a esta Câmara, os quais foram queimados juntamente à porta da mesma cadeia. E o que é mais grave, até o busto de Sua Majestade Imperial foi por eles despedaçado e inteiramente vilipendiado. Deus guarde V. Excia. por muitos anos. Paço da Câmara Municipal de Goiana, em sessão extraordinária de 2 de março de 1849.

a) João Joaquim da Cunha Rego Barros,
Presidente”.

Escreveu o Desembargador Edmundo Jordão que “derrotados os rebeldes no Recife, foi Goiana tomada pelos liberais ao mando de Pedro Ivo no dia 11 de fevereiro de 1849. No Convento do Carmo os praieiros se apoderaram de 200 carabinas e 20.000 cartuchos tomados do adversário. E no engenho Pau Amarello, onde os rebeldes se homiziaram, houve uma refrega entre estes e as forças do governo.”

(5) Com a construção da estrada de ferro ligando Recife aos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e, logo depois, a facilidade do transporte rodoviário, Goiana perdeu a sua hegemonia comercial. E, por fim, sendo criado o Município de Aliança, perdeu Goiana muitos engenhos e 2 distritos: Lapa e N. S. do O’.

(6) Hino dedicado ao Imperador, cuja letra era do Dr. João Floripes Dias Barreto e música de André Alves da Fonseca Júnior.

(7) Em Tejucupapo, a recepção foi promovida pelo capitão Antônio Gonsalves de Azevedo, a pedido do Conselheiro João José Ferreira de Aguiar. Durante a visita às trincheiras de Tejucupapo, chegou o Marquês de Tamandaré, avisando ao Imperador a oportunidade do regresso, pois a maré estava enchendo. O Pôrto da Viúva, onde Pedro Segundo tomou o “Pirajá”, passou a se chamar o Pôrto do Imperador, até os nossos dias. (Dr. Antônio Rapôso — Almanaque de Goiana).

(8) O Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Goiana foi concluído em 1739. A igreja data de 1.º de julho de 1722. O Convento do Carmo data de 1666 e a Igreja do Rosário dos Prêtos de 1682.

“Sobre o Cruzeiro do Carmo contam-se várias lendas. Fala-se que em seus alicerces se acha enterrado um grande tesouro destinado pelo instituidor à reconstrução do convento. Durante a Guerra dos Mascates e dos oito motins que houve em Goiana, um bando de Tunda-Cumbe atirou-se ao Cruzeiro, mutilando parte da sólida e larga peanha, sobre a qual assenta a cruz e fez profundas escavações, a fim de ver se davam com o cabedal oculto.” (Franklin Távora — “O Matuto”).

Romance?
Verificar

A expulsão dos holandeses de Tejucupapo

COM o movimento de resistência dos pernambucanos, das guerrilhas, dos atos de sabotagem e das últimas vitórias alcançadas com tanto heroísmo contra os holandeses, foi cada vez mais se apertando o cerco do Recife. Pequena e quase toda alagada como era nesse tempo a área dessa cidade, circundada de rios e invadida pelas marés, formando camboas dentro da própria ilha de Sto. Antônio, essa zona nada produzia para o abastecimento de sua população.

Assim, os seus habitantes estavam passando certas privações e, o que é pior, sem poder receber gêneros alimentícios de fora. As incursões dos flamengos eram sempre mal sucedidas. E, cada vez mais, iam os pernambucanos apertando o anel de aço em torno do Recife, como poderosas tenazes. A Ilha de Itamaracá, precioso celeiro em poder das forças de Maurício de Nassau, já estava desprovida de

tudo. A situação, portanto, se agravava cada dia, alastrando-se a fome e a miséria.

Nessa situação, resolveram os holandeses furar o cerco de qualquer maneira. E sabedores de que em Tejucupapo havia muita fartura de mandioca, legumes e frutas, pela fertilidade do seu solo, planejaram um assalto até lá. Ademais, em vista de ser a povoação bem próxima de Itamaracá e completamente desguarnecida de tropas e sem meios rápidos de receber auxílio, a investida só poderia ser vantajosa e bem sucedida. Dêste modo, tudo foi planejado debaixo do maior sigilo, a fim de não despertar suspeitas. E mesmo êles esperavam, depois da tomada de Tejucupapo, atacar São Lourenço da Mata, onde havia também abundância de víveres. Mandaram buscar soldados e embarcações no Recife e cuidaram logo dos preparativos definitivos do ataque.

Tudo pronto, na tarde de 23 de abril de 1646, os holandeses tomaram as embarcações, em número de 27, e saíram mar afora, indo depois ancorar na Praia de Marinha Farinha, procurando com isso iludir a vigilância dos pernambucanos dos seus verdadeiros intuitos. Realmente, julgando que os holandeses iam desembarcar mesmo naquela localidade, os capitães Paulo Cunha Vasconcelos e Francisco Lopes, que foram avisados em Igarassú, partiram a toda pressa com suas infantarias e ali chegando organizaram as defesas e emboscadas. À noite, porém, os inimigos levantaram ferro, e contornando cautelosamente a Ilha de Itamaracá, chegaram pela madrugada ao Pôrto de Tejucupapo. Notando a ausência dos invasores, aqueles dois oficiais saíram das em-

boscadas e foram para o Arraial do Bom Jesus, onde comunicaram o ocorrido. No entanto, duas sentinelas em Tejucupapo, observando a aproximação dos flamengos, correram e avisaram os habitantes da povoação da iminência do perigo.

O major de milícias Agostinho Nunes e Mateus Fernandes tomaram a si a defesa da localidade. Sem perda de tempo mandou aquêle militar que tôdas as mulheres e crianças fôssem para o reduto, cercado de pau a pique, há tempos construído para defesa da povoação, e mais setenta homens armados de espingardas, foices, chuços e tôda espécie de armas (1). Destacou trinta rapazes dispostos e valentes para atacar os holandeses e retardar a ofensiva, sob o comando de Mateus Fernandes, que se improvisou em chefe militar. Tudo providenciado rapidamente, Agostinho Nunes assumiu a defesa do reduto, tendo antes enviado com tôda urgência um portador a cavalo avisar ao Capitão-mor Zenóbio Chiole, que se encontrava em Igarassú, a situação em que se achava, a iminência da invasão inimiga e pedindo auxílio, pois, sem armas e soldados não poderia resistir por muito tempo.

Ao saltarem em terra, depois de terem providenciado a segurança e guarda das embarcações, os holandeses em número de quinhentos e mais duzentos índios, chefiados por Lichtart, marcharam para a povoação. Há uns três quilômetros de Tejucupapo, um sargento, que comandava um grupo de vanguarda e reconhecimento, avistou-se com dois portugueses que fugiam e como os mesmos não quisessem parar, ameaçou de matá-los, bem como a todos os que encontrasse. Aquelas duas sentinelas que já haviam

regressado para o seu pôsto de observação, atiraram contra o sargento, matando-o. Um companheiro substituiu o morto, dando ordens severas a sua tropa e continuando a marcha, enquanto o militar falecido era conduzido para o pôsto. Mais adiante ouviu-se uma descarga mais forte. Era Mateus Fernandes e a sua gente, ficando no chão vinte e três cadáveres. Logo mais, nôvo tiroteio dos nossos guerrilheiros e mais alguns invasores mortos. Furiosos com a perda de seus irmãos de armas e sem poder descobrir os atacantes que estavam escondidos no mato, os flamengos se reuniram e investiram contra o reduto. A reação, no entanto, não se fez esperar. Os goianenses resistiram bravamente. Travou-se, então, uma luta feroz e desigual pelo número de combatentes e pelo valor das armas. Rechaçados na primeira e nas outras investidas, os holandeses resolveram abrir uma brecha no tapume de madeira, com seus machados.

Agora sim, a luta seria de vida e morte. Aberta que fôsse a brecha, os goianenses seriam impiedosamente imolados. O auxílio das tropas de Igarassú não poderia chegar a tempo. As esperanças iam desaparecendo com os golpes cada vez mais fortes no tapume de pau a pique. Dentro do reduto a situação era a mais terrível possível. Mulheres aflitas e crianças chorando. Todos compreendiam o desesperado drama de sangue que ia se desenrolar dali há poucos momentos, pois, êles próprios se meteram dentro daquela ratoeira, sem poder sair. A resistência por mais tempo seria impossível. As melhores espingardas e os homens mais dispostos tinham sido destacados para as emboscadas e lá deveriam permanecer. Cada golpe de machado era um grito de angústia entre os

sitiados. Sedentos de vingança pela morte de seus companheiros, os batavos esperavam massacrar friamente os ocupantes daquele reduto que teimavam em resistir, sem resultado, num gesto louco. Ali encurralados, não sairia um só com vida.

Por fim, eis o auge do desespero. Os holandeses, depois de muito trabalho, conseguiram abrir a brecha por onde se poderia entrar no maldito reduto. Nessa ocasião, porém, o heroísmo dos goianenses atingiu também o seu auge. Agora não eram somente os homens que lutavam. As mulheres, largando as crianças, tomavam armas e investiam furiosamente contra os invasores, numa bravura digna de toda prova. Empunhando foices e chuços elas caíram sobre os primeiros holandeses que penetraram no fortim. Essa corajosa atitude reanimou a todos os sitiados. Tejucupapo seria uma nova Sagunto ou Cartago — não se renderia. Diante dessa reação inesperada os flamengos resolveram alargar mais a fenda, a fim de permitir a entrada de maior número de soldados. E novamente os machados começaram a bater nos paus do reduto.

Os tejucupapenses não esmoreceram. Pelo contrário, estavam agora mais dispostos e com o moral mais elevado. O major Agostinho Nunes dava ordens, socorria os feridos, distribuía armas e lutava como um leão que se sentisse ferido. Uma coisa, no entanto, o inquietava. Por que Mateus Fernandes não vinha em seu auxílio sabendo que eles estavam metidos naquela ratoeira e que qualquer tentativa de fuga seria fatal? Onde diabo andaria ele com os seus homens? Naturalmente, conjecturava o Major, fôra morto com os seus companheiros nos primeiros en-

contros. E agora não haveria outro recurso senão lutar até morrer. Dali ninguém arredaria o pé. Fôra essa a decisão tomada.

Os machados silenciaram. Chegou, finalmente, o momento decisivo. Agora ninguém poderia recuar. A abertura permitia a entrada de muitos soldados de uma vez. Os sitiados não tinham para quem apelar. Uma mulher, destacando-se das demais, começou a percorrer o reduto animando a todos com um crucifixo nas mãos e invocando os nomes dos santos Cosme e Damião. Os primeiros holandeses foram entrando no reduto. Homens e mulheres lutavam encarniçadamente de foices e chuços. Nesse momento chegou Mateus Fernandes com a sua tropa pela retaguarda dos sitiados, num ataque inesperado e salvador. Os holandeses diante das perdas sofridas e julgando que os reforços haviam chegado, abandonaram o campo de batalha fugindo para o pôrto, deixando em terra muitos cadáveres, armas e munições.

Por toda parte ouviu-se o grito de vitória e de alegria que reboou pelas encostas do monte. A satisfação era imensa pelo sucesso alcançado no momento mais dramático da luta. O aguerrido e audacioso inimigo fugira depois de uma derrota contra um punhado de homens e mulheres, sem nenhuma instrução militar e com armas inadequadas. Mateus Fernandes, o improvisado chefe militar, estava orgulhoso da façanha realizada. Sua gente demonstrara extraordinária coragem e destemor. Mas, sua alegria se transformou logo em profundo pesar quando, entrando no reduto, deparou-se com o cadáver do major Agostinho Nunes. Esse bravo militar morrera em seu pôsto

de combate, dando a todos um exemplo de bravura. Fôra o mais destemido do grupo e o inimigo jamais o apanharia vivo, como um prisioneiro covarde.

Quando o capitão-mor Zenóbio Chiole chegou com as suas tropas para enfrentar os invasores, as barcaças holandesas já iam longe com suas velas bem abertas ao vento, em demanda de Itamaracá, levando muitos feridos e três oficiais mortos. O general André Vidal de Negreiros que havia também partido em auxílio dos goianenses, voltou de Igarassú por saber aí da derrota dos flamengos.

Esse combate de Tejucupapo figura na história como um dos feitos mais brilhantes do heroísmo do nosso povo. Isso porque, além do ardor da peleja, houve surpresa e manifesta desigualdade de forças e armas. De um lado, uma centena de homens sem nenhum preparo militar e armas impróprias. Do outro lado, no entanto, cerca de 500 soldados aguerridos e experimentados. Depois, nessa luta, tivemos a participação da mulher brasileira, o que tornou o feito mais grandioso. Ela soube, como verdadeira heroína, elevar bem alto as nossas tradições de povo digno e independente. Assim, se esse combate não teve grande significação militar, ele se eleva aos nossos olhos, transformando-se numa epopéia de bravura e desprendimento. Aquelas mulheres nos fazem lembrar os feitos de Anita Garibaldi que combateu também ao lado do seu espôso, enfrentando com sangue-frio as balas inimigas, empunhando arma e conquistando, na batalha de Forquilha, o título de "bravo entre os bravos."

O resultado desse combate muito influuiu para a decisão final do domínio holandês em Pernambuco, pois, sem mantimentos, eles não poderiam ficar por muito tempo entre nós, sitiados como estavam no Recife e rechaçados em toda parte, nas suas investidas em busca de gêneros alimentícios.

NOTAS:

(1) Quando prefeito de Goiana, o Dr. Antonio Raposo mandou erigir no local onde se travou o combate um obelisco comemorativo do feito. E, todos os anos, a 7 de setembro, as escolas vão até lá, onde as autoridades, professoras, escolares e povo festejam civicamente a data.

(2) Inês Mariz disse que as mulheres de Tejucupapo, enquanto se travava o combate, esmagavam em alguidares pimenta malaguêta com água e jogavam nos olhos dos holandeses, quando estes punham a cabeça na brecha do tapume.

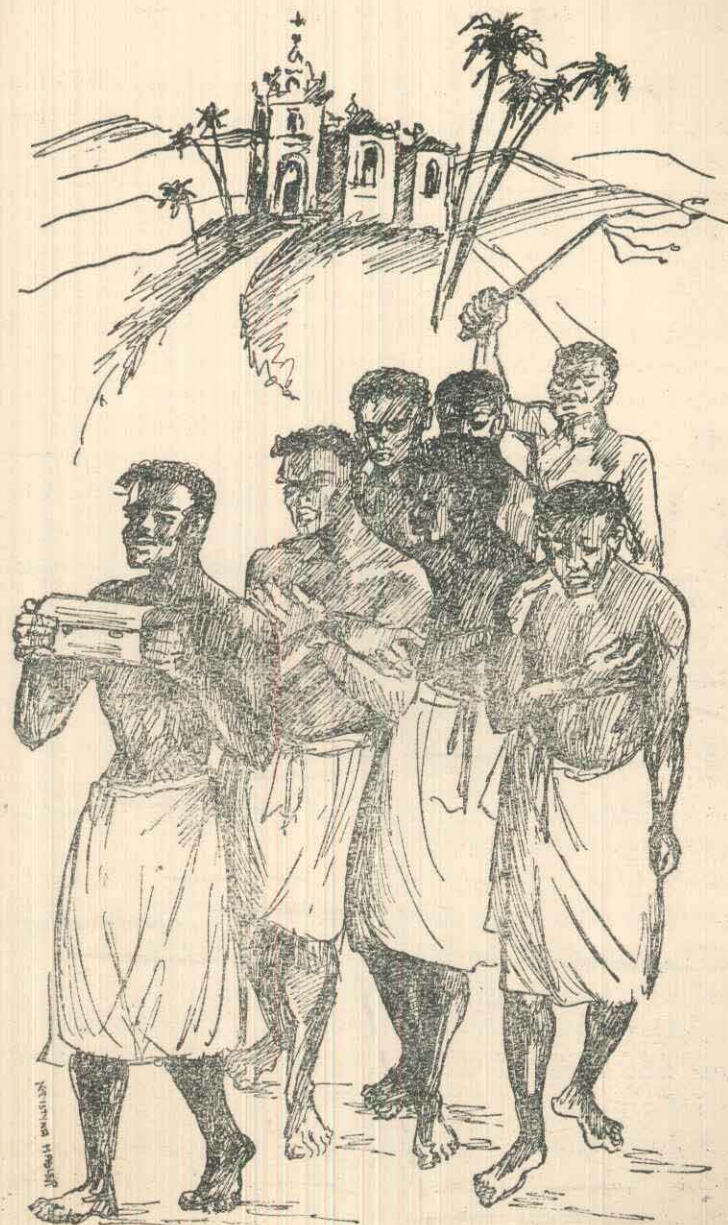
Essa escritora declarou ainda que sua avó lhe contara ter visto certa vez uma gravura antiga onde os holandeses apareciam tapando o rosto com as mãos, em redor de um curral de pau-a-pique.

Realmente, era assim antigamente. Os combatentes usavam de todos os meios para a defesa. César Zama fala que nos antigos combates navais no Mediterrâneo os guerreiros jogavam vasos de barro contendo cobras venenosas nas embarcações inimigas, a fim de estabelecer o pânico, o que dava sempre bons resultados.

Proibido

A Procissão dos Penitentes

A população de Goiana sempre foi católica, apesar da rebeldia dos goianenses, de sua liberdade de pensamento e da existência de uma Loja Maçônica, fundada em 1874, com muitos maçons graduados e importantes. Mas, o seu povo é essencialmente católico, o que bem atestam as suas diversas igrejas, como a do Rosário dos Prêtos (1682), Carmo (1666), Misericórdia (1722), Amparo (1770), Solidade (1752), Ordem Terceira (1753), Matriz (1861), Conceição (1807) e Martírios, esta em ruínas já em 1859 e hoje desaparecida. Há uma antiga tradição de que quem visita Goiana jamais a esquecerá, isso porque, fato curioso e talvez inédito, tôdas as suas igrejas têm as portas voltadas para dentro da cidade. Além dêsses majestosos templos, muito se admira as suas belíssimas imagens de tamanho natural e de expressões tão perfeitas, como a daquele Cristo morto, na igreja de São Lourenço de Tejucupapo, visitado por estudiosos e estrangeiros, que não se cansam de admirá-lo.



Intensa, portanto, era a vida religiosa de Goiana, com suas igrejas, as capelas dos seus engenhos, vigários e padres cultos e de extraordinária abnegação, sem falar nas freiras do Convento da Soledade e nos frades do Convento do Carmo, onde estudou Frei Caneca. As festas religiosas, assim, eram magníficas e assistidas por muita gente de fora. As comemorações da Semana Santa, então, atraíam inúmeros visitantes até da própria Capital, não só pela beleza da solenidade religiosa, que obedecia todo o seu rito sagrado, como, principalmente, pelas músicas e cantos de tanto enlévo e suavidade. E, ainda, as procissões com bandas de música, formatura das irmandades tôdas paramentadas, imponentes, concorridíssimas, tocantes, com vários andores, lindas imagens em profusão de flôres.

Não mais alcancei os bons tempos da festa do Orago. No entanto, assisti às procissões de N. Sra. da Conceição, promovidas todos os anos por José Albino Pimentel, dono da Fábrica de Tecidos, que era ardoroso devoto dessa santa, cujo andor tão cheio de flôres naturais e ricamente enfeitado, causava admiração aos forasteiros.

Mas, o que queremos falar aqui é da antiga e desaparecida procissão dos Penitentes, que andou pelas ruas de Goiana em meados do século passado. Era pela Semana Santa, de madrugada, quando todos ainda estavam dormindo. Um grupo de penitentes, talvez uns doze, percorria a cidade, saindo da Matriz e indo pelas ruas Direita, Baixinha, Augusta, Conceição e Rosário, voltando à Matriz. Eles vestiam uma espécie de saia, porém nus da cintura para cima, em passo cadenciado, conduzindo cada um dêles uma

bola de cêra com pedaços de vidro e prêsa a um cordel. A cadência do préstito era marcada por um "baixo" metálico. À frente, um dos penitentes ia anunciando em voz arrastada e lúgubre a aproximação do cortejo e fazendo barulho com um baú, onde havia colocado umas pedras, como se fôsse uma matraca.

E lá iam os tristes penitentes, pela meia escuridão da madrugada, metidos em suas saias, nus da cintura para cima, marchando a passos cadenciados ao som do "baixo", com o arauto à frente, balançando o baú de pedras e anunciando a procissão. Não se podia ver o cortejo. Era pecado. E ninguém queria incorrer no castigo de Deus. O temor fazia com que todos respeitassem essa crença. Se alguém, contudo, por irreverência, quisesse observar o préstito, um punhado de areia lhe seria jogado nos olhos, sem se saber como e por quem.

Durante o percurso, eram os lombos dos penitentes vergastados até correr sangue. Era o sacrifício, a penitência, o flagelo. E aquêles dorsos desnudos, iam sendo açoitados pela "disciplina" (espécie de chicote), sem um gemido, uma lágrima, uma queixa, no mesmo passo cadenciado ao som do "baixo", com o arauto, lá adiante, sacudindo o baú de pedras, com aquela sua voz rouca e lúgubre. Sempre marchando pela madrugada, com o sangue a correr pela cintura, pelas pernas abaixo. "Quando talvez por tibieza, se não por descuido, falhava algum dos golpes, o companheiro mais próximo adiantava-se caridosamente a resgatar a omissão, provendo o temerato ou descuidado, com o arremêso da sua própria disciplina."

Terminada a cerimônia religiosa, o dia já vinha clareando lá pelas bandas da barra do rio Goiana. Os penitentes recolhidos à sacristia da igreja Matriz passavam sobre as feridas das costas talos de banana, a fim de evitar uma infecção. E, logo depois, não claro ainda o dia, regressavam às suas casas, satisfeitos da santa e piedosa missão cumprida (1) (2).

NOTAS:

(1) O historiador Álvaro Guerra (Mario Santiago) escreveu sobre a procissão dos Penitentes, acrescentando que sua tia-bisavó D. Alexandrina Tavares, que morava na Rua Augusta, intrigada com aquele mistério e auxiliada pela sua irmã mais velha, burlou a vigilância dos seus pais, indo espiar pela janela a tal procissão, precavida contra o punhado de areia. Ela reconheceu pessoas de projeção social, ficando apenas o nome de um deles — João José Tavares de Sá Albuquerque, notável músico na época.

(2) *Procissão do Auto-de-fé (Penitentes)*

E pela calçada, a procissão do auto-de-fé movia-se devagar, num vasto ruído, sob o tremendo dobre a finados de todos os sinos vizinhos. Adiante os flagelantes seminus, de capuz branco sobre o rosto, dilaceravam-se, uivando o *Miserere* com as costas empastadas de sangue; sobre um jumento ia João Eduardo, idiota de terror, com as pernas pendentes, a camisa alva sarapintada de diabos côr de fogo, tendo num peito um rótulo em que estava escrito — *por hereje*. Por trás um medonho servente do Santo Ofício espicaçava furiosamente o jumento: e ao pé um padre, erguendo alto o crucifixo, berrava-lhe aos ouvidos os conselhos do arrependimento."

Eça de Queiroz — "O Crime do Padre Amaro" — 1874.

O fuzilamento de Silvino Macedo, herói e mártir de Goiana

SILVINO MACEDO nasceu em 1869 em Goiana, numa rua conhecida como Beco Fundo (hoje com o seu nome), esquina da Rua do Jiló, filho do comerciante de bebidas José de Macedo e de Maria da Conceição. Sem os carinhos paternos, aos 13 anos ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros do Recife. Seu ideal era seguir a carreira militar.

Sempre se mostrou muito ativo, decidido, inteligente e, sobretudo, corajoso. Era, como o descreveu o historiador Alfredo de Carvalho, "baixo, franzino, moreno, rosto quase imberbe e marcado de cicatrizes de varíolas, olhos pequenos, muito negros e brilhantes, em que espelhava a energia de sua alma. Extremamente asseado, afeiçoava o uniforme de brim pardo, banda vermelha à cinta, as quatro fitas da mesma côr exageradamente distendidas sobre a

Romance

manga esquerda da blusa, a barretina bem aprumada sobre a cabeça estreita e quase desnuda do cabelo aparado muito rente. Tinha a alcunha de Engenheiro."

Deixando o Recife, foi para a Capital Federal. E como 2.º sargento do 1.º Batalhão de Artilharia chefiou o levante do navio "Primeiro de Março", para a deposição do Marechal Floriano Peixoto, isso a 13 de dezembro de 1891. Fracassado o movimento subversivo, Silvino foi submetido a Conselho de Guerra, sendo, contudo, perdoado. Mas, continuava recolhido na Fortaleza de Santa Cruz, com 163 prisioneiros militares.

Na madrugada de 19 de janeiro de 1892 chefiando os presos, sublevou o Forte, desarmando a guarnição e prendendo o comandante Coronel Bezerra Cavalcante. Em seguida e de surpresa, a Fortaleza da Lage foi ocupada, prêso o comandante Major Varella, o mesmo sucedendo com a do Pico. Estava declarada a revolução para depor o governo.

Floriano morava na Piedade e ao saber do movimento, veio para o Palácio do Itamarati (sede do governo federal) e depois de conferenciar com os ministros militares, foram logo acertadas as providências para sufocar o levante, o que ocorreu depois de sérios e heróicos combates, com muitas perdas. Antes, Silvino ao ser interpelado pelo Coronel Calado, emissário do governo, assim se expressou em tom arrogante:

— "Sou o governador da fortaleza e só eu é que mando." E para cortar as advertências daquele oficial, retrucou:

— "Ou Deodoro assume o poder ou nós vamos até o fim. Estamos resolvidos a ficar sepultados nas pedras desta fortaleza(1)".

A fortaleza de Santa Cruz foi cercada pela nossa esquadra e por terra por dois batalhões, travando-se violentos combates de inegável heroísmo de parte a parte. No entanto, o propalado auxílio da Marinha falhou, bem como o compromisso dos políticos. . . Desiludido, abandonado, Silvino carregava e disparava sozinho os canhões. Já dominada a situação, mas procurando ainda resistir, Silvino recebeu um tiro no rosto, desfechado pelo major Inocêncio Piget. Somente assim a bandeira branca foi hasteada na fortaleza.

Com o rosto todo enfaixado, Silvino foi logo interrogado pelas autoridades militares para descobrir os cabeças do movimento armado, sendo internado no Hospital da Marinha, com a recomendação de Floriano para ser bem tratado, porque "um homem corajoso como êle, deveria ser poupado."

Silvino Macedo foi excluído do Exército e anistiado, conseguindo um emprêgo na Imprensa Oficial, por influência do próprio Marechal de Ferro. Aquela vida burocrata, porém, não lhe agradava. Êle tinha no sangue o germe da revolução. Não podia ficar parado, indiferente ao que se passava no país. E era sempre procurado pelos políticos, por todos aqueles que desejavam a derrubada de Floriano.

Com a revolta chefiada pelo Almirante Custódio José de Melo, a 6 de setembro de 1893, eis que Silvino de logo aderiu à mesma, como chefe dos artilheiros do navio "Guanabara", bombardeando a cidade.

Ele tinha, entretanto, uma missão mais importante a resolver lá no norte. Assim é que embarcou inesperadamente no vapor "Wordsworth", com destino aos Estados Unidos, sem que seu nome figurasse na lista dos passageiros de bordo, pois, tôdas as precauções eram necessárias.

A 13 de janeiro de 1894 Silvino desembarcou no Recife, a fim de comprar uma jangadinha para uma filha do corretor Norton, seu companheiro de viagem, desconhecendo a situação de terror existente na cidade, com os célebres "tiradentes" (2), comandados pelo capitão Marcos Curius (3), responsável por tôda sorte de violências e arbitrariedades praticadas. Para se saber quem era êsse fanático militar, basta dizer que certa vez cortou com sua espada a orelha de um estudante de Direito, porque dera um viva ao almirante Custódio e meteu no xadrez um pobre diabo porque dissera que Nobel inventou a dinamite. Homens eram espancados e presos sob qualquer pretexto. Mulheres violentadas. Ninguém se sentia garantido e todos temiam a menor indiscrição, diante das delações. . . Os "tiradentes" estavam sempre vigilantes e cada um queria agradar mais o governo federal, para obter favores e empregos. Era essa a situação do Recife, favorecida pelo estado de sítio (4).

Silvino por desconhecer êsse ambiente e certo de que ninguém sabia de sua presença no Recife, saltou em terra e dirigiu-se logo para o cais da Lingüeta. Quando estava fazendo uma refeição no restaurante "Chaline" foi reconhecido pelo "tiradentes" Joaquim Augusto Freire (5) pela cicatriz que tinha no rosto, em consequência do tiro que lhe desfechou Piget.

Aproximando-se de Silvino, Joaquim Freire o interpelou sem perda de tempo:

— Você é Silvino Macedo!

Silvino negou a sua identidade e com bastante calma continuou a fazer a sua refeição, não prevendo o que poderia lhe suceder.

Freire, como era conhecido (6), corre ao Arsenal de Marinha e lá comunica o fato ao Governador General Alexandre José Barbosa Lima, que conversava com o almirante Duarte. Apesar de não acreditarem na notícia, encarregaram o tenente Antônio de Souza Maia da diligência. Chegando no cais, lá estava Silvino conversando com os seus antigos companheiros da estiva, sendo logo prêso. Em sua bagagem apreendida a bordo, nada se encontrou que o comprometesse.

Escortado por um grupo de "tiradentes", trajando roupa preta e chapéu da mesma côr, passo apresado, Silvino foi apresentado ao governador Barbosa Lima, que nada tendo com o prisioneiro, mandou-o de volta para o Distrito Militar. (7). O general Leite de Castro nomeou, então, uma comissão composta do Coronel Savaget, tenente-coronel Melo Filho, Dr. Júlio de Melo e o capitão Evaristo, para interrogar o prisioneiro e saber o que viera fazer em Pernambuco, temendo-se alguma "sinistra aventura". Todos presentes, começou o interrogatório às 16 horas no Quartel General, à rua da Aurora. As perguntas mais incriveis eram feitas. Ninguém acreditava que o bravo Silvino estivesse apenas de passagem pelo Recife, com destino aos Estados Unidos. Não era possível. Ele viera cumprir missão importante. Os "tiradentes" se encarregavam logo de espalhar pela cidade os pio-

res boatos a seu respeito. Era uma conspiração, ia estourar um movimento no norte e se queria saber quem eram os cabeças da "sinistra empreitada". Silvino não era mais militar. Nem espião. Nem conspirador. Não praticara nenhum crime. De sua participação na revolta da Fortaleza de Santa Cruz, fôra anistiado. Viajava para os Estados Unidos. Nenhuma prova tinha o governo contra êle. Por que, então, estava perante uma Comissão Militar?

O interrogatório se prolongava. Entrou pela noite. Silvino nada tinha a dizer mesmo. Em determinado momento, porém, o interrogante insistiu para que esclarecesse o que viera fazer em Pernambuco. Êle respondeu com decisão e coragem, já prevendo o que iria ocorrer:

— Vim morrer!

Novamente o interrogante, querendo obter uma confissão, disse-lhe de modo um tanto amável:

— Veja que eu posso pedir clemência ao Marechal Floriano e conseguir que não o fuzilem. Pen-se bem...

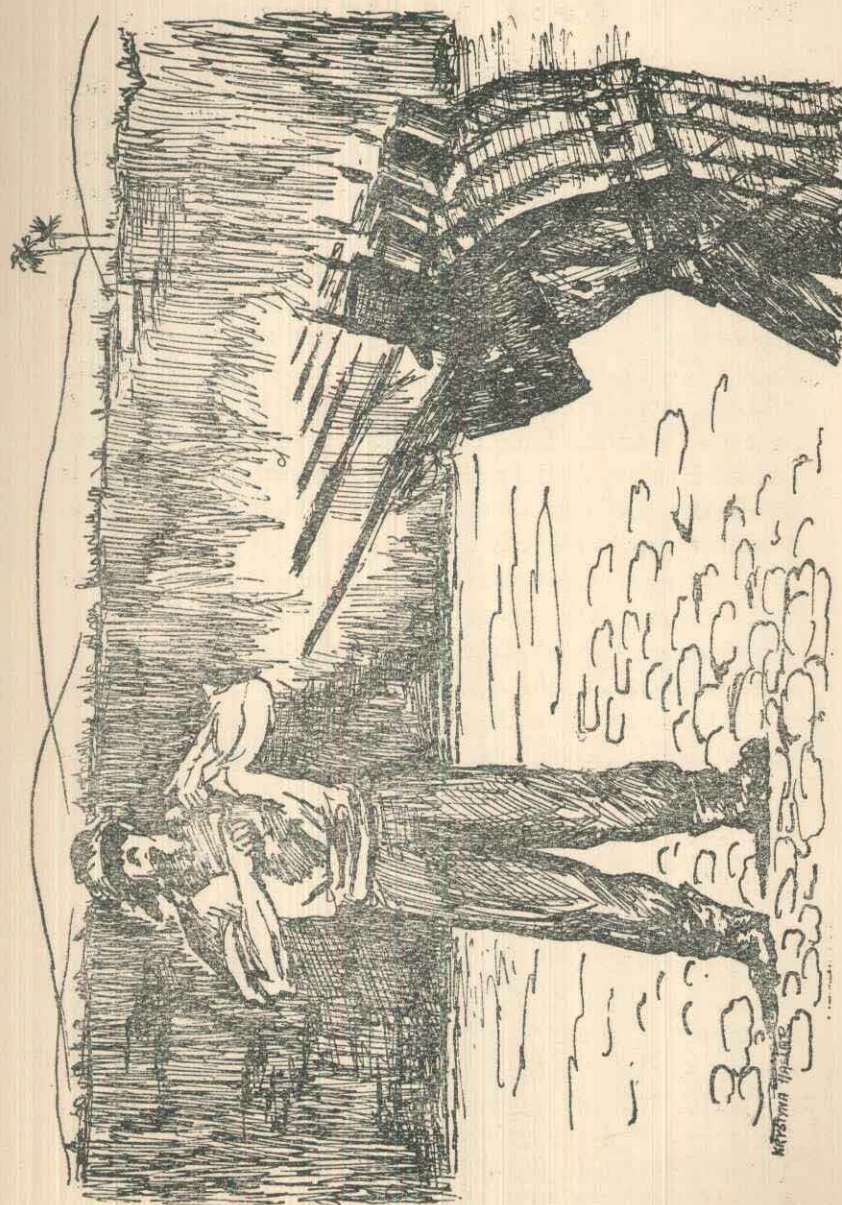
Silvino, que até então estava calmo, exaltou-se e bradou:

— Coronel, cumpra o seu dever. Faça comigo o que eu faria com o senhor se o pegasse.

E arrematou com altivez:

— Sou revoltoso. Não peço clemência.

Com essa resposta arrogante para um prisioneiro, houve uma ligeira pausa no interrogatório. O ambiente era de apreensões. Na sala estava apenas a comissão, sem saber ao certo qual o destino do prêso. A prisão tinha sido comunicada ao governo. Reini-



ciados os trabalhos e justamente às 11 horas da noite, um oficial pediu permissão e entrou na sala com um papel na mão. Todos se viraram para êle com certa curiosidade. Era um telegrama de Floriano, com os seguintes termos:

Fuzile sem formalidades.

O general Leite de Castro encerrou os trabalhos da comissão. Nada mais tinha que se apurar. Ali perto, no Clube Internacional, dançava-se alegremente. Silvino teve permissão para sentar e alimentar-se. O tenente Manoel Belerofonte foi encarregado da execução. Era republicano exaltado e para êle sòmente havia um meio de se consolidar a República: matar e matar muito (9).

O lugar das execuções naquele tempo era na Imbiribeira (10), lá no paiol, distante alguns quilômetros do centro da cidade, o sitio êrmo e mal-assombrado, onde em 1852 D. Maria de Aluburque Maranhão matou a própria filha. Para lá seguiu Silvino Macedo a pé, com as mãos amarradas para trás e bem escoltado. Enquanto se cavava sua sepultura e se ouvia o barulho das pás removendo a terra, êle ficou seguro a uma tarimba, debaixo de uma mangueira.

Momentos depois é o prisioneiro colocado diante do pelotão de fuzilamento. Um soldado avança e passa nos olhos do condenado um "cache-nez" (11). Prevendo a chegada do momento decisivo para sua morte, Silvino pediu para comandar a ordem de fogo, o que lhe foi negado, dizendo o Tenente Belerofonte que "um bandido não pode dar ordens a soldados". Silvino, então, gritou:

— No coração, fogo!

Seu corpo caiu em convulsões, recebendo o tiro de misericórdia. Já era quase dia, surgindo ao longe os primeiros albores da aurora (12).

Apresentando-se mais tarde no Quartel General para declarar oficialmente a execução, o tenente Belerofonte arrematou a sua narrativa, dizendo que não enjeitava serviço daquela natureza...

O vapor "Wordsworth" prosseguiu viagem com um passageiro a menos e a filha do corretor Norton ficou esperando em vão a jangadinha prometida pelo rapaz da cicatriz no rosto.

NOTAS:

(1) Revoluções Brasileiras. "A Revolta do Sargento Silvino" — Glauco Carneiro e Osvaldo Galvão. — "O Cruzeiro", 9-5-1964.

(2) "Tiradentes" ou Bando dos Pavilhões Azuis, tropa irregular de fanáticos florianistas, que usavam roupas azuis idênticas aos dos marinheiros. Espécie da célebre Guarda-Negra da monarquia.

(3) Capitão Marcus Curius Mariano de Campos que depois tomou parte na conspiração de 5 de novembro para assassinar o Presidente Prudente de Moraes. Foi o autor das matanças de Setetiba.

(4) Os mais desencontrados boatos esvoaçaram pela cidade do Recife. Teria (Silvino) vindo visitar o pai ou assentar os planos de uma utilização dos navios americanos, com incumbência reservada do almirante Custódio? Teria vindo acompanhado de quatro oficiais de marinha disfarçados em padres? Essa versão deu lugar a inúmeros vexames aos mais respeitáveis sacerdotes desconhecidos aos "tiradentes". "Horas de Prisão". Gonsalves Maia.

(5) Era ardoroso florianista. Pelos serviços prestados ao governo federal e como secretário do general Quadros, na célebre matança do K 65, no Paraná, onde também foi morto o barão do

Serro Azul, foi nomeado Fiscal do Armazém da Alfândega de Santos e promovido a 1.º Escriturário da Alfândega do Rio. Era capitão honorário do exército. Sobre sua atuação como homem de confiança de Floriano, contam-se muitas histórias e façanhas.

(7) Vicente Ferrer transitava na ocasião em frente ao Palácio do Governo, num bonde de Sto. Amaro, quando viu Silvino Macedo passar escoltado — “A Execução de Silvino Macedo” — Vicente Ferrer de B. W. Araujo — Edição de 1904 — Pernambuco.

(8) Posteriormente foi Chefe de Polícia em Sta. Catarina, tendo morrido repentinamente no Rio.

(9) Antes de Silvino Macedo foram fuzilados na Imbiribeira, a 22 de novembro de 1893, Manoel Pacheco, João Batista de Oliveira, Euzébio Eutanázio, Américo Virgílio e Inácio Antônio Quati, com 16 anos de idade. Foi Gonsalves Maia quem primeiro denunciou ao povo esses fuzilamentos. Aliás, o Governador Barbosa Lima era contrário a tais execuções, tendo dito certa vez ao general Leite de Castro que “em Pernambuco não se fuzila mais ninguém.”

(10) Alguns anos depois, na exumação de Silvino Macedo, cujos restos mortais e dos demais fuzilados da Imbiribeira foram colocados em jazigo perpétuo na Matriz de N. Sra. da Paz, em Afogados, Recife, o “cache-nez” foi encontrado em perfeito estado de conservação. (Ferrer, que promoveu a exumação).

(11) Os moradores da redondeza do Paiol da Imbiribeira durante muitos anos não esqueceram o pobre sargento de artilharia que tombara vitimado pelo ódio das contendas civis. Penduravam tôdas as noites num galho da frondosa mangueira um lampião em que acendiam uma vela em intenção de sua alma. Naquela solidão, a pequenina e oscilante luminária recordava, como disse um jornalista pernambucano, que ali “seis balas extinguíram uma vida e consagraram um imortal, porque o imortal se tornou o mártir.”

“O Mártir do Paiol da Imbiribeira” — Gustavo Barroso.

O poeta Baltazar Pereira comemorou o fuzilamento de Silvino Macedo com um belíssimo soneto que terminava assim:

Triunfaste de tudo e a morte foi vencida
Mas não se engrandeceu o negro e tórvo instante
porque tiveste morte igual a tua vida.

(5) Conheci muito Joaquim Augusto Freire, conhecido simplesmente por Freire. Ele nasceu no Rio Grande do Norte, no município chamado hoje de Nisia Floresta. Residiu por muito

tempo com a família na Avenida Deodoro (Natal), perto de nossa chácara. Era muito amigo do meu pai — José Mariano Pinto — e eu ouvia com interesse as suas narrativas do tempo de Floriano. Freire aparecia sempre lá em casa à noite. Tinha uma prosa admirável, atraente, memória viva, citando datas e personagens. Conhecia todos os políticos, militares e autoridades do começo da República. Era o homem de confiança de Floriano, compadre de Pinheiro Machado. Andava sempre de linho branco, chapéu de palhinha, cabelo à escovinha, espigado, andar firme, lábios cerrados, mas quando sorria mostrava uma bonita dentadura. Papai, que gostava muito de política, puxava conversa com o Freire e a palestra ia longe, principalmente quando ele recordava os acontecimentos do governo do Marechal Floriano, que tanto tumultuaram os primeiros anos da República.

Depois de alguns anos, Joaquim Freire mudou-se com a família para Olinda (Pernambuco), quando foi entrevistado pelo grande jornalista Mário Melo, sobre os detalhes da prisão e fuzilamento de Silvino Macedo. Em 13 de agosto de 1944 faleceu, sendo sepultado naquela cidade. Era casado com D. Maria Enequina Freire de quem teve 19 filhos, estando vivos 12. A viúva ainda é viva, com 86 anos de idade, em completa lucidez, residindo na Ilha do Governador. O filho do casal chamado Floriano, reside nos EE.UU. e o restante dos filhos aqui no Rio, Recife e Natal.

Profto
Dimutac, 5

RESUMO HISTÓRICO DE GOIANA (1)

O povoamento de Goiana (2) é anterior a 1570. Anterior a essa data já se haviam dado sesmarias a João Dourado. Em carta de doação de 20 de maio de 1570, D. Jeronima de Albuquerque e Sousa, Capitôa e Governadora de Itamaracá, fazia saber que dava em sesmaria a Diogo Dias, para êle e seus filhos Boaventura, Maria e Catarina, 5 mil braças de terra em quadro nas ilhargas da de João Dourado, que tem em Capibaribe-Mirim, "donde êle suplicante achar melhor, sendo que caso hajam águas na dita terra para engenho, pagarão, fazendo engenho, de pensão a senhora da terra à razão de 2% de todo o açúcar em pó, que se fizer no engenho ou engenhos de água".

Diogo Dias foi um dos primeiros colonizadores mártires de Goiana. Em outra carta de sesmaria, requerida por Boaventura Dias, quando já falecido seu pai Diogo Dias, a mesma D. Jeronima de Albuquerque, datada de 17 de março de 1577, tem-se notícia de que Diogo Dias se passara de Pernambuco, onde morava com mais de 600 pessoas da terra, machos e fêmeas, plantando canaviais para o seu en-

(1) Condensado do "Almanaque de Goiana" — Pernambuco, 1930.

(2) Gueena ou Guayanna, Gua-Yai (pôrto, ancoradouro), "Toponomia Pernambucana" (Melo, Mário).

✓
Fonte.

genho e gastando sua fazenda em fazer fortalezas em defesa da Capitania, contra o gentio potiguar, de quem era fronteiro, pagando sôlido, gastando muito em artilharia, pólvora e munições necessárias contra os selvagens."

Conta Celso Mariz ("Apanhados Históricos da Paraíba") que "em 1574 os potiguares da Paraíba, chamados pelos de Tracunhãem, daqui marcharam por mar numa frota de pirogas e em vultosa coluna por terra, para atacar o engenho de Diogo Dias. Êste prendera duas virgens indígenas, provocando sôbre o interêsse da defesa territorial e a cobiça do saque, o ódio do sangue ludibriado. O combate foi tremendo, cabendo aos assaltantes a triste vitória, coroada pelo incêndio das casas e canaviais e pelo massacre de 600 pessoas da família e agregados."

Em 1646 Goiana escreveu uma página áurea da história pernambucana, no combate travado nas trincheiras de Tejucupapo, quando os goianenses, comandados por Agostinho Nunes, expulsaram os holandeses, desbaratando completamente as tropas flamengas chefiadas pelo Almirante Lichtart, superiores em armas e homens. Nesse feroz combate foi heróica a resistência da mulher goianense, cujo feito ficou gravado na história pátria coma um dos mais brilhantes.

Na célebre Guerra dos Mascates, luta comercial entre os habitantes de Olinda, chamados os nobres, e os do Recife, os mascates, a 23 de julho de 1711, houve em Goiana um encontro das duas facções, triunfando os nobres, que tiveram à sua frente os tenentes Gil Ribeiro, Felipe Bandeira e o capitão Antonio Ribeiro.

Vila de Goiana
Com a decadência da vila de Conceição, várias povoações foram enfeixadas no território de Goiana, que teve a preeminência de Vila. Por força de Carta Régia de 15 de janeiro de 1685, El-Rei transferiu a justiça e a Câmara de Itamaracá para Goiana, porque a Ilha ficava muito distante das demais povoações, "tendo os interessados e litigantes de passarem no inverno a nado por sete rios". No entanto, somente a 6 de outubro de 1742 é que Goiana teve justiça independente da de Itamaracá.

A época de 1817 a 1870 está pontilhada de memoráveis acontecimentos para Goiana. Nesse período se desenrolaram sangrentos movimentos, resistência armada em defesa de um direito expressamente conferido, na afirmativa do Conselheiro João Alfredo. A Revolução de 1817, segundo Raposo de Almeida, foi concebida e planejada em Goiana pelo Dr. Arruda Câmara. Fracassada a revolução, as mãos decepadas do herói e mártir Pe. Souza Tenorio foram expostas acintosamente numa praça pública de Goiana, para intimidar a população.

O levante de Goiana em 1821, contra o governo Luiz do Rego, é um fato culminante da história pernambucana e graças a êle fundou-se na cidade a Primeira Junta Constitucional que houve no Brasil. Êsse levante representa a justa exigência, feita de armas nas mãos, da conquista liberal dos deputados pernambucanos obtida na Côrte. O governador Luiz do Rego burlava as resoluções de Lisboa, uma delas que determinava "fôssem havidos como legítimos todos os governos estabelecidos ou que se estabelecessem nos Estados portugueses de ultramar e ilhas adjacentes". E criou um Conselho de militares e amigos

do palácio... Daí, o movimento de rebeldia dos goianenses, que passou à história como a chamada Revolução de Goiana.

"O povo de Goiana, narra João Alfredo, herdeiro dos heróis de Tejucupapo, formou o Governo Constitucional temporário de Pernambuco e porque Luis do Rego preparou-se para castigar os rebeldes, o exército de Goiana foi atacá-lo no Recife, obrigando-o a assinar a Convenção de Beberibe".

Segundo os historiados, antes do grito do Ipiranga, Goiana já havia de fato proclamado a nossa independência política.

Em 1824 ecoou em Goiana o brado liberal de Manoel de Carvalho Pais de Andrade, conhecido como Confederação do Equador. Vencidos os federalistas no Recife sob o comando de Lima e Silva, o destemido Frei Caneca fugiu para Goiana, onde havia morado no Convento do Carmo.

O motim de 1848, a conhecida Revolução Praieira, tão discutida hoje pelos historiadores, teve como chefe o Desembargador Joaquim Nunes Machado, filho ilustre de Goiana, onde ainda hoje residem seus descendentes, entre eles D. Elvira Nunes Machado. Fracassado o movimento e derrotados os rebeldes com a morte do seu chefe na Soledade (Recife) sacrificado na luta pelos seus ideais, foi Goiana tomada pelos governistas no dia 11 de fevereiro de 1849, sob o comando de Pedro Ivo. Houve combate, pois, os praiheiros haviam se apoderado de 200 carabinas e 20.000 cartuchos do adversário. No Engenho Pau Amarelo, do liberal Manoel Paulino, houve também resistência.

Essa revolução fechou o ciclo de nossas lutas nativistas. Vieram então, os movimentos de libertação dos escravos e propaganda republicana, nos quais Goiana tomou parte ativa e importante. Bazilio Machado, humilde sapateiro, roubava escravos dos engenhos para entregá-los a José Pires Vergueiro, que os escondia em sua olaria. Em 1884, um ano depois da luta iniciada pela Confederação Abolicionista, os goianenses se reuniram em sessão memorável na sede da sociedade Terspsichore, sob a presidência de Irineu Machado, para solenemente declarar que na cidade de Goiana não existiam mais escravos.

De todos êsses movimentos, o que mais empolgou o povo goianense foi o republicano. Em Goiana tramava-se abertamente pela implantação do novo regime, com o maior entusiasmo e com o apoio da Maçonaria, da qual fazia parte as figuras mais destacadas da cidade. Tanto assim que o grande tribuno Silva Jardim, o inolvidável preparador da República, logo ao chegar no Recife, veio visitar Goiana, recebendo por parte do povo estrondosa manifestação. A campanha republicana era chefiada por Methodio Maranhão, Amaro Rabelo Filho, Antonio Gomes de Albuquerque, Pereira de Lira, José Lobo, Manoel Evaristo, Caetano Leobaldo, Angelo Jordão de Vasconcelos, Miguel Tavares da Rocha, Francisco Rafael, Manoel Aurelio Tavares de Gouveia e outros.

Foi, incontestavelmente, o município de Goiana que mais lutou pelo advento da República, na praça pública e na imprensa. E ao ser proclamada a República, a cidade ficou em festa, havendo sessão solene na Câmara Municipal.

Goiana teve, assim, participação ostensiva e direta em todos os movimentos democráticos do Brasil, inclusive na Revolução de 1930, pegando em armas desde a expulsão dos holandeses, em defesa de nossa nacionalidade.

Goiana rivalizava-se com a capital. Depois do Recife era a cidade mais importante de Pernambuco, pelo seu desenvolvimento, progresso e, sobretudo, pelo seu nível cultural, com jornal diário, sociedades culturais e artísticas e duas bandas de música (Curica e Saboeira), hoje centenárias e cujos arquivos musicais eram os mesmos das grandes cidades da Europa, conforme constatou o notável musicista Curt Lange. As companhias teatrais que vinham ao Recife, faziam temporadas em Goiana. Pedro II, chegando ao Recife, veio logo visitar Goiana, o mesmo fazendo o tribuno Silva Jardim.

Em 1899 a cidade contava com o seu Monte Socorro, sociedade beneficente e de previdência social, para auxiliar as famílias em caso de morte. O Hospital da Santa Casa de Misericórdia já funcionava em 1739. A Loja Maçônica foi fundada em 1874, possuindo a maior biblioteca do interior do Estado. Pedro II encontrou em Goiana bons professores, sobretudo de latim.

Goiana era no fim do século passado um grande centro agrícola, comercial e industrial. Tinha 47 engenhos safreando (no engenho Novo de S. Antonio, morava o general André Vidal de Negreiros), usina de açúcar e fábrica de tecidos. A cidade possui oito templos católicos, inclusive dois Conventos e um Cruzeiro imponente, todo de pedra lavrada, com vá-

rias inscrições e datado de 1717. Dizem ser no gênero, a mais notável obra de arquitetura sacra existente na América do Sul.

O comércio era enorme daquela época. Não existindo ainda estrada de ferro, todos os municípios vizinhos vinham se abastecer em Goiana, que tinha o privilégio de um pôrto fluvial, cujo ancoradouro vivia sempre cheio de barcas de toda parte, trazendo e levando mercadorias. Daí, o extraordinário movimento comercial da cidade, contando a Rua do Meio com 26 lojas de fazendas, comprando alguns comerciantes diretamente da Europa. Os armazéns, lojas e casas comerciais funcionavam até tarde para atender a freguezia que vinha de grande parte do interior de Pernambuco e Paraíba.

Com o correr do tempo, essa situação modificou-se. Surgiu a rede ferroviária do nordeste cortando vários municípios e Estados e os caminhos facilitaram o transporte de mercadorias para toda parte.

Goiana, porém, não vive hoje do seu passado, de suas glórias e tradições. A cidade tomou outro desenvolvimento, surgiram novas iniciativas, indústrias, etc. A praia de Pontas de Pedras, uma das mais belas do nordeste, é centro de turismo. A cidade, toda calçada, moderniza-se, com o seu restaurante típico — *O Buraco da Gia* — internacionalmente conhecido pelos seus pratos regionais saborosos e inigualáveis e pelos caranguejos amestrados pelo seu proprietário, Sr. Luiz Morais de Oliveira.

DOCUMENTOS

Auto da fundação do Instituto Histórico de Goiana, a 8 de setembro de 1870.

Aos oito dias do mês de setembro de 1870, sendo na cidade de Goiana, da Província de Pernambuco, e na Rua do Meio n.º 70, acharam-se presentes e convocados pelo Dr. Francisco Manoel Raposo d'Almeida, os seguintes Srs.: Dr. José Joaquim Firmino, padre Manoel da Silva Cid, Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto, capitão Antônio Gomes Cordeiro de Melo, padre João Evangelista dos Santos Lima, Antônio Domingues de Souza, Dr. Manoel Policarpo Moreira d'Azevedo, e eu Joaquim Rafael de Melo Júnior e pelo mesmo Dr. Raposo d'Almeida foi dito que se achava de reconhecida vantagem fundar-se nesta cidade uma associação literária, que tivesse por fim o estudo da História do Brasil em geral, da de Pernambuco em especial e particularmente a da antiga capitania de Itamaracá, o que sendo aprovado por todos passou o mesmo Dr. Raposo d'Almeida a oferecer umas bases de estatuto que foram aprovadas sem discussão.

Votou-se por aclamação para presidente o Dr. José Joaquim Firmino, para vice-presidente o Dr. Joaquim Tavares de Melo Barreto, para orador o Dr. Francisco Manoel Raposo d'Almeida, para tesoureiro o Sr. Antônio Domingues de Souza e a mim Joaquim Rafael de Melo Júnior para secretário.

São lidas e aprovadas as seguintes propostas:

- 1.º) Uma comissão composta dos Srs: Dr. Joaquim Tavares, capitão Cordeiro de Melo e major Joaquim Rafael para representar o Instituto na próxima solenidade da inauguração do canal de Goiana; 2.º) Uma comissão composta dos Srs.: Dr. Raposo d'Almeida, padre Cid e Pires Vergueiro para pesquisar a sepultura onde foi inumado o general André Vidal de Negreiros; 3.º) Uma comissão composta dos Srs.: Dr. Joaquim Tavares, major Joaquim Rafael e Dr. Raposo d'Almeida para examinar, sob o ponto-de-vista histórico, os cartórios de que são atuais tabeliães os Srs. Joaquim José da Costa Leite e Joaquim de Matos Alcantilado Rochedo; 4.º) Comissão dada ao Sr. Antônio Domingues de Souza para colher as possíveis notas sobre o Convento do Carmo desta cidade; 5.º) Comissão composta dos Srs.: Dr. Raposo d'Almeida, padre Cid e Pires Vergueiro para descrever uma lápide sepulcral que existia na Capela de Sant'Ana no engenho Boa-Vista e que atualmente se acha na igreja do Amparo e bem assim examinar o respectivo carneiro e descrever as ruínas da dita capela; 6.º) Comissão composta dos Srs.: Dr. Gervásio Rodrigues Campelo, Dr. Moreira d'Azevedo e Pires Vergueiro para descrever as ruínas de um antigo cortume que existiu perto desta cidade.

E como não houvesse mais nada a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão, dando por fundado o Instituto Histórico de Goiana e marcando para ordem-do-dia da primeira sessão ordinária: — leitura dêste auto, propostas, pareceres de comissões e o mais que ocorrer. E eu Joaquim Rafael de Melo Júnior, secretário que o escrevi, subscrevo e assino por último. José Joaquim Firmino — Joaquim Tavares de Melo Barreto — F. M. Raposo d'Almeida — padre Manoel da Silva Cid — Antônio Domingues de Souza Lima — Manoel Policarpo Moreira d'Azevedo — José Pires Vergueiro — Antônio Gomes Cordeiro de Melo — padre João Evangelista dos Santos — Joaquim Rafael de Melo Júnior.

*Arquivos
do Instituto Histórico
de Goiana*

Índice

A patriotada de Goiana ou o mata-mata marinheiro	25
O naufrágio do vapor "Bahia"	38
O primeiro automóvel do Brasil	48
O mascate que morreu queimado no engenho Bujary	56
Visita de Silva Jardim a Goiana	64
O General dos Urupemas	74
A fuga de Frei Caneca para Goiana	79
O atentado contra Luiz do Rego e o incêndio de Tejucupapo	84
O bandido Cabeleira e a mulher do capitão-mor ...	95
→ Visita do Imperador Pedro II a Goiana	108
A expulsão dos holandeses de Tejucupapo	122
A procissão dos penitentes	130
O fuzilamento de Silvino Macedo, herói e mártir de Goiana	135
Resumo histórico de Goiana	147
Documentos	154

Composto e impresso
nas oficinas da
CASA EDITORA VECCHI LTDA.
Rua do Resende, 144.
Rio de Janeiro,